

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCO ANTÔNIO KONOPACKI

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E POLÍTICOS DA GLOBALIZAÇÃO
CONTRA-HEGEMÔNICA: UM ESTUDO SOBRE O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

CURITIBA

2012

MARCO ANTÔNIO KONOPACKI

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E POLÍTICOS DA GLOBALIZAÇÃO
CONTRA-HEGEMÔNICA: UM ESTUDO SOBRE O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política,
no curso de Pós-Graduação em Ciência Política,
Setor de Ciências Humanas Letras e Artes,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Eugênio Pereira

CURITIBA

2012

Dedico essa dissertação à todas as crianças, em especial a minha sobrinha Isabelle Konopacki. Que elas possam crescer em um mundo no qual o diálogo sempre esteja acima da violência. Um mundo no qual a democracia não seja mais um instrumento de dominação, mas sim o meio para libertação de homens e mulheres.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alexsandro Eugênio Pereira, pelo acompanhamento e orientação que me fizeram amadurecer muito como pesquisador.

Ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, tanto ao excelente quadro de professores quanto ao funcionário Pedro Benedito, obrigado pelo apoio recebido.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento.

À Christina Fuscaldo de Souza Melo, namorada e companheira que me apoiou e me deu forças nos momentos difíceis e me passou muita energia nos momentos felizes para me fazer acreditar nesse projeto.

Aos meus pais, José Luís Konopacki e Bernadete do Rocio Konopacki, que sempre acreditaram no meu potencial.

Aos meus avós, em especial, a Francisca da Silva Konopacki que sempre atenciosa me abençoava quando a ansiedade batia de forma avassaladora.

À toda a minha família, desde os Konopacki até os Visbiski, bem como demais amigos e amigas que acompanharam minha trajetória e diretamente ou indiretamente me ajudaram a chegar até aqui.

Aos amigos e companheiros João Paulo Mehl, Gustavo Guedes de Castro, Érico Massoli Ticianel Pereira, bem como a todos os amigos e amigas do Soylocoporti que me ajudaram a moldar a minha própria forma de pensar e fazer a política.

Aos amigos e colaboradores da Ethymos e do Núcleo de Cultura Digital que torceram pelo meu êxito.

Aos amigos e amigas Thaís Chita, Hélio Menezes, André Bailão e Rita Freire, pessoas apaixonadas pelo processo do Fórum e que me ajudaram muito com suas informações sobre o FSM.

Ao IBASE por colaborar com as informações de pesquisas sobre participantes do FSM.

“O meu sacrifício é o mais penoso, pois estou certo do resultado; mas que não merece a verdade? A verdade é imortal; o homem é um breve momento...”

Stroibus
Conto Alexandrino
Machado de Assis

RESUMO

A Globalização vem transformando profundamente as relações sociais e políticas no mundo. Ao mesmo tempo que essa cria um quadro de oportunidade para elevar a humanidade a um patamar tecnológico que permite a superação de problemas sociais históricos, as oportunidades são utilizadas por elites econômicas para modernizar os processos de exploração capitalista suportados por um Império que massifica e legitima a dominação. Como forma de reagir a esse processo, movimentos antiglobalização surgem para enfrentar as consequências impostas por esse processo através de grandes manifestações que ganham escala mundial. Procurando superar a negação da globalização, surge em Porto Alegre em Janeiro de 2001 o Fórum Social Mundial pela busca de “um outro mundo possível” através da proposição de globalizações contra-hegemônicas. O Fórum se constitui como uma praça pública ocupada pela Sociedade Civil Global. Pela sua forma organizacional inovadora e a diversidade política dos atores que atuam nesse processo, surge o desafio de entender como estes conseguem articular a sua ação política para construção de significados e estratégias comuns para outro mundo possível. O objetivo geral desta dissertação é identificar quais seriam os aspectos organizacionais e políticos dos atores do Fórum Social Mundial a partir da percepção dos participantes do FSM. Para isso, foram analisados os documentos produzidos pelo processo do Fórum Social Mundial através das reuniões do Conselho Internacional do Fórum, pesquisas realizadas com participantes do FSM pelo Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas (IBASE) e pesquisas próprias do autor durante o IV Fórum Social das Américas e o IV Fórum Social Pan-Amazônico. Os questionários buscavam apreender aspectos que podiam transformar as organizações em torno do FSM em um *unified empirical datum* no sentido de Alberto Melucci (2001). A análise desses dados demonstram que apesar das grandes diferenças com relação ao tipo de organização e o tema dos movimentos, ainda sim as organizações em torno do Fórum Social Mundial compartilham muitos aspectos em comum.

Palavras-chave: Globalização. Contra-hegemonia. Sociedade Civil Global. Fórum Social Mundial.

ABSTRACT

Globalization has profoundly transforming the social and political relations in the world. While this creates a framework of opportunity to uplift humanity to a technological level that allows to overcome historical social problems, the opportunities are used by economic elites to modernize the processes of capitalist exploitation supported by an Empire that massificates and legitimates domination. How to react to this process, anti-globalization movements emerge to face the consequences imposed by this process through large demonstrations earning worldwide. Looking to overcome the denial of globalization emerges in Porto Alegre in January 2001 World Social Forum by the search for "another world is possible" by proposing counter-hegemonic globalizations. The Forum is constituted as a public square occupied by the Global Civil Society. For its innovative organizational form and political diversity of actors involved in this process, there is the challenge to understand how these can articulate their political action for the construction of meanings and common strategies for another possible world. The goal of this dissertation is to identify what are the organizational and political aspects of the actors from the World Social Forum participants' perceptions of the WSF. For this, we analyzed the documents produced by the World Social Forum process through meetings of the International Council of Forum, research participants to the WSF by the Brazilian Institute of Social and Economic Studies (IBASE) and the author's own research during the IV of the Social Forum Americas and the IV Pan-Amazon Social Forum. The questionnaires sought to apprehend the aspects that could transform organizations around the WSF into a *unified empirical datum* towards Alberto Melucci (2001). Analysis of these data show that despite major differences regarding the type of organization and the theme of movement, but also organizations around the World Social Forum share many common features.

Key-words: Globalization. Counter-hegemony. Global Civil Society. World Social Forum.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.....	114
TABELA 2.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.....	110
GRÁFICO 2.....	112
GRÁFICO 3.....	115
GRÁFICO 4.....	116
GRÁFICO 5.....	116
GRÁFICO 6.....	117
GRÁFICO 7.....	118
GRÁFICO 8.....	119
GRÁFICO 9.....	120
GRÁFICO 10.....	121
GRÁFICO 11.....	123
GRÁFICO 12.....	124
GRÁFICO 13.....	126
GRÁFICO 14.....	127
GRÁFICO 15.....	128

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.....	25
---------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 AS VÁRIAS FACETAS DA GLOBALIZAÇÃO.....	20
1.1 A emergência de uma economia informacional e a crise de governabilidade.	21
1.2 Globalização e globalizações: as consequências políticas.....	26
1.3 Globalização hegemônica, anti-globalização e globalização contra-hegemônica.....	32
1.4 Algumas conclusões.....	45
2 OS ATORES E AS FORMAS DE AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL.....	47
2.1 A Sociedade Civil Global.....	47
2.2 Os atores transnacionais.....	59
2.3 Os Novos Movimentos Sociais.....	64
2.4 Algumas conclusões.....	72
3 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL.....	75
3.1 O surgimento do FSM como inovação política.....	76
3.2 As Vozes críticas ao Fórum.....	86
3.2.1 O Fórum é um espaço ou um movimento?.....	86
3.2.2 O Fórum e sua relação com os partidos políticos.....	92
3.2.3 O Fórum é realmente mundial e radicalmente democrático?.....	95
3.3 A continuidade do processo.....	100
3.4 Algumas conclusões.....	105
4 O FÓRUM A PARTIR DE SEUS PARTICIPANTES.....	107
4.1 Metodologia utilizada.....	107
4.2 O Engajamento na luta social e política.....	111
4.3 Opiniões sobre a agenda pública de debates.....	119
4.4 Algumas conclusões.....	128
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	141
ANEXOS.....	145

INTRODUÇÃO

Os impactos sociais e políticos que o fenômeno da globalização está gerando sobre as sociedades modernas trazem a tona discussões sobre como esses impactos transformam as sociedades e as moldam. Toda sociedade necessita de uma base material que permita a sua reprodução e, ao se alterar qualquer elemento nesta lógica, necessariamente altera-se também a forma desta sociedade.

A popularização das tecnologias da comunicação e da informação, assim como a evolução dos meios de transporte e a ampliação do acesso desses pelas massas, está provocando profundas transformações na base material das sociedades. Estas transformações são ainda mais profundas nas sociedades capitalistas ocidentais, vanguardas deste processo, e que são as primeiras a saltarem do capitalismo industrial para o capitalismo informacional, conforme descreveu o sociólogo galego Manuel Castells (2009).

Como a história das civilizações nos mostra, a mudança na forma com que uma sociedade se organiza não se dá sem traumas e de forma “natural” ou automática. Tampouco se dá sem a imposição dos costumes da vanguarda dominadora sobre os dominados, que internalizam a relação até que ela se torne comum ao ponto de se normalizar a dominação. Isso aconteceu, por exemplo, na substituição do modelo agrário feudal de produção para a manufatura e, logo depois, para o modo de vida industrial capitalista. Antes, a lógica legitimadora da dominação estava na moral religiosa que atribuía os papéis daquela sociedade e, pela ordem das gerações, instituía quem seria dominador e quem seria dominado. Já nas sociedades capitalistas, foi a substituição da religião pela moral jurídica, sustentando a ilusão de liberdade individual proporcionada pela igualdade de direitos, que criou uma nova forma de dominação capaz de organizar o novo modo de produção nascente¹.

A evolução do modo de produção aconteceu através da inclusão de ritos

¹ Para Weber (1999), por exemplo, foi a ocasião do encontro de sociedades culturalmente propensas à racionalização e à criação do aparato dominador racional (o Estado e o direito) que proporcionaram o florescimento do capitalismo no ocidente, mesmo que algumas sociedades orientais fossem tecnologicamente ainda mais avançadas.

socializadores e da tradução de uma nova forma de viver que dependia de um forte aparato de defesa do novo modo de produção. Isto se percebe mais intensamente durante as revoluções iluministas burguesas que derrubaram as dinastias feudais e que passaram a dominar totalmente os meios de reprodução necessários para a consolidação do modo de produção capitalista industrial moderno. Destruía-se a base de reprodução do sistema anterior, guilhotinavam-se os símbolos da antiga ordem, enquanto instituíam-se o novo aparato dominador. Criava-se, assim, uma nova ideologia, baseada nas teorias iluministas e que se espalhava pelo mundo com o bastião da liberdade. Com ela, as revoluções que inspiraram as redações das primeiras Cartas Magnas que garantiam a isonomia jurídica entre os seus cidadãos, mesmo que a isonomia sobre suas capacidades materiais estivesse longe de se constituir como um direito. Todo cidadão seria igual perante a lei, porém livre para usufruir de seus recursos materiais para atingir seus fins.

Pode-se dizer que esta ideologia jurídica não se difundiu sem um profundo movimento de convencimento de que este era o melhor caminho que as sociedades “deveriam” seguir. Em torno destes valores, constituiu-se uma hegemonia política que suplantou os modos de produção arcaicos para dar lugar às economias capitalistas. A hegemonia do novo modo de produção trazia o desenvolvimento econômico e seu modelo se expandiu na mesma velocidade em que novos caminhos eram abertos pelas empresas inglesas de ferrovias. A revolução industrial do século XVII trouxe profundas mudanças na forma com que a sociedade passou a se organizar.

Dois séculos mais tarde, uma nova revolução capitalista bate à porta. O final da década de 1960 e toda a década de 1970 foi palco de uma efervescência social e política sem precedentes na história. Enquanto a contracultura da “paz e amor” ganhava o mundo através da voz do festival de Woodstock, os estudantes na França radicalizavam sua greve geral iniciando um movimento revolucionário que foi desarticulado logo em seguida. Em 1969, surge a rede ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa Norte-Americano), que instalou uma nova e revolucionária rede eletrônica de comunicação, que se desenvolveu durante os anos 1970 e veio a se tornar a Internet (CASTELLS, 2009, p. 91)².

2 Vale ressaltar que, ironicamente, mesmo sendo inicialmente um projeto militar do Estado

A invenção da internet permitiu um salto exponencial no desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e, com isso, o rompimento de paradigmas econômicos antes tidos como dogmas. Um deles foi o paradigma da escassez, que agora passa a ser repensado no sentido de abundância quando nos referimos à informação. Se antes tínhamos que esperar meses para uma carta atravessar o atlântico, agora um e-mail pode fazer o mesmo percurso quase que instantaneamente. Conforme constatou Castells, esta transformação está remodelando a base material das sociedades em ritmo acelerado (2009, p. 39). O novo modo de produção, resultado desta transformação, é chamado por Castells de capitalismo informacional (CASTELLS, 2009, p. 50).

No surgimento deste novo (ou transformado) modo de produção, o salto de um modo de produção capitalista de base industrial para um modo de produção capitalista de base informacional não acontece sem instrumentos que garantam a reprodução desse novo sistema e que possibilitem a internalização de seus valores através da hegemonização dos argumentos positivos sobre esse processo. Da mesma forma que o capitalismo industrial instituiu preceitos normativos para reproduzir seu modelo de produção, a globalização também se constitui enquanto modelo de como o desenvolvimento do mundo “deve ser”, negando vozes contraditórias e estabelecendo o fim da história.

Com as transformações materiais propiciadas pelo novo aparato tecnológico, percebe-se certa internacionalização daquilo que se realiza no local, assim como tudo aquilo que é internacional também passa a influenciar o local. Se a ampliação das trocas informacionais entre os sujeitos é consequência da disponibilidade dos meios de comunicação, a direção política sobre como essa tecnologia deverá ser usada depende de um conjunto de valores que orienta essa nova fase do capitalismo mundial.

Dessa forma, a luta antagônica entre os agentes sociais nessa sociedade transformada transborda às discussões referentes a distribuição material dos recursos para abranger também a disputa de significados. Com a constituição de um Império normatizador que homogeniza o comportamento, as necessidades e a vida

americano, a internet só foi possível pelo desenvolvimento do protocolo TCP/IP, construído pela mão de *hackers* autônomos ligados a movimentos anarquistas e contraculturais e que tinham na descentralização e no poder horizontal seus princípios de ação.

de forma global e sistêmica (HARDT; NEGRI, 2010), a reprodução desse sistema se dá para além da sua forma material, mas também na produção e reprodução da constituição de uma visão desse mesmo sistema. Os significados que são transmitidos pelos aparatos de comunicação são importantes para determinar a forma com que essa sociedade se reproduz, assim como também apresenta a oportunidade para sua transformação.

Como forma de enfrentar os processos hegemônicos do Império, algumas pessoas reagem de forma organizada ou explosiva, de forma institucionalizada ou anárquica, de forma individual ou coletiva. A ação coletiva constitui a oportunidade de se lançarem outras formas de globalização além do processo unívoco que a globalização hegemônica tenta impor. Estas novas formas procuram questionar os valores constituídos pela globalização neoliberal e procuram inverter a prioridade do econômico, reposicionando o político e o cultural como elementos fundamentais para se pensar um mundo globalizado. Os movimentos sociais e as ações coletivas tem um papel de destaque na construção dessa contra-hegemonia e na última década constituíram ações organizadas muito efetivas, influenciando politicamente importantes agendas da globalização hegemônica.

A evolução paradigmática de uma sociedade industrial para uma sociedade da informação (CASTELLS, 2009), somada às crises de governabilidade que surgiram na Europa e se alastraram pelo mundo com a pandemia neoliberal (SANTOS, 2005), tornaram ainda mais complexas as reflexões acerca da ação coletiva. Se antes elas estavam voltadas a conflitos de classe com vínculos identitários muito bem definidos e voltados para as questões de distribuição de recursos, agora os conflitos abarcam outra seara, que não é só vinculada às disputas redistributivas, mas ligadas a aspectos íntimos da vida pessoal, a conflitos identitários de raça e gênero e, também, a direitos humanos fundamentais como o acesso a terra, a moradia, a saúde e a alimentação.

Isso tudo, com um forte vínculo com as disputas locais, mas que, com a possibilidade de globalizar as lutas, conseguiu atingir níveis de organização para a reivindicação global. O principal fato que sinaliza essa nova forma de agir coletivamente está na batalha de Seattle, em 1999, quando manifestantes de diversas partes do mundo conseguiram impedir a reunião do G8 sobre a rodada do

milênio, reivindicando uma alternativa às mazelas causadas pela globalização neoliberal. Dois anos mais tarde, em 2001, surgia na cidade de Porto Alegre o principal fruto destas mobilizações: O Fórum Social Mundial (FSM). Reunindo diversos movimentos sociais de várias partes do mundo, o fórum nasceu como uma forma de discutir “um outro mundo possível” que não o pensado pelas potências econômicas articuladas em torno do Fórum Econômico de Davos³.

Não há como negar o surgimento de uma sociedade civil global. Ou melhor, não há como negar que os conflitos no campo político não estão mais só restritos aos Estados-nação, mas estão superando suas fronteiras sobre o rótulo de governança mundial. No entanto, essa governança poderia ser nomeada por governança econômica, dado o peso que essa dimensão tem na política mundial. As outras dimensões são tratadas como debates marginais e o agravante é que as decisões sobre estas, em sua maioria, são tomadas pelos detentores do poder formal: ou Estados-nação ou grandes grupos econômicos, com pouca ou nenhuma influência de outros tipos de organização, como movimentos sociais ou ONGs transnacionais. Por isso, é preciso ter cuidado para não se cair na armadilha de se pensar que uma sociedade civil global seria o espaço de discussão de elites transnacionais com uma pequena participação de outras organizações da sociedade civil. Ao contrário, é importante refletir em como se pensar uma sociedade civil global como campo de luta para afirmação de contra-hegemonias, ou seja, a contestação da globalização hegemônica propagada pelas elites transnacionais.

Neste século a disputa sobre os rumos políticos mundiais não se dará só pelos meios materiais, mas também simbólicos. A emergência do protagonismo da Sociedade Civil Global estabelece um novo paradigma de como as negociações internacionais acontecem e as formas com que as decisões são tomadas. Somado a isso, existe uma disputa de significados sobre qual globalização a humanidade deve perseguir. Após as denúncias dos malefícios impostos pela globalização hegemônica neoliberal, com prejuízos econômicos para os países da periferia, mais a forte crise econômica mundial que vem aumentando os déficits sociais nos países centrais do capitalismo desde 2008, apresentou-se um quadro aberto para definir qual (ou

³ O FSM foi pensado de forma proposital na mesma data do Fórum Econômico de Davos que acontecia na Suíça, como forma de ser um espaço aberto e alternativo para pensar novas formas para uma globalização contra-hegemônica.

quais) modelo(s) de sociedade a globalização deveria representar. Dessa forma, a Sociedade Civil Global procura através das suas ferramentas influenciar a política apresentando caminhos alternativos que poderiam ser seguidos pela globalização.

Estes caminhos passam por dois aspectos complementares: 1) as formas com que os grupos políticos deveriam se organizar; 2) os valores humanos e políticos que estes deveriam perseguir. Para os representantes da luta contra-hegemônica, novas formas de globalização passam por um rearranjo das instituições políticas com relação à forma com que estas se organizam e procuram fazer isso na prática. A abertura para participação e a transparência são os objetivos geralmente perseguidos. Com relação aos valores humanos e políticos, esta pesquisa procurará discutir o âmago que move os ativistas de uma globalização contra-hegemônica e qual o âmago que eles percebem nesta forma de globalização. Apesar de ser um processo de normatização internacional, acredito que nenhum processo político se dá sem a constituição de um espírito político que move a motivação daqueles que defendem cada um dos modelos. Ao mesmo tempo, estes atores produzem significados sobre a sua luta para reforçar suas ideias para si e para o grupo no qual estão inseridos.

O objetivo geral desta dissertação é identificar quais seriam os aspectos organizacionais e políticos dos atores do Fórum Social Mundial a partir da análise dos documentos produzidos pelo FSM e também pela percepção dos participantes do Fórum. Por conseguinte, para galgar esse objetivo, o trabalho produz alguns objetivos específicos: 1) Refletir sobre o conceito de contra-hegemonia e estabelecer o referencial teórico que o define; 2) Discutir o conceito de sociedade civil global; 3) Revisar a documentação acerca das edições do Fórum Social Mundial, esclarecendo o fenômeno e tornando-o mais próximo desta discussão. Em termos metodológicos, os objetivos serão alcançados por meio de pesquisas bibliográficas e empíricas: próprias e de colegas de campo.

A principal hipótese é de que, por ser um grupo tão diverso, o FSM não tem uma estrutura homogênea que lhe dê coesão organizacional e política orientadas por um significado comum de “um outro mundo possível” numa estrutura unitária e monolítica.

Para tentar estruturar essa reflexão, este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, aprofundarei a discussão sobre a globalização e suas consequências para o estudo das Relações Internacionais. Neste capítulo, pretendo esclarecer o caminho teórico que pretendo adotar, bem como esclarecer o conceito de hegemonia e contra-hegemonia que derivam dessa opção.

No segundo capítulo, procurarei aprofundar o debate acerca da sociedade civil internacional. É possível se pensar numa sociedade civil global? Em caso afirmativo, em que termos e qual a sua relação com campo político internacional? Como os atores de sociedade civil global se relacionam e quais são as unidades políticas em disputa? Naturalmente, para fazer essa discussão, terei que caracterizar melhor quem são estes atores, particularmente os movimentos sociais e as Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGIs).

No terceiro capítulo, buscarei descrever o principal fenômeno de contra-hegemonia da década passada: o Fórum Social Mundial. Este evento, caracterizado como uma reunião de movimentos que lutam por outra globalização, surgiu em 2001 como consequência de uma onda de manifestações antiglobalização anteriores, influenciando importantes ações políticas de repercussão mundial, como o movimento 15 de fevereiro (de 2003). Este movimento articulou manifestações em diversos países contra a guerra, depois do anúncio da invasão do Iraque por tropas aliadas aos Estados Unidos.

Por fim, o quarto capítulo identificará os aspectos organizacionais e políticos da globalização contra-hegemônica a partir da visão dos participantes do Fórum Social Mundial, procurando verificar a hipótese da dissertação mencionada acima, segundo a qual a diversidade dos atores reunidos em torno do FSM seria um elemento que dificulta a articulação política entre eles para construir ações efetivas de luta contra-hegemônica. Nessa dissertação pretende-se verificar se existe coesão organizacional e política entre os atores sociais envolvidos no FSM.

1 AS VÁRIAS FACETAS DA GLOBALIZAÇÃO

Este capítulo discutirá o fenômeno da globalização e as consequências políticas deste processo para as Relações Internacionais, bem como, localizar este trabalho nesse debate. O capítulo discutirá as noções de globalização hegemônica e contra-hegemônica com base nas categorias discutidas por Boaventura de Sousa Santos na sua defesa por uma epistemologia do sul global, que visa sugerir novas formas de produzir conhecimento, valorizando outras formas de se fazer ciência para além daquela produzida na academia, principalmente as formas de conhecimento produzidas nos centros hegemônicos (Estados Unidos e Europa). Desta forma, pretendo apresentar a referência teórica que procurarei utilizar em todo o restante do trabalho.

A primeira seção discute a conjuntura histórica em que foi constituída a globalização hegemônica e procura destacar a transformação dos aspectos materiais e as consequências disso para a política. A seção descreve o surgimento da economia informacional derivada de um modo de produção capitalista que contempla e dá centralidade a outras forças produtivas: o conhecimento e a comunicação. A partir do entendimento das transformações que o capitalismo vem sofrendo nas últimas décadas, essa seção descreverá até que ponto a transformação da vida material influencia o político e o social e como estes influenciaram a globalização hegemônica e contra-hegemônica.

De acordo com David Held e Anthony McGrew (2007), o estudo da globalização possui uma construção fragmentada desde os que negam a sua existência enquanto fenômeno novo (os céticos), aos que a entendem como fenômeno novo e que produz novas categorias de análise para o estudo da política internacional (os globalistas). Na segunda seção deste capítulo, serão contrapostas estas duas visões buscando localizar este trabalho em uma delas.

A terceira seção buscará diferenciar os conceitos de globalização hegemônica, antiglobalização e globalização contra-hegemônica. Quais as características e o contexto em que foram forjadas? Com isso, pretende-se diferenciar o significado de cada uma delas para a luta política.

1.1 A EMERGÊNCIA DE UMA ECONOMIA INFORMACIONAL E A CRISE DE GOVERNABILIDADE

Somada às transformações políticas que o mundo vivia na década de 1970, a economia mundial passou a ser influenciada também por grandes evoluções tecnológicas na área de transportes e telecomunicações. O deslocamento material e informacional foi cada vez mais intensificado por estas transformações, causando impactos econômicos e sociais que tanto corroboraram e tornaram possível a globalização hegemônica, como também a articulação de movimentos sociais de luta contra-hegemônica.

Para o sociólogo Manuel Castells, autor do livro *A Sociedade em Rede*, a revolução tecnológica “concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado” (CASTELLS, 2009, p. 39). O capitalismo se transformou a partir dessa revolução tecnológica e só através dela é que foi possível a integração de mercados e o fluxo de capitais em velocidades jamais experimentadas por este modo de produção. Para Castells, o “capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento” (Ibidem). Por isso, a desregulamentação de mercados apregoada pela globalização somada às transformações tecnológicas das últimas décadas foram fundamentais para consolidação da transformação no modo de produção capitalista, conforme aponta Castells: “a revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980” (Ibid., p. 50).

A transformação no modo de produção, no entanto, não gerou uma nova forma não capitalista de produção. Na verdade, esse “novo capitalismo” é o mesmo modo de produção, porém transformado, que não se atém somente a produção de bens materiais de consumo. Sua orientação industrial, agora passa a ser também informacional. Conforme descreveu Castells:

Ela originou-se e difundiu-se [a revolução tecnológica atual], não por acaso, em um período histórico da reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica. Portanto, a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional. (CASTELLS, 2009, p. 50).

Ou seja, a produção e acúmulo de conhecimento passam a ser também elementos chaves na nova ordem econômica mundial. Mas o que é novo neste modo de produção transformado é a capacidade que a informação adquiriu de transformar o material. Ela mesma se transformou num meio de produção.

A produção é um processo social complexo (...) A matéria abrange a natureza, a natureza modificada pelo homem, a natureza produzida pelo homem e a própria natureza humana (...) A relação entre mão-de-obra e a matéria no processo de trabalho envolve o uso de meios de produção para agir sobre a matéria como base em energia, conhecimento e informação. A tecnologia é a forma específica dessa relação (CASTELLS, 2009, p. 52).

O salto qualitativo na forma informacional do capitalismo fez com que o conhecimento também fosse fonte de produtividade. Se por um lado a separação de trabalho e dos meios de produção permitiu o surgimento do capitalismo industrial no século XIX. A atual revolução tecnológica separa a relação dos meios de produção e conhecimento. O aprofundamento das políticas internacionais para proteção da propriedade intelectual, bem como as ações de combate à pirataria, são exemplos de que o que está em jogo não é só o controle sobre o material, mas também o controle sobre o intelectual (marca, processo de fabricação, aspecto, imagem e investimento em pesquisa e desenvolvimento) que, neste cenário, são elementos passíveis de privatização. A investida cada vez maior pela propriedade intelectual é uma ferramenta do capitalismo para garantir o seu modelo explorador em um cenário no qual o conhecimento se torna cada vez mais fluído e liberto dos meios de produção.

No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. (...) Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimento sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade (...) o informacionalismo visa o desenvolvimento tecnológico, ou seja, a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade do processo da informação. Embora graus mais altos de conhecimentos geralmente possam resultar em melhores níveis de produção por unidade de insumos, é a busca por conhecimentos e informação que caracteriza a função da produção tecnológica do informacionalismo. (CASTELLS, 2009, p. 54).

A consequência social sobre estas transformações tecnológicas e a emergência de um capitalismo informacional, ao mesmo tempo em que acelerou as interações sociais, contribuiu para a atomização nas formas de organização da

sociedade civil, tornando-as efêmeras e confusas, forçando uma plena retificação da vida social. Se no capitalismo de base industrial as relações sociais tinham a construção de identidade através do trabalho, no capitalismo de base informacional a *identidade* passou a ser a “principal fonte de significados da vida social, em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações. (...) Cada vez mais as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são” (Ibid, p. 41).

Esta nova fase da sociedade civil foi caracterizada por Alain Touraine como a “crise dos valores industriais” (TOURAINÉ, 1988, p. 19-20). O conhecimento como elemento de acumulação fez com que os serviços culturais substituíssem os bens materiais no cerne da produção. “É a defesa da personalidade e cultura do sujeito contra a lógica dos aparatos e mercados que substituí a ideia de luta de classes” (TOURAINÉ⁴ citado por CASTELLS, 2009, p. 58).

Conseqüentemente, a atomização social decorrente deste processo transformou as relações sociais de produção e o significado da luta contra-hegemônica. Nos países centrais do capitalismo, que foram a vanguarda desta transformação, percebeu-se, também, uma mudança qualitativa na reivindicação dos apartados do processo de acúmulo capitalista. Se antes as lutas estavam concentradas e organizadas em torno das relações de classe, agora as reivindicações buscavam reforçar direitos individuais e de qualidade de vida.

Mas a atomização social só explica o fracionamento das formas de organização para reivindicação. A transformação do conteúdo destas pautas, das *condições* para a *qualidade* de vida, devem ser explicadas por outra condicionante histórica que foi a “crise de governabilidade” (SANTOS, 2005, p. 12). Os países centrais do capitalismo, nesta mesma época de revolução tecnológica, passaram por uma grave crise fiscal decorrente, principalmente, da crise energética e a conseqüente retração da demanda mundial, que desde o pós-guerra era puxada pelos Estados Unidos. Esta grave crise fiscal levou os países a implementarem profundas reformas estruturais que retiravam direitos sociais que davam sentido as sociais democracias, na Europa principalmente. A crise de governabilidade também gerou uma crise de legitimidade dos Estados, provocando grandes choques sociais. Esta política de reformas, inclusive, foi um dos pilares de apoio da transformação

4 TOURAINÉ, A. **Qu'est-ce que la démocratie?**. Paris: Fayard, 1994.

político-ideológica, liderada pela globalização hegemônica e foi funcional a ampla reestruturação requerida pelo capitalismo informacional.

A solução para a crise de governabilidade estava na retração do Estado (arredado da esfera econômica e da prestação de serviços sociais) e na domesticação da participação popular (através de políticas restritivas de tal participação, por sua vez baseadas numa concepção individualista da sociedade civil dominada pelas organizações empresariais) [os valores dominantes neste processo eram] privatização, a “mercantilização” e a liberalização (SANTOS, 2005, p. 12-13).

A homogeneização e racionalização extremas, levadas a cabo pela privatização ampla e irrestrita, estendendo a dominância econômica a todas as esferas da vida, levou à eclosão de contradições que enfraquecem ainda mais o argumento que estabelece o econômico enquanto elemento estrutural dominante.

A cartilha política aplicada na Europa serviu como base para a construção político-ideológica do neoliberalismo, exportado para o mundo na forma de globalização. Estas seriam medidas que modernizariam as economias no mundo e que ampliaram a dominância econômica, expandindo as fronteiras capitalistas de forma acelerada e “fluída” ao mesmo tempo em que buscava desarticular qualquer tentativa de resistência da sociedade civil por parte dos movimentos sociais.

O neoliberalismo foi a base política para difundir mundialmente a política de desregulamentação de mercados e a privatização da esfera pública, com a diminuição do papel dos Estados nacionais. Neste cenário, “a nação-estado parece que se está desgastando ou talvez 'definindo'. As forças erosivas são *transnacionais*” (WRIGHT⁵ citado por BAUMAN, 1999, p. 64). Isto justifica a busca de alguns pesquisadores em entender a diminuição da soberania dos Estados frente aos processos de globalização.

Não é possível definir uma relação causal entre as duas situações históricas, mas a emergência de novos processos tecnológicos, somados a “crise de governabilidade”, constituíram um terreno fértil para a consolidação do modo de produção capitalista transformado, agora utilizando-se de ferramentas ainda mais eficientes de exploração. No começo do terceiro milênio, o mundo experimenta uma concentração de renda em que 20% dos mais ricos concentram 82,7% da riqueza mundial, enquanto 20% dos mais pobres concentra só 1,4% da riqueza (FIGURA 1).

5 WRIGHT, G. H. **The crisis of social science and the withering away of the national state.** Associations, 1997.

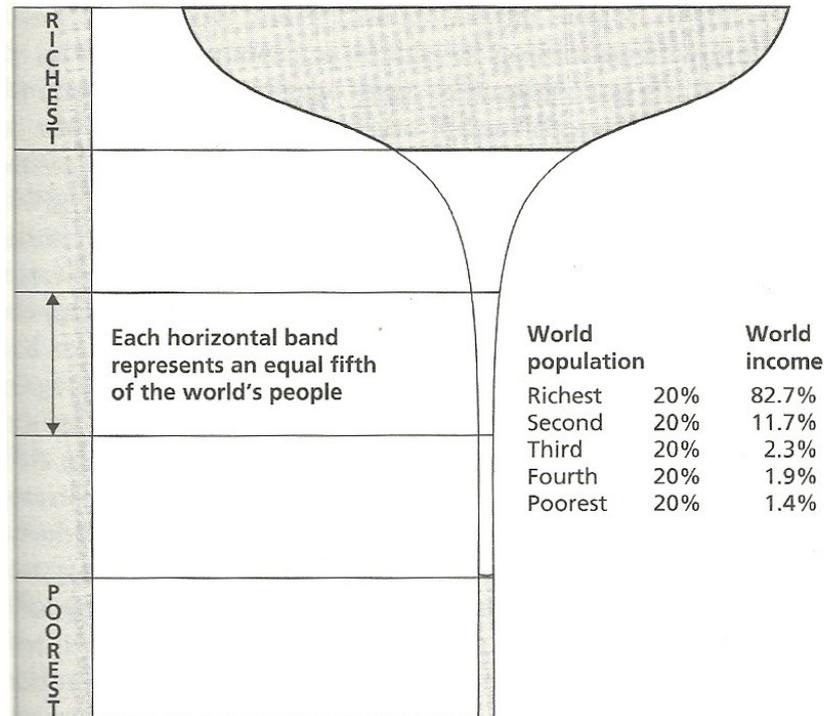


FIGURA 1 - DIAGRAMA TAÇA DE CHAMPAGNE
 FONTE: (FIGURA 6.7, HELD; MCGREW, 2007, P. 131).

Ao mesmo tempo em que olhamos para a construção hegemônica da globalização capitalista e as formas que esta encontrou para consolidar sua nova posição estrutural, precisamos entender as contradições que este processo gerou e como a sociedade reagiu a ele. Desde a década de 1960, o mundo contra-hegemônico, ou seja, aquele que resiste às transformações do capitalismo tardio que tenta impor formas cada vez mais complexas de controle e dominação, dá sinais de uma estruturação de uma jornada de lutas sociais que, ao mesmo tempo que ocorre dentro das fronteiras do Estado-nação, também busca uma articulação para além das fronteiras políticas desta unidade política. A mesma revolução tecnológica que permitiu o fluxo rápido de capitais e a intensificação das trocas materiais entre os países também permitiu que movimentos de resistência à dominação capitalista se articulassem no sentido de compartilhar informações e ações na esfera internacional.

Mesmo sendo um processo bastante articulado, capitaneado pelas nações centrais do capitalismo, a globalização não é um processo unívoco e produz profundos antagonismos na medida em que impõe seu modelo de dominação aos países da periferia. A próxima seção discutirá as diversidades de visões sobre a globalização e abrirá a porta para se pensar de forma mais precisa o conceito de

globalização contra-hegemônica.

1.2 GLOBALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÕES: AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS

Quando trata o tema da globalização em seus trabalhos, Boaventura de Sousa Santos diz que não existe uma única globalização, mas várias globalizações (cf. SANTOS, 2002, p. 16). David Held e Anthony McGrew, em seu livro de 2007, *Globalization/Anti-globalization beyond the great divide*, buscam refletir as controvérsias que decretaram o fim da globalização devido a uma crescente militarização juntamente com um enfraquecimento do comércio mundial na última década após os ataques de 11 de Setembro de 2001 (HELD; MCGREW, 2007, p. 1-2).

Estas diferentes visões sobre a globalização tentam explicar o fenômeno recente que está gerando impactos sociais e políticos, mas que ainda é pouco compreendido. A ideia de globalização denota uma intensificação mundial das relações e interações sociais. Isso quer dizer que eventos que acontecem geograficamente distantes adquirem impactos locais, assim como ações locais podem ganhar impactos mundiais. Segundo Held e McGrew (2007, p. 2-3) a globalização pode ser entendida como um processo histórico caracterizado por: 1) a *extensão* das atividades sociais, políticas e econômicas através das fronteiras. Os eventos, decisões e atividades acontecidos dentro de um país passam a ter significância para indivíduos e comunidades em regiões distantes do mundo; 2) a *intensificação* da interconectividade em quase todas as esferas da vida social; 3) a *aceleração* das trocas sociais que permitiram a ampliação das interações entre pessoas e organizações espalhadas pelo mundo inteiro; 4) a crescente combinação de *extensão*, *intensificação* e *aceleração* associadas ao *aprofundamento* do entrelaçamento da esfera local com a global, ou seja, dos eventos locais gerando profundas consequências globais, assim como eventos globais gerando sérias consequências locais, está criando uma conscientização ou consciência coletiva que entende o mundo como um espaço social compartilhado (globalismo).

As mudanças estruturais nas sociedades contemporâneas com revolução da informática e dos transportes e que “começou a remodelar a base material da

sociedade em ritmo acelerado” (CASTELLS, 2009, p. 39) propiciou o aumento das relações e das trocas entre Estados-nação do sistema político mundial. Mas mais do que isso, essa troca passou a valorizar o ator transnacional como um elemento importante para entender a nova estrutura política das Relações Internacionais. Os Estados-nação deixaram de ser percebidos como unidades políticas fundamentais para entender a política mundial, contrariando os pressupostos da escola realista que afirma que os atores transnacionais não existem ou não são politicamente relevantes (KEOHANE; NYE, 1977, p. 24). Esse relaxamento sobre os pressupostos realistas com relação a unidade política Estados-nação, entendendo a política mundial através de análise de múltiplos atores, permitiu aos liberais Robert Keohane e Joseph Nye lançar um dos trabalhos mais inovadores para as Relações Internacionais da sua época: *Power and Interdependence*, de 1977. Nele os autores lapidam o conceito de ator transnacional e lançam um conceito que viria a se tornar fundamental às análises de RIs modernas que é o conceito de Interdependência Complexa.

Keohane e Nye estabelecem três principais características para a interdependência complexa (KEOHANE; NYE, 1977, p. 24-25). A primeira são os múltiplos canais de conexão entre as sociedades, incluindo laços informais entre elites governamentais e não governamentais e organizações transnacionais. Estes canais podem ser sumarizados em: 1) *interestatais*, forma de relação entre Estados assumida pelos realistas; 2) *transgovernamentais*, que são as relações entendidas quando se afrouxa o conceito realista de Estados enquanto unidades coerentes; e 3) *transnacional*, que são as relações entendidas quando se afrouxa o entendimento realista de que os Estados-nação são as únicas unidades políticas.

A segunda característica diz respeito à multiplicidade de questões da agenda interestatal, bem como a não hierarquização de temas. Essa ausência de hierarquia entre questões faz com que, dentre outras coisas, o militarismo não domine a agenda, permitindo que outros temas entrem na pauta. Além disso, as questões domésticas e de relações exteriores passam a não ser objetos de diferentes campos de ação política, mas passam a se influenciar mutuamente. Estas diferentes questões demandam diferentes coalizões e conflitos que não estão mais restritos a esfera estatal, mas atravessam o Estado e suas políticas.

A terceira característica está muito ligada ao espírito liberal de que a paz mundial seria atingida pela interdependência das nações. Isso tornaria desvantajosa a investida em guerras por estas serem mais custosas que a cooperação entre nações. A teoria da interdependência complexa afirma que a força militar não seria utilizada em regiões onde prevalece a interdependência complexa. Para os adeptos dessa teoria, a força militar é ineficaz para resolver desavenças econômicas entre os países.

A teoria da interdependência complexa é útil para ilustrar um primeiro quadro conceitual que busca entender o mundo de forma interconectada, rompendo velhos paradigmas que limitavam o estudo da política internacional ao comportamento do Estado-nação personificado enquanto ator coeso e unitário no plano internacional. A complexificação social que se instalou com a revolução da informática e dos meios de transporte gerou a necessidade de análise para além dos estudos sobre violência, geopolítica e imperialismo. Apesar da visão cética da globalização ainda reafirmar que estas ainda são importantes variáveis para análise, como será discutido ainda nesta seção, o destaque de novas variáveis fez com que as explicações acerca da política internacional também se complexificassem.

A interdependência complexa é uma boa teoria para interpretar o novo cenário das Relações Internacionais, porém ela ainda é muito atrelada a visões geopolíticas e, por isso, não é capaz de por si só oferecer base para se pensar a globalização. Sua grande contribuição é justamente pensar que a relação entre países se dá através de múltiplos canais de comunicação e ocorre entre diversos atores políticos: atores *interestatais*, *transgovernamentais* e *transnacionais*. Para além do desenvolvimento de um mundo internacionalizado, descontínuo e interdependente, a globalização descreve um salto na forma que a humanidade se organiza: de um mundo não linear, mas de nações interdependentes, para o mundo entendido enquanto *espaço social compartilhado* (HELD; MCGREW, 2007, p. 3, grifo meu).

A crítica à globalização vem pelos céticos ao processo. Desde os atentados de 11 de Setembro de 2001, os limites da globalização se tornaram aparentes com o retrocesso da economia mundial, bem como uma mudança radical na postura política das nações (especialmente dos Estados Unidos). Enquanto a taxa de

investimentos externos despencava 41% e a economia mundial regredia 4% (BIS, 2003; WTO, 2002; UNCTAD, 2003), havia grandes mudanças no comportamento político global do multilateralismo para o unilateralismo, da estabilidade para insegurança, da cooperação para competição geopolítica, do *soft power* para o *hard power* (HELD; MCGREW, 2007, p. 6). Para os céticos, esses fatores foram suficientes para decretar o fim do avanço da globalização e o retorno para a primazia do Estado, do poder territorial, geopolítico e até mesmo imperial.

Os céticos entendem que a globalização nunca ofereceu explicações convincentes acerca de como as forças sociais moldam o mundo. Para eles, o globalismo, enquanto projeto econômico e político, foi substituído por um novo imperialismo enquanto a humanidade se ajusta à nova realidade unipolar e de violência para o restabelecimento de competição geopolítica. Em outras palavras, para os céticos, o mundo está testemunhando a morte da globalização enquanto unidade descritiva, explicativa e ideológica.

Para Held e McGrew na verdade existe uma confusão entre a causa e o efeito da globalização, ou seja, se a explicação advém do próprio fenômeno ou se ele é o próprio objeto da explicação (ROSENBERG⁶ citado por HELD; MCGREW, 2007, p. 7). Para Held e McGrew, é problemático pensar a partir da segunda afirmação, pois isso seria entender que a causa da globalização é produzida por seus efeitos sociais. No entanto, para muitos críticos, esse ainda não é o principal ponto fraco da escola globalista, mas sim o não entendimento de que a globalização é um epifenômeno. Seguindo o argumento dos materialistas históricos, a globalização na verdade é a consequência da expansão das sociedades capitalistas e, por isso, não existem forças independentes a construindo. Ela é um epifenômeno, porque é construída a partir do processo histórico de expansão do capitalismo.

Outros críticos entendem a globalização como uma simples insensatez do radicalismo liberal que, em contraposição a este ceticismo, respondem esta como sendo uma “reflexão ponderada das ciências sociais” sobre o fenômeno (ROSENBERG⁷ citado por HELD; MCGREW, 2007, p. 7). Para Held e McGrew, o que está em jogo nestas críticas é o estabelecimento de um quadro conceitual que permita explicar precisamente o conceito de globalização e que esta seja uma

6 ROSENBER, J. The Follies of Globalization Theory. London: Verso, 2000.

7 Idem nota 6.

ferramenta para interpretação para os fenômenos empíricos decorrentes dela. Para os céticos, o globalismo tanto não consegue dar um referencial empírico nem teórico para compreensão do fenômeno.

A retomada do crescimento no comércio mundial a partir de 2002 (ainda de forma tímida), atingindo níveis do começo dos anos 1990 em 2005 (WTO, 2005), deu fôlego ao pensamento globalista, que, segundo eles, indica que a globalização ainda estava viva ou socialmente encrustada, mais do que os céticos acreditavam ou desejavam (HELD; MCGREW, 2007, p. 8). Um importante argumento para corroborar as perspectivas globalistas foi a diversificação do comércio mundial e a horizontalização da topologia das relações de comércio entre os países do centro para periferia do globo.

As integrações regionais e a diversificação das relações internacionais, especialmente entre países do “sul”, lançou uma nova lógica de como os países se organizam e como tratam suas relações econômicas, políticas e culturais. Durante a adaptação das economias para o modelo neoliberal durante toda a década de 1990, a cultura, a economia e a política sofreram um processo de normatização internacional para consolidar um ambiente mais seguro e estável para os negócios internacionais. Contudo, esse modelo foi inspirado nos conceitos e fundamentos dos países hegemônicos, o que gerou diversos choques nas economias, na cultura e na política periféricas, que ajudaram a suscitar uma visão negativa sobre a globalização, corroborando o argumento dos céticos à globalização que a entendem como uma nova forma de imperialismo.

Conforme a observação de Samuel Pinheiro Guimarães (2005, p. 109-114), os blocos regionais são ferramentas para fortalecimento do poder regional, mas em muitos momentos, durante a implantação do projeto neoliberal (1990-2000) para os países em desenvolvimento, serviram de estrutura de anexação de mercados, devido às posições submissas que os países membros destes blocos assumiam internacionalmente, o que levou a acentuação das diferenças econômicas entre as nações e o aprofundamento das desigualdades sociais compartilhadas por estas.

A inversão dessa lógica de submissão, atrelada a consolidação dos fóruns de negociação multilateral entre países do sul global demonstra, ao mesmo tempo, o fortalecimento nas práticas de trocas comerciais entre os países e, também, um

alinhamento estratégico com relação às condições políticas e culturais destes atores, retomando o espírito original da globalização enquanto processo de criação de um espaço social comum. No texto de Celso Amorim, Ministro de Relações Internacionais do Brasil durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), que discute o fortalecimento das relações multilaterais do Brasil, percebe-se que o fortalecimento do Mercosul, a articulação da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e do Fórum do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), demonstram a liderança do Brasil na construção de novas formas de integração multipolares, num contexto de nações multiétnicas, em que a busca do consenso através do *diálogo* deve ser primordial para o respeito da *diversidade* e para a *integração não hegemônica das nações* (cf. AMORIM, 2007, p. 17-18).

Apesar desta ilustração ser um movimento entre governos, a decisão de buscar uma integração que supere a unicidade econômica dos objetivos por trás desta relação sugere a transposição da visão geopolítica competitiva. A ressignificação da globalização para além da expansão das fronteiras econômicas passa a incluir outros atores que geralmente eram vistos como marginais ao processo ou meros insumos na cadeia mundial de consumo. Neste cenário, o Estado passa a ser entendido como um ente formulador de políticas fragmentado, permeado por redes transnacionais de ação agindo como ente de mediação entre as relações locais e globais não restritas às relações econômicas, mas incluindo também às relações políticas e culturais (cf. HELD; MCGREW, 2007, p. 20; SANTOS, 2002, p. 17).

Entendendo também a globalização não como um processo novo, mas sim como um processo, que vem se modificando conforme diversas conjunturas históricas, talvez seja adequado assumir o entendimento de Boaventura de Sousa Santos de que não existe uma globalização, mas sim, globalizações. Buscando dar voz a um processo de construção de “um outro mundo possível”, que assume também a construção de outras formas de globalização, será necessária a distinção entre a globalização hegemônica, dominada pela lógica do capitalismo neoliberal mundial, e as várias globalizações contra-hegemônicas, iniciativas locais-globais dos grupos sociais subalternos e dominados no sentido de resistir à opressão, à descaracterização, à marginalização produzidas pela globalização hegemônica

(SANTOS, 2002, p. 16).

1.3 GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA, ANTI-GLOBALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

Para se entender o que significa a globalização hegemônica é preciso antes buscar na crítica ao globalismo os autores que realizaram a tarefa de contrastar os elementos que delimitam a globalização como novas estruturas e sistemas globais para dominação transnacional (HELD; MCGREW, 2007, p. 171; ESCHLE, 2005, p. 27). Para estes autores, interpretar essa crítica não significa só o entendimento de como as novas forças sociais agem estendidas para um novo contexto transnacionalizado, mas também, como novas subjetividades e coletivos de resistências são formados. Um tema interessante, principalmente para autores da escola pós-estruturalista e pós-marxista, é a abordagem de como se constroem ou se destroem estes aparatos de dominação. Segundo eles, esse estudo também apresenta as possibilidades de como se transformar a globalização em curso (HELD; MCGREW, 2007, p. 171).

Michael Hardt e Antonio Negri, em seu livro “Império”, procuram descrever como os aparatos pós-modernos de dominação se estenderam pelo globo estabelecendo o que estou tentando definir aqui como globalização hegemônica. Estes autores procuraram diferenciar o Império daquilo que na modernidade se chamou de imperialismo. Diferente da expansão capitalista no século XIX, que delimitava fronteiras de ação, hoje o Império não estabelece um centro de poder com uma demarcação territorial fixa. A soberania do Estado-nação, apesar de ainda eficaz, tem gradualmente diminuído e enquanto os Estados veem erodir suas fronteiras devido a uma crescente incapacidade de regular as permutas econômicas e culturais, surge uma nova ordem mundial que procura normatizar o mundo através de preceitos ético-morais universais. Ao contrário dos centros hegemônicos do imperialismo do século XIX, o Império do século XX é um aparelho de descentralização e desterritorialização que anseia incorporar gradualmente o mundo inteiro dentro das suas fronteiras abertas e em expansão (HARDT; NEGRI, 2010, p. 12).

Ou seja, a expansão do Império não pode ser analisada somente por seus elementos estruturais econômicos, mas deve enxergar outras dimensões que constituem essa nova forma de dominação. Dessa forma, David Held e Anthony McGrew percebem que há muita coisa em comum no conceito de Hardt e Negri de “Império” com a ordem de hegemonia estabelecida no marco da globalização capitalista defendida por neo-gramscianos como Stephen Gill. Segundo estes autores, ambas as escolas consideram a globalização como um distinto modo de dominação histórico que não é só econômico, mas cultural, social, ideológico e político. Ambas as escolas enfatizam suas análises na contestação da natureza dessa forma de dominação, articuladas em lutas locais e transnacionais de resistências e reconhecimento, desde os Zapatistas no México até o Fórum Social Mundial, os quais constituem redes de solidariedade de globalizações alternativas (HELD; MCGREW, 2007, p. 172).

A diferença entre os dois entendimentos está em como cada campo teórico interpreta as relações de poder dentro do contexto pós-moderno do capitalismo. Enquanto para os neo-gramscianos as estruturas políticas e suas relações com os indivíduos são muito importantes para entender o comportamento político, para os pós-estruturalistas a política já não depende só das instituições, pois ela permeia a consciência e o corpo dos indivíduos se transformando em biopolítica. “O poder é, dessa forma, expresso como um controle que se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população – e ao mesmo tempo através da totalidade das relações sociais” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 43).

Nesse contexto, a construção das subjetividades através da cultura e a comunicação se torna um elemento muito importante para entender a construção política mundial como ela é hoje, bem como ela pode ser um dia. Hardt e Negri buscaram estabelecer um referencial de como esse Império se constitui e se reproduz socialmente, caracterizando a atual ordem mundial no contexto da globalização hegemônica e da produção biopolítica.

A constituição do Império no sentido de Hardt e Negri ganha muita força a partir da década de 1970 em que a comunicação passa a ser um elemento importante na transformação das relações sociais e econômica e na qual floresce a globalização no seu entendimento pós-moderno. Esta forma específica de

globalização não é parte de um plano central de um “ator ou atores globais”, mas sim, parte de uma complexa rede de atores transnacionais que procura liderar o mundo capitalista no caminho de uma desregulamentação plena e total dos mercados, ao mesmo tempo que se utiliza da força para realizar a seleção estrutural para o acesso aos ganhos econômicos deste processo. Esta seleção se dá através da força militar e econômica legitimada por um constante estado de exceção que permite com que os líderes hegemônicos intervenham para garantir a ordem moral do Império. Além das armas, o conjunto de defesa do Império conta também com os mais eficazes meios de comunicação que estão orientados constantemente para produção simbólica do Inimigo (HARDT; NEGRI, 2010, p. 55).

Os Estados Unidos são os principais motivadores para construção de um estado de exceção mundial. Após os ataques de 11 de Setembro de 2001, aquele país elevou o controle sobre suas fronteiras e deflagrou uma “guerra ao terror” enviando tropas ao Afeganistão na tentativa de capturar o principal suspeito daqueles ataques, Osama Bin Laden. Menos de dois anos depois, sob o mesmo pretexto de sua guerra ao terror, os Estados Unidos invadiram o Iraque para capturar e assassinar Saddam Hussein. Enquanto sua guerra ao terror acontece, suas empresas petroleiras aguardavam ansiosas as transições políticas dos países do oriente médio para poderem oferecer sua tecnologia de extração de petróleo e lucrar muito com as intervenções militares produzidas. Enquanto isso, grandes marcas de produtos de consumo dos Estados Unidos como Apple, Hewlett Packard, Nike, dentre outras, estabelecem suas fábricas fora do seu país, mesmo que esses países não respeitem valores democráticos, quando muito, direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras dos países anfitriões.

Enquanto existe um aparato comunicacional para justificar intervenções militares violentas com o intuito de “salvar vidas inocentes do terrorismo” ou “libertar povos de regimes ditatoriais”, também existem interesses econômicos transnacionais que são os principais beneficiados com essas intervenções. No entanto, não se pode justificar que um existe pelo outro, nem os Estados controlam diretamente as empresas, tampouco as empresas controlam o Estado. E por não poder determinar um pelo outro é que compartilho da opinião de Hardt e Negri de que o Império se constituiu enquanto unidade sistêmica. A partir da construção de

valores universais o Império “exaure o tempo histórico, suspende a História, e convoca o passado e o futuro para dentro de sua própria ordem ética. Em outras palavras, o Império apresenta sua ordem como algo permanente, eterno e necessário” (HARDT; NEGRI, 2010, p. 29).

A força com que este fenômeno acontece legitima uma ordem mundial que persegue infinitamente taxas sempre maiores de crescimento econômico e o “bem estar da economia”. Com a erosão do poder estatal e o aumento do poder das corporações transnacionais, estas ocuparam o papel de reprodutoras sistêmicas desse modelo de globalização. É também por isso que o Império se distingue do imperialismo do século XIX. Se na modernidade o controle estava firme na mão soberana dos Estados-nação, colonizadores que buscavam expandir cada vez mais suas fronteiras, na pós-modernidade não é a anexação de territórios o principal objetivo. Ao contrário, as grandes corporações transnacionais, para fazerem valer seus interesses, estruturam e articulam territórios e populações e tendem a fazer dos Estados-nação meramente instrumentos de registro do fluxo de mercadorias, dinheiro e populações que põem em movimento (HARDT; NEGRI, 2010, p. 50-51).

A liquidificação das relações sociais e políticas e o fortalecimento do campo privado que promoveu o desenvolvimento do capitalismo a níveis inimagináveis é derivado da desvinculação dos ganhos políticos obtidos pela busca de um estado de bem estar-social e as relações econômicas de produção. O estado de bem-estar social que a Europa alcançou no final dos anos 1960, através da luta de trabalhadores por melhores condições de vida, passou a ser visto como um problema na medida em que o mundo entrava numa crise energética, em 1973, e os Estados-nação não tinham condições financeiras de manter tais garantias sociais. A destituição de direitos surgiu como um pretexto para defender um mundo mais competitivo e globalizado.

Assim surgia uma economia globalmente integrada, sob a doutrina da desregulamentação de mercados atrelada às reformas fiscais para retirada de direitos sociais. Este movimento estruturado de forma articulada entre diversos países da Europa produziu graves consequências sociais, inclusive nos países centrais do capitalismo, desencadeando uma “crise de governabilidade” (SANTOS, 2005). Esta reacendeu a luta social adormecida durante o período da

desmobilização política entre as décadas de 1930 e 1960 (GOHN, 2007, p. 36).

As democracias estavam em crise porque se encontravam sobrecarregadas com direitos e reivindicações e porque o contrato social, em vez de excluir, era demasiado inclusivo, devido precisamente às pressões sobre ele exercidas pelos actores sociais históricos (os partidos operários e os sindicatos). Com esta análise e o poder social por detrás dela, a crise do governo baseado no consenso (crise de legitimidade) transformou-se numa crise do governo tout court, e, com isto, a crise de legitimidade transformou-se em crise de governabilidade (SANTOS, 2005, p. 12).

A retirada de direitos sociais não aconteceu sem que houvesse também um enfrentamento político. A incapacidade em justificar a retirada destes direitos acirrou os conflitos sociais por todo o continente, o quê alavancou uma crise política atrelada a crise econômica que assolou a Europa⁸.

As organizações internacionais neste contexto agem de duas formas. Uma é para regulação e garantia de contratos nas esferas comerciais e financeiras e a outra para tornar a globalização “aceitável”, do ponto de vista da legitimação da exploração dos dominados pelos dominantes. É neste sentido que Ali Kazancigil critica as normas estabelecidas pela forma atual de globalização, pois estas não respeitam as dimensões sociais e democráticas e encontram-se limitadas as esferas comerciais e financeiras (KAZANCIGIL, 2002). De fato, as normas financeiras e comerciais ganham grande força vinculante, enquanto resoluções ligadas ao desenvolvimento social e a proteção ambiental são sistematicamente desrespeitadas ou ignoradas por aqueles que perdem economicamente com as resoluções. O exemplo mais claro nesta última década pode ser encontrado no protocolo de Kyoto, que teria sua primeira rodada concluída neste ano (2011), mas que se transformou num grande fracasso por não ter sido assinado pelas principais nações poluidoras: os Estados Unidos e a China. Enquanto isso, os programas humanitários das Organizações das Nações Unidas estão longe de acabar com a fome crônica na África. As missões de paz corriqueiramente se transformam em infrações graves contra a soberania de países menores na tentativa de se constituir novas elites políticas e econômicas para sua reestruturação, como é o caso do Haiti.

Em suma, a globalização hegemônica é um modo distinto de dominação econômica, cultural, social e política, mas que estabelece a primazia do econômico sobre as demais dimensões sociais (HELD; MCGREW, 2007, p. 172). Apesar do

⁸ Para mais detalhes sobre essa discussão, consultar OFFE (1984).

discurso inclusivo da criação de uma grande “aldeia global”, a globalização passou a ser na verdade um mundo de possibilidades seletivas. Mesmo facilitando a locomoção e comunicação entre pessoas espalhadas por diversas partes do mundo, representando uma compressão do espaço tempo, somente parte dos locais e das pessoas têm acesso a essa possibilidade, acelerando o processo de aprofundamento das desigualdades e reforçando a hierarquização social entre ricos e pobres. Um “mundo seletivo”, conforme Held e McGrew (2007, p. 4), implica lugares de poder e objetos de poder. Estes dois elementos estão sempre conectados, mas a construção do poder globalizado é desnacionalizado e, por isso, não necessariamente os lugares de poder estão territorialmente vinculados aos objetos de poder. O uso do poder *hard* (militar e econômico) apoiado pelo poder *soft* (político e cultural) cria um expediente inter-relacionado de um mundo que somente uma parte privilegiada tem acesso aos recursos e benesses da globalização, ao mesmo tempo que convence os que não têm acesso a esses recursos que um dia poderão ter (BAUMAN, 1999, p. 79).

Visões críticas a este processo surgem na década de 1990 apontando que a globalização hegemônica trouxe mais prejuízos do que benefícios para a grande massa da população mundial. A integração dos mercados através dos tratados de livre comércio trouxe grandes prejuízos às economias periféricas junto com o caos social de desemprego e baixa atividade econômica. Com a abertura de mercados, os ajustes para tornarem competitivas as novas economias recém-integradas ao “mercado global” geram inúmeras falências de indústrias nacionais devido a competição dos bens importados. Ao mesmo tempo em que as industriais nacionais desapareciam, a balança de pagamentos destas economias sofriam para serem compensadas devido ao crescimento acelerado das importações nestes países. Para os trabalhadores demitidos, a euforia de se integrarem a um mercado global de oportunidades foi transformada na revolta em se tornarem parte da grande massa mundial de desempregados.

Para a riqueza multiétnica dos países da periferia, a integração globalizadora subjugou o seu modo de vida por muitas vezes não estarem “adequados ao padrão de eficiência” que a nova ordem mundial exigia. Estas massas marginalizadas deveriam ser adequadas a esta nova realidade utilizando-se a pedagogia do

consumo. As suas diferenças deveriam ser transformadas em padrão para que estes novos atores pudessem estar “incluídos”.

Em 1998, surge em Genebra a maior reação à globalização hegemônica já vista até então. Entre os dias 23 e 25 de fevereiro A Ação Mundial dos Povos (AGP ou, da sigla em inglês, PGA – *People Global Action*) convoca diversas manifestações que recebem a adesão de movimentos sociais de todos os continentes. Nesta cidade, lança-se uma coordenação mundial de resistência contra o mercado globalizado com ações diretas em várias cidades do mundo. Na ocasião são lançados o manifesto da AGP⁹ e os cinco pontos de partida fundamentais que são:

1) Uma rejeição muito explícita da OMC e outros acordos de liberalização comercial (como APEC, a EU, NAFTA, etc.) por serem promotores ativos de uma globalização destrutiva socialmente e ambientalmente; 2) Nós rejeitamos todas as formas e sistemas de dominação e discriminação incluindo, mas não somente, o patriarcado, o racismo e o fundamentalismo religioso de todos os credos. Nós abraçamos a completa dignidade de todos os seres humanos; 3) Uma atitude de confronto, uma vez que não achamos que tentar influenciar e participar possa ter um grande impacto em tais preconceituosas e não-democráticas organizações, nas quais o capital transnacional é o único verdadeiro orientador das políticas; 4) Uma chamada para a desobediência civil não-violenta e a construção de alternativas locais pelas comunidades locais, como resposta para a ação dos governos e das corporações; 5) Uma filosofia organizacional baseada na descentralização e na autonomia.

Dentre os princípios organizacionais da AGP estão a descentralização radical de sua estrutura (tanto diretiva quanto financeira). A negação a qualquer estrutura juridicamente constituída. A autonomia da ação e a não vinculação de membros. A articulação da ação se dá através de conferências bienais e através do uso intensivo de ferramentas de comunicação ligadas a internet. Em suma a AGP pode ser definida como uma rede informata e descentralizada de grupos autônomos que lutam em solidariedade e cooperação.

Em 1999, o grupo organizou a principal manifestação antiglobalização da história do movimento. Para o dia 30 de Novembro deste ano foi convocada o que se chamou de “um dia de ação global, resistência e carnaval contra o sistema global capitalista”¹⁰. Esta convocatória incentiva manifestações por todo o mundo contra o

9 Manifesto disponível em português em <<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pt/manifesto.htm>>. Consultado em 15 janeiro 2012.

10 A convocatória pode ser acessa através do endereço <<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/seattle/n30/n30callpt.htm>>. Consultado em 15 janeiro

capitalismo, com seu epicentro localizado na cidade estadunidense de Seattle. Neste dia, a manifestação convocada concentrou em torno de 500 mil pessoas que cercaram o prédio onde aconteceria a 3ª Conferência da Organização Mundial de Comércio (World Trade Organization, daqui em diante WTO), conhecida também como rodada do milênio. Eram esperados ministros de 150 governos, que iriam discutir os rumos da liberalização do comércio mundial. No entanto, a ação dos manifestantes impediu a realização da reunião sobre dura repressão da polícia local. Devido o “ambiente de guerra”, que foi estabelecido nesse dia, este fato também ficou conhecido como a Batalha de Seattle¹¹. Para se ter ideia das proporções que a manifestação tomou, o prefeito da cidade, Paul Schell, decretou estado de emergência e o toque de recolher. A ação impediu que muitos delegados da OMC conseguissem chegar ao prédio, inclusive o então secretário geral da ONU, Koffi Annan, e a Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright¹².

O impacto produzido por estas manifestações chamaram a atenção para as consequências políticas produzidas por elas. Se havia uma grande expectativa do mundo liberal para a rodada do milênio, como uma sinalização da construção de grandes áreas de livre comércio como a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), ela não foi concretizada na ocasião da 3ª Conferência da OMC. Não se pode atribuir diretamente a causa do fracasso da rodada do milênio às ações antiglobalização produzidas nesse período, porém é significativo o que estas ações promoveram em termos de difusão das consequências do neoliberalismo para opinião pública e a sensibilização da academia para o estudo destes novos atores globais.

Talvez a principal contribuição realizada pelos movimentos antiglobalização tenha sido justamente a quebra do falso consenso de que a globalização teria uma única forma: capitalista neoliberal. Inspirados na tese de Francis Fukuyama (2002) sobre o fim da história, a globalização hegemônica caminhava para impor suas regras de maneira monolítica e homogeneizadora, sem respeitar vozes contraditórias

2012.

11 Um vídeo que demonstra a ação policial e o clima estabelecido na cidade de Seattle pode ser visto em <http://www.dailymotion.com/video/xaklgn_documentary-part-v-the-battle-in-se_webcam>. Consultado em 15 janeiro 2012.

12 Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/esp_seattle_rodad_01.12.htm>. Consultado em: 15 janeiro 2012.

e utilizando dos aparatos de Estado e de governança mundial para construir um ambiente hermético e socialmente contínuo.

Para a academia, a emergência de novos atores no cenário político chamou a atenção para novas variáveis que deveriam ser analisadas na política internacional. Houve um retorno à ênfase na importância das ideias do sujeito, da comunicação e das mudanças normativas para produção de análises convincentes sobre os aspectos, negações ou transformações sobre o entendimento da globalização, tanto como processo histórico como discurso hegemônico (HELD; MCGREW, 2007, p. 163).

O que alguns autores das Relações Internacionais apontam como “choques de globalização” (KEOHANE; NYE, 2003) pode ser entendido como o momento histórico em que há uma competição entre visões de globalizações alternativas (HELD; MCGREW, 2007, p. 163). Isso quer dizer que a globalização não é um processo acabado, mas sim, que está sendo moldado socialmente e disputado politicamente pelos diversos atores interestatais, transgovernamentais e transnacionais nos espaços políticos, fóruns, reuniões intergovernamentais e discursos acadêmicos. Held e McGrew (2007, p. 163-164) identificam os seguintes campos intelectuais sobre o conceito:

- Os transformacionistas: a globalização deve ser tomada como uma condição real e deve ser submissa a reforma ou transformação política;

- Os globalistas críticos: a globalização deve ser levada a sério, mas como uma nova forma de dominação que deve ser resistida juntamente com projetos políticos alternativos para remodelar o mundo de acordo com princípios cosmopolitas universais;

- Os estatistas: a ideia de globalização, ou sua natureza benigna, é vista com muito ceticismo e, por isso, sua ênfase continua no centralismo do poder de Estado para melhoria das condições humanas;

- Os globalistas: o privilégio do global é negado e o entrelaçamento entre globalização e localização é enfatizado, mas com atrelamento normativo de um “cosmopolitismo enraizado”.

Com o crescimento súbito das vozes antiglobalização, fez-se necessária a construção de uma visão mais “positiva” sobre uma globalização alternativa à negação da sua forma capitalista. A partir de uma visão globalista crítica, a globalização hegemônica produziu instrumentos de dominação que foram alvo de resistência dos movimentos antiglobalização, mas que, agora, a partir da interação e da formulação de novas propostas por uma “outra globalização”, deve-se criar alternativas políticas para construção de um mundo cosmopolita livre de dominação, articulado em diversas lutas locais e transnacionais de resistência e reconhecimento.

Ao mesmo tempo a construção de globalizações contra-hegemônicas não está só centrada na luta pela redistribuição de recursos, mas também na luta pelo reconhecimento, seja de minorias étnicas ou da discriminação de gênero. A perspectiva da “globalização desde baixo” dirige sua atenção para a significância do ator individual e coletivo, respeitando a diversidade como princípio fundamental de convivência. Ou seja, a aceitação de um comunitarismo radical, que assume a coexistência de múltiplas globalizações alternativas com a multiplicidade de comunidades locais e globais (HELD; MCGREW, 2007, p. 173).

As teorias neo-gramscianas acerca das hegemonias pensavam as contra-hegemonias como um estado anterior para formação de um novo bloco histórico que determinaria um novo arranjo de classes na sociedade. A noção de contra-hegemonia que se quer dar aqui, no entanto, é um pouco diferente. Pensa-se em contra-hegemonia o estado latente de enfrentamento constante de hegemonias totalizadoras. Em suma, as contra-hegemonias existem para nutrir a utopia de um mundo sem hegemonias. A consequência dessa afirmação poderia levar essa discussão até a criação de um mundo em que as relações sociais se dão sem a necessidade do poder para organização política. Apesar de esta parecer uma leitura utópica, a construção de um mundo mais justo e solidário não se dará enquanto o poder econômico e o poder político estiverem concentrados nas mãos de poucos e sendo usados para oprimir e dominar outros seres humanos.

Por isso, pensar a existência de muitas globalizações, e estas voltadas ao respeito mútuo dado pelo reconhecimento da diversidade, não é uma tarefa trivial. Para tornar esse exercício possível, recorro a proposta de Boaventura de Sousa Santos (2004) da construção de uma *sociologia das ausências*. Segundo a definição

do autor:

A sociologia das ausências é uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não-existente, isto é, como um alternativa não-credível ao que existe. (...) O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis, objetos ausentes em presentes. (SANTOS, 2004, p. 14).

Isso significa que globalizações contra-hegemônicas também tornam visíveis iniciativas que eram deixadas de lado por não serem críveis. O conhecimento produzido pela experiência social fora da lógica científica é, muitas vezes, desprezado por não se adequar a um formato específico. Boaventura de Sousa Santos chama isso de desperdício da experiência social (SANTOS, 2004, p. 17). Para ele, o principal fator que gera esse desperdício é a *monocultura do universal e do global* (Ibid, p. 16). Nos termos dessa lógica, aquilo que é adotado como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis. Essa lógica levada ao extremo necessariamente produziria seres homogêneos em escala global.

A técnica e a ciência estão a serviço da globalização hegemônica ao passo que a legitimam e a promove, ao mesmo tempo que desqualificam, ocultam ou trivializam a globalização contra-hegemônica. Dessa forma, perante saberes reconhecidos como rivais, o conhecimento científico hegemônico ou os converte em matéria-prima pasteurizando-o para se tornar um produto¹³, ou os rejeita na base da sua falsidade ou ineficácia à luz do critério hegemônico da verdade e da eficácia (SANTOS, 1995, 2000, 2003).

A contraposição da monocultura do universal é a prática de ecologias, ou seja, de articular a diversidade através da identificação e da promoção de interações sustentáveis entre entidades parciais heterogêneas (SANTOS, 2004, p. 18). Boaventura de Sousa Santos enumera cinco ecologias necessárias para construção de uma globalizações contra-hegemônicas.

A primeira é a ecologia dos saberes, em que a monocultura do saber e do rigor científico é confrontado pela identificação de outros saberes e de outros

¹³ Bons exemplos são as muitas campanhas para proteção ao meio ambiente, ou o uso de produtos do extrativismo amazônico para cosméticos ou também o uso do conhecimento camponês da agroecologia para produção de orgânicos a serem vendidos como produtos especiais bem mais caros. Basicamente é o uso destes conhecimentos não para transformação a que se propõe, mas que numa forma de transformismo se incorporam ao modelo de produção capitalista de racionalização da produção.

critérios de rigor que operam credíveis em práticas sociais. “Toda a ignorância é ignorante de um certo conhecimento, e todo o conhecimento é a superação de uma ignorância particular” (SANTOS, 2004, p. 18). Esse formato de pensar a relação entre diversos conhecimentos, no entanto, não implica a aceitação do relativismo. A questão não está em atribuir igual validade a todos os tipos de saber, mas antes permitir uma discussão pragmática de critérios de validade alternativos, que não desqualifique a partida tudo o que não se ajusta ao cânone epistemológico da ciência moderna (SANTOS, 2004, p. 19).

A ecologia das temporalidades estabelece que as sociedades são constituídas por diversas temporalidades. A monocultura do tempo linear estabelece que todos e todas estão situados num mesmo tempo linear, o que implica que os hábitos modernos são melhores que o tradicionais, que as economias desenvolvidas são melhores do que as em desenvolvimento e assim por diante. Dessa forma, as experiências que não estão adequadas ao mesmo quadro de temporalidade geram resíduos ininteligíveis e que devem ser suprimidas pela temporalidade hegemônica. Porém, “uma vez que essas temporalidades sejam recuperadas e dadas a reconhecer, as práticas e as sociabilidades que se pautam por elas tornam-se inteligíveis e objetos credíveis de argumentação e de disputa política” (SANTOS, 2004, p. 20).

A terceira ecologia apresentada por Boaventura é a ecologia dos reconhecimentos. As democracias liberais construíram instrumentos jurídicos que estabeleceram a igualdade jurídica como princípio fundamental de liberdade. No entanto, esse processo, ao mesmo tempo em que garante a isonomia entre iguais, torna invisível os desiguais: os pobres, de minorias étnicas, de gênero etc. Ao mesmo, pela igualdade jurídica também não produzir igualdade de recursos, fez com que o poder capitalista moderno ocidental ganhasse o privilégio de determinar quem é igual e quem é diferente pelas brutais diferenças de recursos entre os agentes. Para resolver essa questão, Boaventura sugere a articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença, permitindo assim as diferenças iguais, uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos. Eu sou igual a medida em que a igualdade não torna invisível a minha diferença (SANTOS, 2004, p. 21).

A ecologia das trans-escalas é a quarta ecologia apresentada por

Boaventura. Nela, busca-se estabelecer os efeitos da globalização hegemônica no local para, a partir da sua crítica, buscar a sua “desglobalização” e a eliminação de globalismos localizados. Ao “desglobalizar” o local, proporcionando a diversidade de práticas sociais, abre-se a oportunidade para reglobalização contra-hegemônica do local. Para isso, segundo Boaventura, é importante o exercício da imaginação cartográfica para desenhar o local não só como ele se mostra, mas também aquilo que ele oculta (SANTOS, 2004, p. 21).

Por fim, a ecologia das produtividades que procura enfrentar a monocultura da produtividade capitalista. A sociologia das ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária etc (SANTOS, 2004, p. 21-22). Estas iniciativas foram invisibilizadas pela ortodoxia produtivista que prega a eficiência econômica máxima das organizações econômicas. A contaminação cultural desta ideologia se dá pela construção de seres cada vez mais egoístas e preocupados na eficiência máxima de cada ação do cotidiano. Estes também negam outras produtividades como possíveis e muitas vezes até as atacam como atrasadas ou dos que têm “o corpo mole”. Essa é a ecologia que bate de frente com o projeto de desenvolvimento e crescimento econômico infinito e a lógica da primazia dos objetivos de acumulação sobre objetivos de distribuição que sustentam o capitalismo global (SANTOS, 2004, p. 22).

A sociologia das ausências para construção de globalizações contra-hegemônicas permanecerão discutidas neste trabalho, principalmente quando a discussão sobre os aspectos políticos das contra-hegemônicas vier a tona. A sua versatilidade em tanto tratar o individual quanto o estrutural, tanto o local quanto o global, mostra-se bastante interessante para um trabalho que tampouco procura uma verdade totalizante sobre a construção de um mundo totalizante, mas que, ao contrário, procura descrever aqueles que buscam ter voz para construção de diversos outros mundos possíveis.

1.4 ALGUMAS CONCLUSÕES

Este capítulo procurou refletir a globalização e as suas consequências políticas. Para isso, foi necessário o esclarecimento do conceito e também sua contextualização histórica. Na primeira seção, busquei refletir os impactos produzidos pela revolução informacional sobre o modo de produção. A criação de ferramentas de comunicação cada vez mais eficientes transformou o conhecimento e a informação em meios de produção passíveis de produzir transformações materiais, bem como, de serem explorados e dominados. Ao mesmo tempo em que o capitalismo sofria esses ajustes estruturais, os países centrais, principalmente a Europa, sofriam com o impacto de uma crise de governabilidade produzindo um ecossistema para florescer a forma capitalista pós-moderna, em que os atores privados internacionais passam a ter um papel preponderante nas definições políticas e econômicas no mundo. Essa discussão serviu de base para contextualizar o momento histórico em que surge a globalização moderna e quais as consequências materiais produzidas por esse novo modelo global de organização social.

Na segunda seção, busquei refutar a ideia de uma única globalização para sugerir a existências de muitas globalizações. Pela própria dinâmica social proporcionada pela aceleração das interações sociais proporcionadas pelo avanço tecnológico dos meios de informação e transporte, as sociedades se tornaram ambientes sociais e políticos complexos e que não podem ser analisadas de forma monolítica como um único fenômeno mundial. A consequência desse cenário complexo naturalmente é a pluralidade de visões sobre o fenômeno da globalização.

Na terceira seção, procurei apurar e diferenciar os conceitos de globalização hegemônica e contra-hegemônica. Com relação à busca de um entendimento mais apurado sobre a globalização hegemônica, busquei refletir o conceito de Império proposto por Hardt e Negri e as consequências sociais e políticas imbuídas nesse conceito. Com relação ao entendimento mais apurado sobre globalização contra-hegemônica, busquei refletir a formulação do conceito através da transformação das lutas antiglobalização. A conclusão foi que as globalizações contra-hegemônicas surgiram da necessidade de tornar a luta antiglobalização mais propositiva. Isso

produziu consequências políticas interessantes e demonstrou o quanto o campo contra-hegemônico é diverso e, por isso, o quanto é importante o entendimento das contra-hegemonias enquanto ecologia de saberes.

O exercício da política entendida como um processo num sistema social tem por função organizar como os objetivos desse sistema são escolhidos, ordenados em termos de prioridade temporária e, ao mesmo tempo, concernentes à distribuição de recursos postos em execução. Para o exercício dessa função, é necessária a cooperação e a solução de conflitos por meio da autoridade política e, se necessário, pela coação. No entanto, devido a desigualdade de forças materiais, ao mesmo tempo em que pequenos grupos tem dificuldade em acessar a coisa pública para fazerem valer seus interesses, existe uma tendência histórica da política favorecer aqueles que têm mais poder na sociedade.

Por isso, a grande reflexão sugerida quando se tenta pensar num sistema político que valoriza a diversidade como elemento balizador é: como construir consensos em torno de movimentos e discussões que podem ser antagônicas? Enquanto o movimento sindical influencia a sociedade pela defesa do emprego (que exige desenvolvimento econômico) e o movimento ambientalista pelo meio ambiente (inclusive com a recuada do desenvolvimento econômico), seria possível surgirem consensos entre o movimento sindical e o ambientalista, por exemplo? É o que se pretende discutir nos próximos capítulos.

2 OS ATORES E AS FORMAS DE AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL

Este capítulo pretende discutir o significado possível de uma sociedade civil global. A cena política construída a partir do choque entre a globalização hegemônica e contra-hegemônica determina um palco político mundial que estabelece limites e atribui papéis aos atores que realizam esta disputa. Através de seus pressupostos, diversas correntes teóricas da ciência política procuraram operacionalizar os elementos que constituiriam uma sociedade civil global. Para tentar demonstrar como as percebo a articulação entre os atores e sociedade civil e também entender quais as possibilidades em se compreender espaços internacionais radicalmente democráticos, dividi este capítulo em três seções.

A primeira seção buscará discutir a possibilidade para o surgimento de uma Sociedade Civil Global (SCG) e como esta categoria interage com os atores transnacionais. Nesse exercício buscarei confrontar os campos conceituais que tentaram dar conta da análise desta categoria.

A segunda seção procura caracterizar quem são os atores transnacionais e qual o elemento encontrado por estes para agir politicamente no plano internacional para que, na terceira seção, sejam descritos os atores transnacionais que merecem um pouco mais da atenção desse trabalho: Os Novos Movimentos Sociais. Nessa última seção, serão descritos com maior detalhe os elementos que dão coesão organizacional e política para estes atores.

2.1 A SOCIEDADE CIVIL GLOBAL

Discutir a categoria *sociedade civil* é um exercício bastante difícil, principalmente pela dificuldade em se estabelecer concretamente sua referência. Discutir essa categoria pela perspectiva da Ciência Política é ainda mais difícil, pois devido à pluralidade dos conceitos que a definem, bem como a atomização dos atores abarcados por esta categoria, identificar os impactos políticos destes requer uma tarefa metodológica árdua. Um dos caminhos possíveis para tentar conceituar a sociedade civil é através da análise dos vários entendimentos de como essa se

relaciona com as instituições, o poder e a política. Seria como um processo de decantação social, na qual a sociedade civil enquanto unidade política estaria dispersa pelo tecido social e, ao analisarmos a relação dessa com determinadas categorias “concentradoras”, os elementos dispersos seriam atraídos para permitir uma análise em separado.

Por isso, para entender o comportamento dos atores transnacionais, essa seção procurará descrever como esses se relacionam com essas categorias e, dessa forma, tentar estabelecer de qual(ais) palco(s) político(s) que estou falando, e quem são os atores que atuam nele(s). Buscando assim estabelecer os elementos que tornam possível se pensar numa Sociedade Civil Global.

O autor Liszt Vieira (2001) é um dos que procuram delinear o conceito de cidadania global discutindo os formatos possíveis de uma “democracia global” a partir da leitura de diversas tradições democráticas como a republicana, a liberal, a democracia direta, a social-democracia e a radical-participativa. Com a extrapolação para o plano global destas formas de se pensar a democracia, Vieira descreve uma tipologia com a qual seria possível se pensar uma sociedade civil global. Para o autor, as reflexões sobre o fenômeno poderiam ser orientadas por três grandes modelos normativos: 1) o liberal-internacionalista; 2) o radical democrático; 3) e o cosmopolita (VIEIRA, 2001, p. 256).

O primeiro deles busca nas raízes iluministas as ideias para se constituir um mundo em que a cidadania é construída por direitos e deveres dos indivíduos. Numa versão global da cidadania, estes direitos e deveres seriam estendidos para o plano internacional. A democracia mundial seria fortalecida enquanto mais atores fossem privilegiados por esse campo jurídico institucional. O liberal-internacionalismo separa o econômico e o político, restringindo a democracia a este último. Assim, Vieira percebe os movimentos ligados à reforma das Nações Unidas como movimentos para a democratização do espaço público mundial (VIEIRA, 2001, p. 257). Sobre uma perspectiva liberal, espera-se que, com a abertura das instituições, necessariamente se reduza o *déficit* democrático. Ou seja, na forma liberal de se pensar a democracia mundial, necessariamente se deve pensar no papel do indivíduo dotado de direitos que age em um sistema por meio das instituições. No caso de uma democracia mundial, através das instituições internacionais. A visão

sobre a globalização dos teóricos que utilizam este modelo é positiva. Para eles, a globalização contribui para a interdependência dos Estados nacionais e o consequente fortalecimento das instituições internacionais.

O modelo radical democrático procura apresentar formas de democracia que sejam construídas “de baixo para cima”. Segundo Vieira, este modelo comporta duas vertentes, uma marxista e outra comunitarista, ambas defendendo a democracia direta e participativa, a igualdade de fato (e não simplesmente a igualdade jurídica), a solidariedade, a emancipação e a transformação das relações de poder existentes. Para um modelo radical democrático, é necessário democratizar as formas de Estado e de sociedade civil, tanto no nível local quanto global com o objetivo de controlar social e politicamente a economia (cf. VIEIRA, 2001, p. 257). Contrapondo esta perspectiva ao liberalismo-internacionalista, economia e política não poderiam ser separadas. Neste caso, a democratização não estaria só ligada à formas de participação na política, mas também em todas as dimensões: econômica, social e política. A construção de formas de apropriação da sociedade civil para interferir nestas dimensões lançariam bases para construção de uma democracia direta e substantiva. As manifestações contra-hegemônicas, principalmente as que procuravam enfrentar os acordos da rodada do milênio, são indicadores da recomposição da sociedade civil e a reivindicação desta por participar destas instâncias de decisão. Para este modelo, a globalização na sua forma histórica atual seria uma globalização voltada para beneficiar a uma classe capitalista transnacional e tem como base a liberalização econômica e não a construção de uma sociedade global mais inclusiva. Neste caso, a globalização hegemônica deve ser contraposta pela globalização contra-hegemônica, que é radicalmente democrática e socialmente inclusiva.

O terceiro modelo para se pensar uma democracia é o cosmopolita, no qual a ordem mundial “é uma ordem tanto de Estados quanto de povos” (MCGREW¹⁴ citado por VIEIRA, 2001, p. 258). Os teóricos deste modelo acenam para uma ordem pós-Vestfália em que “a soberania estatal e a territorialidade deixam progressivamente de ser os princípios norteadores da vida política internacional contemporânea” (VIEIRA, 2001, p. 259). Essa nova ordem estaria ligada à construção de novos princípios éticos que conduziram a um novo direito público da

14 MCGREW, A. **The Transformation Of Democracy**. Cambridge: Polity Press, 1997.

humanidade. Mesmo pensando numa ordem pós-Vestfália, os teóricos deste modelo afirmam que isso não seria a superação do Estado-nação, mas sim o reposicionamento do papel político desta unidade em uma estrutura transnacional comum de ação política (VIEIRA, 2001, p. 259). Os cosmopolitas pensam que o Estado-nação não pode mais reivindicar para a si a condição de “único centro de poder legítimo nas suas próprias fronteiras, ao mesmo tempo em que deve assumir um papel mediador de diferentes lealdades nos planos subnacional, nacional e internacional” (Ibid, p. 260). O meio para se atingir uma democracia global sobre o pensamento cosmopolita seria a reconstrução (e não reforma) a longo prazo do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), da sociedade civil e do mercado. Em suma, o cosmopolitismo percebe como importante não só a democratização no plano político, mas também nas relações econômicas globais e nas formas de governança mundial. O princípio para o exercício democrático não está voltado só para o direito individual, não obstante aos direitos coletivos dos povos, organizações, comunidades ONGs etc. A visão cosmopolita também percebe a globalização como potencial transformador para “estimular novas formas de associação, solidariedade, identidades, comunidades e organizações transnacionais que, combinadas, definem uma 'sociedade civil global'” (MCGREW¹⁵ citado por VIEIRA, 2001, p. 259).

A visão cosmopolita é provavelmente a que traz mais elementos para entender a sociedade civil num contexto de globalizações, processo este que fez emergir a importância dessa categoria na análise política, em especial das Relações Internacionais. Conforme identifica Luciana Ballestrin, a década de 1990 foi, por excelência, a da “descoberta da sociedade civil como categoria passível de verificação empírica nos contextos locais e nacionais, passando pela primeira vez na história da Ciência Política a ser tratada como um objeto científico, e não filosófico” (BALLESTRIN, 2010, p. 42). A sociedade civil ressurgiu a partir da década de 1970, tanto no Leste Europeu quanto na América Latina, o que reanimou o debate após meio século em que as Ciências Sociais foram dominadas pelas teses da desmobilização política. Para Ballestrin (2010) e Costa (2003), “o ponto similar desse fenômeno em ambos continentes foi encontrado na contraposição ao Estado, este como representante de regimes militares ditatoriais e totalitários,

15 Idem nota 23.

respectivamente” (COSTA¹⁶ citado por BALLESTRIN, 2010, p. 43). Enquanto isso, na Europa e nos Estados Unidos, a sociedade civil também ressurgia, mas com características diferentes conforme já descrito no capítulo anterior. Estes movimentos buscavam se contrapor ao Estado controlador e produtor de guerras e que naquele momento também retirava direitos sociais conquistados.

Neste novo cenário histórico, as formas de mobilização da sociedade civil buscavam na “transformação”, em contraposição a ideia de “revolução”, o significado para sua ação política. Salvo algumas exceções de movimentos revolucionários na América Latina de regimes autoritários, como os movimentos armados no Brasil ou o Sandinismo no Peru, os movimentos sociais surgem com a ideia do distanciamento da violência e da tomada do poder do Estado como forma de ação política. Constituem-se, a partir daí, novos significados para ação como a autonomia; o modelo tripartite autolimitado; as ideias de organização e autodeterminação; a busca pelo consentimento e entendimento pelo diálogo livre e racional; e o círculo virtuoso estabelecido com as práticas democráticas (COHEN; ARATO, 2001; BALLESTRIN, 2010). O *locus* para transformação por parte da sociedade civil na pós-modernidade se dá no império da razão comunicativa, fortalecido pela crise dos *valores industriais* (TOURAINÉ, 1988).

Na busca de um formato para a sociedade civil, como esta se organiza e as formas de relação com o Estado, um campo de pesquisa considerado consolidado é o do enfoque participativo democrático (SANTOS, 2002). Para este campo, a sociedade civil é relevante como elemento de análise tanto política quanto cultural, pois é ela o principal objeto para se pensar modelos de democracia participativa.

A década de 1990 presenciou a emergência de ações globais que demonstraram o surgimento ainda de uma Sociedade Civil Global em consolidação. Estas ações buscam pressionar Estados na reação contrária a políticas ou nas proposições de caminhos alternativos. Exemplos deste período são a adoção: do Protocolo de Kyoto (1997); do Tratado de Ottawa (1997); do Tribunal Penal Internacional (1998); do Acordo Multilateral de Investimentos (1998); dos protestos antiglobalização econômicos em Seattle (1999), Praga (2000) e Gênova (2001) ; os

16 COSTA, S. **Democracia cosmopolita : déficits conceituais e equívocos políticos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 53, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/107/10705302.pdf>>. Acesso em: 04/04/2012.

encontros anuais do Fórum Social Mundial desde 2001 e bienais desde 2007; a intensificação da participação das ONGs (Organizações Não-Governamentais Internacionais) nas conferências mundiais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a criação das chamadas “Conferências Paralelas” (PIANTA; SILVA; ZOLA, 2004) que foram inauguradas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 (ECO-92).

O cenário de articulação estabelecido por estes movimentos e a percepção do ganho da abrangência da sua ação através da repercussão midiática e, algumas vezes, na influência na tomada de decisões dos representantes políticos *de facto* tornaram estas ações a possibilidade em se constituir uma esfera real de expressão, participação, intervenção e pressão pública global, bem como uma “autoconsciência internacionalista” no sentido de Sidney Tarrow (TARROW, 2005, p. 2). Ao analisar a forma e o conteúdo das ações dos movimentos que compõe a SCG, podemos concluir que a esta categoria emerge sob as condições da globalização. As ações destes atores se direcionam para denunciar e enfrentar os efeitos regressivos impostos pela globalização hegemônica que procura privatizar todas as esferas da vida e suplantam a esfera econômica sobre a social e cultural (SANTOS, 2005). Dessa forma, teorizar a Sociedade Civil Global também se apresenta como “força crítica e alternativa às análises celebrantes e irreversíveis da globalização econômica e do Estado mínimo, na esteira dos movimentos altermundialistas” (BALLESTRIN, 2010, p. 44).

Ao se pensar Sociedade Civil Global (SCG), as vertentes teóricas que tentam dar conta do conceito estão no neoinstitucionalismo das Relações Internacionais e a outra, mais interdisciplinar, que concebe a SCG como manifestação da potencialidade transnacional da sociedade civil (BALLESTRIN, 2010, p. 44). A primeira reconhece na *interdependência* o principal elemento que trouxe à tona o protagonismo da sociedade civil. Este processo reconhece não só o papel do Estado, mas também o ator transnacional como politicamente relevantes para conformação de regimes de governança (KEOHANE & NYE, 1977). Já a segunda busca nas teorias sociológicas dos Novos Movimentos Sociais, da ação coletiva e da esfera pública as bases para sua formulação.

A primeira entende como um movimento natural a tentativa dos atores

transnacionais de influenciarem a esfera pública internacional na defesa de seus interesses. Portanto, a transformação de instituições que respondam a esta demanda de participação seriam benéficas para a construção de uma “democracia mundial” vinculada ao desenvolvimento de uma “cidadania mundial”. Neste sentido, “há uma tendência por parte das instituições da ONU em sair do isolamento para um fortalecimento consciente de sua colaboração com atores não-estatais (MATHEWS¹⁷ citada por VIEIRA, 2001, p. 141). Sinais desse processo seriam as reformas estruturais das Nações Unidas, principalmente no Conselho de Segurança (VIEIRA, 2001), e a busca de inovações institucionais que ampliem a participação de outros atores, como a criação de uma Assembleia Popular e de dispositivos de consulta mundiais (BALLESTRIN, 2010). Ballestrin reconhece no argumento de David Held (1995, p. 140) que, apesar das “boas intenções”, a ONU não pode ser considerada um ator autônomo e independente para a condução exclusiva da governança mundial, já que sua agenda é vulnerável aos interesses de países mais poderosos do sistema internacional. Da mesma maneira, Vieira percebe que “o corrente desequilíbrio entre as organizações não-governamentais do Norte e do Sul também é problema que, embora equacionado, ainda não foi resolvido, de forma a eliminar a assimetria Norte-Sul” (VIEIRA, 2001, p. 145).

Mesmo assim, muitos autores, dentre eles Liszt Vieira, percebem que a influência crescente das ONGs pode ser interessante para conformação de construções alternativas sobre a política internacional. Este autor percebe que, no cotidiano da ONU, “algumas ONGs atraem respeito e admiração pelas pesquisas cuidadosas, análises afiadas e lobby habilidoso”, respeito inclusive reconhecido por membros do secretariado da entidade. Assim, mesmo que as ONGs tenham poucos poderes formais na entidade, possuem “influência crescente” (VIEIRA, 2001, p. 160).

O entendimento positivo dado por Liszt Vieira sobre a sociedade civil global caracteriza que a tarefa principal desta categoria no cenário de construção da “democracia mundial” seria o de intermediação e fiscalização das instituições internacionais. Porém, por esta participação estar restrita as ONGs, surge a dúvida se a construção de uma SCG nestes termos não estaria reforçando a criação de novas elites políticas que se baseariam em estruturas despolitizadas. A ausência de

17 MATHEWS, J. **Power Shift**. Foreign Affairs, janeiro de 1997.

critérios de representação, participação e *accountability* sobre estas instituições, (COHEN, 2003) produziria na verdade estruturas que reforçariam o caráter liberal da globalização na sua forma hegemônica e neoliberal. A inclusão de novos atores na condução dos processos de governança mundial estaria relacionado à acomodação de novas formas de poder mundial, que necessariamente seriam condicionados às estruturas de reprodução deste poder. A consequência imediata deste processo seria a limitação da crítica às estruturas da qual esta SCG faria parte.

A teoria habermasiana discutida por ARATO e COHEN (1994) enfatiza a comunicação como principal elemento de reprodução social, pois valorizar o tratamento puramente econômico da questão deixaria de fora o que Habermas chamou de “mundo da vida”. Neste sentido, “Habermas não nos oferece uma teoria da sociedade civil [mas] (...) nos fornece os meios para defender a nossa teoria da sociedade civil” (ARATO; COHEN, 1994, p. 151)¹⁸.

Este argumento permite que Cohen, por exemplo, defenda a possibilidade de suplantar os Estados nacionais pela mobilização de uma *sociedade civil global*:

Alguns estudos combinam descrições empíricas de organização, movimentos e redes transnacionais com teorias normativas sobre uma sociedade civil global emergente, que seria o lócus potencial para a democracia mundial e um equivalente funcional do Estado nacional (HELD¹⁹ citado por COHEN, 2003, p. 421, grifo meu).

Cohen alerta que esta afirmação pode estar ideologicamente carregada ao passo que “a proposta de uma sociedade civil global talvez seja um ideal inatingível, enquanto modelo de produção de normas internacionais parece fraco e amorfo demais para impor sanções a atores poderosos” (Ibid, p. 422). De fato, Cohen está certa, pois a imposição de sanções a atores poderosos, conforme referido em seu argumento, não poderia acontecer sem um ator nesta sociedade que detivesse o uso legítimo da violência ou um ator que fosse legitimado a exercer coerções estruturais contra estes atores poderosos.

Conforme se demonstra nestes argumentos, Cohen “ênfatiza o movimento, separado de seu contexto estrutural, para quem os movimentos sociais de caráter

¹⁸ Pelo conceito estar muito vinculado ao significado que é atribuído a coisa concreta, a teoria da ação comunicativa permite, por exemplo, esta reificação da sociedade civil conforme sugerido por ARATO e COHEN (1994). Para mais detalhes ver HABERMAS (1984).

¹⁹ HELD, D. **Democracy and the Global Order: From Modern State to Cosmopolitan Governance**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

transnacional são organizações que flutuam livremente” (GRUGEL, 2002, p. 75). Grugel entende como uma visão romântica a de Cohen ao interpretar que a disputa pelo Estado já não teria grande importância a estes movimentos e que a sociedade civil global poderia substituir os aparatos atuais de poder por formas mais democráticas (Ibid, p. 76).

A sugestão dada por Cohen traz algumas dúvidas acerca das características estruturais que pudessem tornar essa “nova forma democrática” da *sociedade civil global* efetiva. Principalmente quais seriam suas formas de reprodução e garantias de consolidação, como uma estrutura realmente diferente do modelo vigente de *Estado nacional* (para usar o termo da autora). Em seu trabalho, Cohen não deixa claro se, ao se pensar “a nossa sociedade civil”, esta busca uma nova ordem pós-westfália de superação do Estado-nação.

Prefiro um entendimento “fraco” do conceito, que ainda atribui ao Estado importantes aspectos de soberania e continua a ver a sociedade política nacional como referente decisivo para os atores civis. Contudo, é fato que a soberania do Estado está parcialmente desagregada; alguns de seus elementos foram deslocados “para cima”, para o âmbito de organismos regionais, internacionais ou globais, e “para baixo”, ao nível de atores privados e locais (COHEN, 2003, p. 423).

Por isso, tampouco fica clara quem seriam os atores que comporiam esta nova ordem. Aparentemente Cohen entende a *sociedade civil global* num sentido cosmopolita “moderado”, em que não seriam rompidas as estruturas dos Estados-nacionais, mas sim, que algumas de suas funções seriam transformadas. Neste sentido, a discussão de Cohen com relação à *sociedade civil global* é mais relacionada à “oportunidade política” do que enquanto “superação sistêmica”. Ou seja, a sociedade civil nesse caso seria cooptada pelo aparelho do Estado que selecionaria aqueles que podem participar das decisões. Só a superação sistêmica fundada em novos valores éticos é que permitiria a ampla participação da sociedade civil é que, conseqüentemente, possibilitaria uma nova forma política para a governança mundial. Ao assumirmos para esta estrutura a função de socialização do indivíduo e, ao mesmo tempo, um instrumento contra sua própria colonização pelo sistema, esta contém em si o germe para busca da emancipação frente às estruturas que são impostas para reprodução do capitalismo. Ou seja, a construção de uma *sociedade civil global* que supere a forma hegemônica da “aldeia global” só

poderá surgir através da crítica às estruturas que a compõe e com a proposta de uma virada ética sobre os valores que reforçam a globalização capitalista.

Por isso a riqueza do universo empírico da SCG não pode se reduzir as ONGs. Como também a consolidação de um espaço público mundial não pode se reduzir a adaptação das instituições internacionais para suportarem a intervenção de atores não estatais. Uma construção como essa reforça as assimetrias Norte-Sul e dissimula um “novo tipo de colonialismo, sob o véu solidário do Terceiro Setor” (BALLESTRIN, 2010, p. 46). A construção da SCG sobre estes valores necessariamente exclui o componente fundamental que deveria estar presente no espírito da ação da sociedade civil, que é a *emancipação humana*. A simples perseguição do espaço e do poder na esfera internacional, mesmo que estas estejam sustentadas sobre uma plataforma política “nobre”, como o ambientalismo e os direitos humanos, nega os antagonismos presentes na globalização capitalista e nos interesses dos atores envolvidos neste processo. Da mesma forma, a aspiração universalista das suas ações produzem a homogeneização das culturas a partir do olhar ocidental etno-eurocêntrico. Ou seja, a sociedade civil global não pode ser reduzida ao seu papel civilizador a não ser que este papel inclua o componente crítico para transformação da política mundial.

A construção de uma sociedade civil global que seja essencialmente transformadora deve pensar numa *renovação das ciências sociais* para produção de conhecimentos sobre o tema, bem como uma *reinvenção da emancipação social* como motor produtor de novos significados que reproduzam uma forma de sociedade alternativa (SANTOS, 2002, p. 18-25). Pensar numa renovação das ciências sociais está relacionado a romper cânones epistemológicos e reconhecer outras formas de conhecimento (práticos, de senso comum, tácitos, plebeus etc), bem como perceber na pluralidade de visões a oportunidade de uma ciência mais inclusiva e menos discriminatória. Em outras palavras, é:

reivindicar a possibilidade de uma outra ciência menos imperial e mais multicultural, de uma outra relação mais igualitária entre conhecimentos alternativos e sobretudo a possibilidade de pôr essa constelação de conhecimentos a serviço da luta contra as diferentes formas de opressão e de discriminação, em suma, a serviço das tarefas de emancipação social (SANTOS, 2002, p. 21).

Pensando em formas de se opera metodologicamente este trabalho e devido ao vasto campo analítico que a teorização de uma sociedade civil global nos proporciona, conforme demonstrado até agora nesta seção, procurarei seguir a mesma opção de Boaventura de Sousa Santos e sua orientação geral para observação:

a identificação de campos sociais nos quais o conflito entre a globalização hegemônica e a globalização contra-hegemônica se prevê ser ou vir a ser mais intenso; campos sociais conflitivos que são também campos de conflito entre conhecimentos rivais e em que a prioridade analítica é dada às lutas que resistem à globalização hegemônica e propõem alternativas a ela. É a prioridade dada à globalização contra-hegemônica que antevemos a possibilidade de contribuir para reinvenção da emancipação social (SANTOS, 2002, p. 22).

Este processo não é algo resolvido e tampouco acabado, mas se faz durante seu próprio exercício de crítica. Atingir o objetivo de se construir o conceito de uma sociedade civil global que dê espaço a uma contra-hegemonia se faz no próprio exercício de definição e que não está só relacionado à luta de enfrentamento do capitalismo, mas que também encontra raízes em outras relações sociais e culturais. Perceber e dar voz a diferentes *vozes do mundo* está diretamente ligado ao reconhecimento de uma diversidade cultural diferente do *multiculturalismo reacionário*²⁰ presente nas leituras hegemônicas do mundo. Pelo contrário, isto seria o reconhecimento de uma diversidade cultural em que todas as culturas são incompletas e que só no diálogo entre elas é que se estas poderiam se completar.

Ao se pensar a reinvenção da emancipação social neste novo contexto proposto, Boaventura de Sousa Santos percebe três desafios principais dentre outros: 1) O entendimento da noção de globalização contra-hegemônica; 2) A articulação de globalização contra-hegemônica e emancipação social; 3) A escolha de caminhos para produção de conhecimento e averiguação da possibilidade de emancipação social.

Boaventura de Sousa Santos, que pensa a globalização numa forma ampla, entenderia como agentes desta globalização não só os atores transnacionais, mas

²⁰ Conceito utilizado por Boaventura de Sousa Santos no Seminário Fórum Social Mundial 10 anos em que o autor descreve o conceito como um "reconhecer do diferente, desde que estes não me 'incomodem'". Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?NR=1&v=cnJp5FG2ZQw>>. Consultado em 30 outubro 2011.

também os milhões que fazem da “resistência à opressão uma tarefa cotidiana”. A concepção dominante da globalização tende a restringir o ativismo transnacional às ações que tiveram alcance internacional como em suas aparições em Seattle, Montreal, Washington, Genebra, Davos, Praga e Porto Alegre. Para Boaventura, sem dúvida estas são formas da globalização contra-hegemônica. “Mas não devemos esquecer que esse movimento é baseado em iniciativas locais destinadas a mobilizar lutas locais, mesmo que para resistir a poderes translocais, nacionais ou globais” (SANTOS, 2002, p. 23). Talvez a distinção entre local/global passa a não fazer mais sentido, pois a análise crítica dos movimentos de atores transnacionais irão nos levar a consequências locais que engajaram seus atores a agir.

Da mesma maneira, é preciso se pensar de maneira mais ampla o que seria a contra-hegemonia. A opressão possui muitas faces e nem todas “são diretamente um efeito do capitalismo global, como a discriminação sexual, a discriminação étnica ou xenofóbica e mesma a arrogância epistemológica” (SANTOS, 2002, p. 23). Algumas iniciativas que imediatamente se apresentem como uma contraposição ao capitalismo global, também podem ser vistas como uma forma de opressão, da mesma maneira que algumas iniciativas que possam ser percebidas como contra-hegemônicas numa determinada região do mundo, sejam vistas como iniciativas hegemônicas em outro. Da mesma maneira, iniciativas de movimentos contra-hegemônicos podem ser cooptadas pelo processo hegemônico sem que, com isso, seus membros percebam nisso um fracasso. Algumas podem até perceber como uma vitória. Daí a necessidade de que os processos de construção de contra-hegemonias sejam feitos a partir do diálogo e do compartilhamento do seu significado. Conforme identifica Ballestrin, “as organizações da SCG – assim como da sociedade civil – não estão privadas de ambiguidades, contradições, hierarquias, conflitos e disputas de poder” (BALLESTRIN, 2010, p. 50).

Por isso, para pensarmos em organizações que teoricamente estariam hermeticamente fechadas as contaminações pelos vícios do Estado e do mercado, deveríamos analisar o grau de autonomia, autolimitação e autodeterminação frente a estas duas unidades. Se pensarmos uma sociedade civil global dominada pelas ONGs, “as relações estabelecidas com suas fontes de financiamento também poderiam indicar o grau dessas variáveis” (BALLESTRIN, 2010, p. 50). No entanto,

no entendimento mais amplo de movimentos contra-hegemônicos, apesar de determinantes, estas variáveis não são exclusivas para delimitar se um movimento é ou não contra-hegemônico. Sua forma de organização política, horizontalizada e verticalizada, e os objetivos políticos compartilhados por seus membros seriam outras variáveis importantes nessa definição.

Constituindo um perfil dessas associações, é possível também observar as motivações e intenções que movem as ações dos indivíduos nelas engajados, e se, de fato, sucede uma consciência autobiográfica de responsabilidade e solidariedade no contexto global da sociedade do risco (BALLESTRIN, 2010, p. 50).

Da mesma maneira que Boaventura de Sousa Santos percebe não haver uma única globalização, o autor também se pergunta se com isso também não haveria a possibilidade de haver múltiplas formas de emancipação. Desta forma:

não será a emancipação social de natureza multicultural, definível e validável apenas em certos contextos, lugares e circunstâncias, uma vez que o que é emancipação social para um grupo social ou em um dado momento histórico pode ser considerado regulação ou mesmo opressão social para outro grupo em um momento histórico posterior ou anterior (SANTOS, 2002, p. 23).

Por isso, esse trabalho não pretende produzir um arcabouço geral sobre como os movimentos contra-hegemônicos entendem e emancipação social. Tampouco um esquema universal da emancipação humana. Isso faria com que o próprio discurso da emancipação social fosse ferramenta de dominação e opressão hegemônicas. Ao contrário, a partir desta discussão proposta, a ideia é ter uma forma de apresentação deste conceito, localizada historicamente no espaço e no tempo, e que não procure construir um discurso homogeneizado sobre este.

2.2 OS ATORES TRANSNACIONAIS

Conforme descrito no primeiro capítulo, a transição para o capitalismo informacional e a constituição do Império acentuou o protagonismo da sociedade civil empresarial para a ação transnacional. O neoliberalismo, que foi o principal pilar ideológico que sustentou a transformação do capitalismo industrial para o informacional, posicionou o Estado num outro papel de atuação do palco político

internacional. Se antes o Estado era constantemente preparado ou estava em guerra, exercendo seu poder de coerção e dominação colonial, agora este mesmo Estado tem um papel muito mais relevante na *influência* das estruturas internacionais que o permite *penetrar* em outros Estados ao invés de *colonizar* (VILLA, 1999, p. 57). Mesmo que ele continue se preparando e se engajando em guerras, hoje estas guerras são pulverizadas em muitas “pequenas guerras”. Ao contrário da visão do Estado dominador de territórios que se engajava em grandes guerras em busca de anexar outros territórios, estas “pequenas guerras” hoje servem como recurso *ultima ratio*, quando os aparatos de *influência* já não foram suficientes.

Por isso, a erosão do poder estatal é vista com cautela por alguns autores, que procuram reafirmar que o Estado é ainda o detentor do monopólio da violência, enquanto outros postulam a formação de uma sociedade internacional na qual o papel do Estado seria substituído por outras forças políticas (HERZ, 1988, p. 70-71). Eu prefiro pensar num entendimento intermediário, porém longe da utopia da construção de uma sociedade mundial cosmopolita sem Estados. O Estado ocupa a posição de principal unidade política no sistema internacional, mas sua função foi deslocada para permitir uma extrema flexibilidade à acumulação capitalista.

A inclusão de novos atores na política internacional fez com que o Estado passasse a ser entendido como *um dos atores* e não como *o ator* nas relações internacionais. Isso desloca o entendimento de uma sociedade global que se dá entre Estados, como no sentido de William Thompson (1988), para um sociedade global que entende o Estado como um dos atores políticos. Neste novo cenário, outros atores transnacionais passam a ter relevância: as empresas multinacionais (EMNs), as Organizações Não-Governamentais (ONGs) (VILLA, 1999, p. 56).

Estes novos atores passaram também a ser *sujeitos políticos*, no sentido de Alan Touraine (1973), ao passo que procuraram através da sua ação a influenciar as discussões políticas no plano internacional. O principal fato histórico que ilustra essa transformação foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), que teve uma maciça participação de ONGs e outros movimentos sociais, formulando propostas e acompanhando os trabalhos da Conferência através de um encontro paralelo ao evento oficial. O principal

documento formulado pela ECO-92, o *Agenda 21*, foi objeto de fiscalização posterior destes membros da sociedade civil que também tiveram um papel importante na divulgação das resoluções tiradas naquela Conferência.

É importante destacar que graças a revolução das telecomunicações e dos transportes, foi possível que essa micro ação da sociedade civil neste encontro ganhasse impactos globais através destes meios. Para ilustrar isso, vale lembrar o discurso da menina de cinco anos, Severn Suzuki, representante da ONG ECO (Organização das Crianças em Defesa do Meio Ambiente) pedindo que as ações dos governos refletissem suas palavras, sugerindo que os discursos daqueles políticos eram hipócritas, pois propunham uma boa conduta com relação à defesa do meio ambiente que não a tomavam concretamente²¹. A declaração de Severn correu o mundo e, ainda hoje, o vídeo de sua declaração ainda inspira diversos movimentos sociais. Isso só foi possível porque houve um maior acesso aos meios de comunicação por parte dos movimentos que, além de expectadores, também são produtores e reprodutores de informação em grande escala. Esse recurso passou a ser uma grande ferramenta para potencializar a ação política e permite apresentar discursos contraditórios aos “discursos oficiais”. Conforme constata Rafael Duarte Villa na leitura de Rosenau, através destes meios:

as sociedades passaram a poder observar, ao vivo, pronunciamentos oficiais, a resposta dos adversários, os comentários dos manifestantes, a fuga dos refugiados e outras variedades de acontecimentos que conduzem ao consenso, apoio ou rejeição das posturas abordadas (ROSENAU²² citado por VILLA, 1999, p. 55).

As relações internacionais são determinadas pelas interações dos atores políticos que a sustentam. Se pensarmos num deslocamento da centralidade do Estado para um ambiente político mais diverso, necessariamente a forma com que as relações internacionais se darão será modificada. A construção de um mundo cada vez mais interdependente, também graças aos meios materiais que o tornaram possível, permitiu também a pluralidade de atores que constroem estas relações. Esta transformação redefine o papel dos atores não-estatais nas relações

²¹ Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=1qwRFpKpjhW>. Acessado em: 20 outubro 2011.

²² ROSENAU, J. Citizens in a changing global order. In: JAMES N. ROSENAU AND ERNEST-OTTO CZEMPIEL (eds.). **Governance without government: order and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.

internacionais contemporâneas. Para Duarte Villa e Luciano Tomassini²³, três elementos fundamentais caracterizam esta transformação: 1) uma grande diversificação dos centros de poder, cuja atuação deixa de ser pensada em função do Estado para incorporar a sociedade civil organizada; 2) o surgimento de uma agenda de discussões internacionais ampliada e menos hierarquizada; 3) as novas problemáticas são geridas por múltiplos agentes distintos do Estado (VILLA, 1999, p. 55). É preciso enfatizar que a construção destes atores é anterior ao processo de transnacionalização, pois estes “se fazem” e não “nascem” nesta conjuntura (HERZ, 1988, p. 75). O processo histórico em que se limita a ação destes sujeitos é o mesmo que cria a oportunidade para que se organizem ações coordenadas em escala planetária. O processo de reprodução do capitalismo é tão dinâmico que, ao mesmo tempo que permitiu um ganho na escala de acumulação das empresas multinacionais, beneficiadas pelos novos recursos materiais de transportes e comunicação, criou a oportunidade para que outros atores “se fizessem” neste novo ambiente. “A complexificação do sistema internacional é resultado, dentre outros fatores, da presença de novos atores, que se multiplicam e diversificam o escopo de suas atividades” (HERZ, 1988, p. 74).

O que caracteriza a ação por meio da qual os atores transnacionais procuram é a *influência* sobre as decisões políticas internacionais. Para Duarte Villa, “a influência é o meio específico que permite aos atores transnacionais desenvolver uma ação política dirigida” (VILLA, 1999, p. 63). Para Villa, citando mais uma vez Luciano Tomassini²⁴, a influência é a “capacidade de determinar certos resultados independentes das estruturas formais de autoridade” (Ibid, p. 62). Por isso, *influência* é um conceito diferente do de *poder*, ao passo de que o meio de sua manifestação não é a força, mas sim, o consenso, “que se manifesta como direção política e cultural de um grupo que vê realizadas determinadas concepções culturais-ideológicas do mundo” (Ibid, p. 61). Para Villa, a influência enquanto ação política encontra sua especificidade quando é instaurada no nível daquilo que Gramsci chamaria de hegemonia, ou seja, quando a política é exercida não como recurso *ultima ratio*. Villa, no entanto, alerta que disso não decorre a eliminação da

23 TOMASSINI, L. El proceso de transnacionalización y las relaciones externas de América Latina. In: Luciano Tomassini (comp.). **Transnacionalización y desarrollo nacional em América Latina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.

24 Idem nota 20.

força como manutenção da dominação. Esta “mantem-se em potencialidade para reaparecer quando a preservação da ordem estabelecida o exigir” (Ibidem).

Estes novos atores gozam de relativa autonomia, ao passo que não são regulados diretamente pelas estruturas estatais, principalmente pela ausência de uma estrutura legitimadora análoga ao Estado-nação no plano internacional. Mônica Herz percebe no argumento de Robert Keohane e Joseph Nye que a ação transnacional se dá porque muitas *issue areas* não são “cobertas” pelas estruturas legitimadoras e, por isso, os atores não-governamentais são responsáveis por uma grande proporção das atividades que atravessam as fronteiras nacionais (HERZ, 1988, p. 75). No entanto, este entendimento condiciona o ator ao seu ambiente. Em contraposição a esta ideia, pode-se pensar que o escopo da operação em questão define o caráter transnacional do ator. Logo, um ator é transnacional quando o significado da sua ação é referenciada ao território de dois ou mais Estado-nação (Ibidem). Da mesma forma com que a empresa multinacional direciona a sua ação econômica para acontecer em dois ou mais países, a ação de ONGs internacionais que buscam articular-se em diversos países contém no significado da sua ação o caráter transnacional. Ou seja, a ação transnacional não é consequência, é causa da ação política destes atores.

Por isso, a definição de ator transnacional que mais se adéqua ao entendimento aqui exposto é a apresentada por Duarte Villa, que entende o ator transnacional como:

agente societal que estabelece um tipo inovador de vinculações extra-estatais, baseando-se em contatos, coligações e interações através das fronteiras nacionais ante os quais os órgãos centrais da política externa estatal ou supranacional tem relativa, ou nenhuma, capacidade regulatória (VILLA, 1999, p. 55).

A partir dessa definição de ator transnacional, buscarei refinar um pouco mais a descrição dos atores transnacionais contra-hegemônicos. Se pensarmos sobre o significado da ação de atores transnacionais de cunho econômico, pode-se chegar a conclusão de que estes agem de forma articulada com o intuito de obter melhores vantagens econômicas e, assim, por maximizar seus ganhos de capital a partir da expansão de seus mercados de atuação. Apesar desta afirmação ser um pouco

mais complexa na prática, não corro nenhum risco de errar ao afirmar que o objetivo dos grupos econômicos é o de maximizar seus lucros.

No entanto, ao tentar explicar o significado da ação dos movimentos sociais no plano internacional, a mesma regra não é válida para esse tipo de ator transnacional. Com qual objetivo esses atores buscam *influenciar* as estruturas políticas? Para se entender a diversidade de significados que permeia a ação destes atores requer-se um exercício metodológico bastante complexo. A próxima seção busca elementos que possam ajudar nessa tarefa.

2.3 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

É significativo o destaque que a categoria *movimento social* ganhou no contexto político-social mundial, sendo protagonista de ações com grandes repercussões, como o caso do assalto ao navio que levava ajuda humanitária a Gaza, em 2010, que era liderado por movimentos sociais internacionais ligados à defesa dos direitos humanos. Ou, então, às revoluções sociais no Grande Magreb mais o Egito, em 2011, que estão causando transformações políticas no mundo árabe e que se sustentam na ação reivindicativa dos movimentos sociais. Ao passo que as articulações e os impactos destes movimentos ganham dimensão internacional, este tema também passa a ter relevância para os estudos das relações internacionais. Num mundo em que a disputa pela redistribuição e democratização do acesso aos símbolos culturais se tornou tão importante quanto à redistribuição dos recursos materiais, a luta destes movimentos estabelecem novos paradigmas para os estudos acerca das ações coletivas.

Entre os anos 1930 e 1960 a tese da desmobilização política foi uma das correntes que mais ecoaram nos estudos sociológicos. Autores como Riesman e Adorno confluíram para teses que caracterizam este novo cenário como criador de sujeitos de personalidade narcisistas e de costas para a política, frutos de uma sociedade que valorizava o individualismo exacerbado (ALONSO, 2009, p. 50). As massas tinham se tornado apáticas, incapazes, de discriminação, biopáticas e escravas, como supressão de sua vitalidade, conforme observou Sidney Tarrow (GOHN, 2007, p. 36). Movimentos de reação violenta surgiram nesse período e

foram objetos de estudos de autores como Eric Fromm, Hoffer, Kornhauser e Talcot Parsons que se utilizavam das formulações feitas por Le Bonn, no final do século XIX, a respeito do comportamento cego e irracional das massas (GOHN, 2007, p. 35; ALONSO, 2009, p. 50), para oferecerem uma explicação ideologizada e funcionalista de “desajustamentos” sistêmicos. Todos estes autores buscaram propor uma teoria centrada na crença generalizada, aplicável a diversos tipos de condutas coletivas, desde um pânico até uma revolução (MELUCCI, 2001, p. 30). Eles estavam preocupados com o totalitarismo, com os movimentos não democráticos, com a alienação das massas, a perda de controle e influência das elites culturais e com o desamparo das massas para encontrar tipos substanciais de racionalidade à elaboração política, numa sociedade dominada cada vez mais por tecnologias complexas (GOHN, 2007, p. 36).

Nos anos 1960 houve a virada na tese da desmobilização política, pois tanto na Europa quanto nos Estados Unidos as mobilizações ressurgiram. Inicialmente, acreditava-se em um ressurgimento das ações de classe, mas logo se percebeu que estes movimentos tinham diferenças para os movimentos operários do final do século de XIX e início do século XX. “Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as *condições* de vida ou para a redistribuição de recursos, mas para a *qualidade* de vida e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la” (ALONSO, 2009, p. 51, grifo da autora).

Se outrora as ações coletivas eram entendidas necessariamente como ações de classe, proporcionando uma análise necessariamente dicotômica para o fenômeno, a pluralidade de significados que os movimentos sociais passaram a abarcar faz refletir para uma forma totalmente nova sobre os fenômenos coletivos. A discussão em torno da redistribuição material dos recursos era o principal elemento formador de antagonismos sociais na era industrial e que tinham no trabalho, e a apropriação dos resultados deste, o principal elemento de litígio estabelecido na luta de classes. A estrutura social, neste caso, recebia um grande peso analítico para a compreensão das ações de classes. Quando Alain Touraine procura discutir a transformação de alguns valores que moviam a ação política centrada em classes sociais, encontra na discussão da “crise dos valores industriais” o argumento central

para oferecer um desenho de ruptura com o formato dicotômico da luta social. Para ele:

o aparecimento de novas contestações e a invenção de novos conjuntos de conhecimentos e de tecnologias precederam, frequentemente, de muito longe a crise da economia industrial do Ocidente. Na França, durante o período que vai do grande abalo cultural e social de maio de 68 à tomada de consciência do fim da grande expansão industrial, a mudança das ideias e sensibilidades foi mais visível do que a das lutas sociais e políticas, a ponto de se acreditar que a história era *desejo e palavra* e não mais *trabalho e investimento*, que a sociedade era um sistema de ordem, um mecanismo de sustentação das desigualdades e de transmissão de privilégios e não mais um modo de produção; enfim, que a luta pela direção da economia eram substituídas pela revolta dos excluídos” (TOURAINÉ, 1988, p. 19-20, grifo meu).

Touraine capta a discussão de novos elementos na luta social, que transcendem as relações materiais para incluir elementos que concernem à estrutura psicológica e emocional dos indivíduos. Entender as transformações deslocando os elementos materiais definidores da vida, para destacar o papel do “desejo e palavra” na transformação histórica, também permite a Touraine pensar que as disputas também se descolaram do plano da economia (que não deixa de ter relevância para este autor, mas só uma posição diferente na escala de análise) para as mobilizações por disputa de significados. Os atores são aqueles que nem mesmo fazem parte do sistema econômico mundial, neste caso, *os excluídos*.

A atenção a estes fatores inevitavelmente deslocam nossa unidade de análise da *estrutura* para o *indivíduo*. O indivíduo não como definidor autônomo de sua ação, como querem os individualistas metodológicos, mas a significando a partir do compartilhamento de oportunidades, estratégias e emoções dentro de um campo de ação. Para Alberto Melucci, “o significado do fenômeno varia, portanto, em função do sistema de relações sociais ao qual a ação faz referência, e da natureza do conflito” (MELUCCI, 2001, p. 33). Isso, por si só, amplia a complexidade das análises sobre as lutas sociais, pois, necessariamente, precisa-se entender o significado que os atores dão a unidade de disputa em questão antes de compreender o fenômeno em si.

Dentro da teoria sociológica sobre movimentos sociais, Alan Touraine e Alberto Melucci são autores pertencentes a uma corrente de pensamento chamada teoria dos Novos Movimentos Sociais. Estes autores buscaram entender como as

relações políticas de classe se transformaram com a crise dos valores industriais, principalmente com relação aos aspectos culturais que os “Novos Movimentos Sociais” exigem para a compreensão do significado da sua ação.

Alberto Melucci apresenta uma abordagem construtivista para o entendimento dos movimentos sociais e suas relações de identidade. Ele compreende que a “identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar” (MELUCCI, 1996, p. 70, tradução nossa). Melucci também afirma que a identidade coletiva é o processo de *construção* de um sistema de ação, sendo este processo interativo e compartilhado produzido por muitos indivíduos – ou grupos (MELUCCI²⁵ citado por GOHN, p. 159, grifo meu). Ele nega qualquer possibilidade de uma abordagem puramente racional para a ação coletiva. Para ele “o 'nós' se constrói por uma lógica que nunca pode ser completamente transcrita em uma lógica racional de meios e fins, ou por racionalidades políticas” (MELUCCI²⁶ citado por GOHN, 2007, p. 159). A identidade coletiva nunca é inteiramente negociável, porque a participação e a ação coletivas são dotadas de significados que não podem ser reduzidos a cálculos de custo e benefício, sempre mobilizam emoções e sentimentos, tais como, paixões, amor, ódio, fé e medo etc. Com essa afirmação, Melucci nega a pureza da racionalidade política nas ações dos movimentos sociais e destaca que fatores culturais contribuem para a mobilização destes. No entanto, ao mesmo tempo em que isso amplia a capacidade analítica do conceito, também cria um problema para o analista, que agora precisa trabalhar variáveis que não estão só vinculadas ao agir dos atores, mas também inclui aspectos internos a estes, formados no decorrer da sua vida e que são muito difíceis de apreender. No entanto, ao que parece, Melucci não sugere que o analista deva conhecer profundamente a trajetória histórica do ator para que se possa compreender o fenômeno. O que o autor sugere é uma relativização da ação para que se possa apreender seu real significado dentro de um sistema de ação.

25 MELUCCI, A. The Process of Collective Identity. In: Klandermans e Johnston (org.). **Social Movements and Culture**. Minneapolis: Un. Of Minnesota Press, 1995, pp. 41-63.

26 MELUCCI, A. Liberation or Meaning? Social Movements, Culture and Democracy. In: **Development and Change**. Londres: Sage, 1992, vol 23, n.3, pp. 43-77.

Para Melucci, “a ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidades e de vínculos que dá forma às suas relações” (2001, p. 46). Em outra definição, Melucci define ação coletiva como um conjunto de práticas sociais, sendo elas: “i) o agrupamento de indivíduos ou grupos; ii) exibindo semelhantes características morfológicas num mesmo tempo e espaço; iii) implicando um campo de relações; iv) que dão sentido a aquilo que os indivíduos estão fazendo” (MELUCCI, 1996, p. 20, tradução nossa). Ao contrário das explicações oferecidas pela teoria da Mobilização de Recursos e da Mobilização Política²⁷, que estabelecem elementos determinísticos para ação coletiva, Melucci procura entender a relação entre os atores de forma não linear, definida por meio da interação, da negociação e da oposição de suas orientações para organização deste sistema de ação. As oportunidades estariam limitadas a três ordens de orientação: as relativas aos *fins* da ação (o sentido da ação para o ator); as relativas aos *meios* da ação (a possibilidade e os limites da ação); e as relativas ao *ambiente* (o campo na qual a ação se realiza). O sentido da ação se revela a partir dos significados que os indivíduos, ou grupos de indivíduos, destacam como relevantes e que são objeto de disputa. No entanto, o próprio sentido da ação é socialmente construído e só pode se revelar quando a ação se torna ação em si. Ou seja, quando os atores que se mobilizam para agir encontram a oportunidade para ação, limitadas pelas três dimensões apontadas por Melucci.

É sobre a disputa de significados no sistema internacional é que este trabalho pretende estabelecer os limites da ação para construção de contra-hegemonias. A luta pela melhoria nas condições de vida a nível mundial tem relação direta com a resistência à forma do capitalismo hegemônico, que prega a privatização e a mercantilização de todos os aspectos da vida, sobrevalorizando o econômico e negando as dimensões sociais e culturais. Quando 500 mil pessoas de diversos movimentos sociais organizaram-se para impedir a reunião do G8 sobre a rodada do milênio, no evento conhecido como a batalha de Seattle, em 1999, o

27 A teoria da Mobilização de Recursos e da Mobilização Política são teoria sobre movimentos sociais formuladas dentro da escola sociológica estadunidense. Estas duas teorias enfatizam o comportamento racional dos atores que agem a partir de oportunidades dentro do sistema político. Para mais detalhes sobre estas teorias, sugiro uma consulta a obra de Maria da Glória Gohn (2007) que sistematizou as diversas escolas que debatem o fenômeno dos Movimentos Sociais.

principal tema para a mobilização é a reconstrução do significado de globalização, que até aquele momento estava atrelada a desregulamentação de mercados e a privatização de todas as esferas da vida. As populações locais, que sofriam as consequências das decisões macroeconômicas implementadas por seus países, perceberam que as grandes decisões mundiais sobre o futuro do planeta não estavam sendo tomadas por elas. Quem decidia eram políticos em instâncias internacionais inacessíveis, como o grupo dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia (G8) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Quais seriam os significados compartilhados pelos milhares que atuaram juntos durante a batalha de Seattle? Catherine Eschle é uma importante autora que discute os movimentos sociais e que realiza esse debate sobre o significado dos movimentos contra-hegemônicos para conseguir se chegar ao entendimento sugerido por Melucci, de um movimento social agindo como um *unified empirical datum* (reconhecendo sua coletividade a partir do compartilhamento do significado da ação). Segundo Eschle, os principais temas que engajaram esses militantes foram a “oposição aos tratados de livre comércio, poder corporativo e as instituições financeiras internacionais” (ESCHLE, 2005, p. 21, tradução nossa). Porém, essa orientação nunca foi algo estático e tampouco os movimentos passaram a agir, desde o começo, orientados por este entendimento comum. Seguindo o arcabouço melucciano para o entendimento do fenômeno, Eschle percebe que o significado atribuído aquele momento foi um processo forjado através de um contínuo de comunicação, negociação e decisão por todos os participantes (Ibidem).

Nessa construção coletiva do significado, é ainda importante ressaltar o papel das tecnologias de comunicação e de transporte, que tornaram o encontro e a articulação destas ações de movimentos contra-hegemônicos. Além das comunicações entre pessoas, muitos autores perceberam a importância de instrumentos de mídia independente para resignificar as ações dos movimentos contra-hegemônicos. Eschle observa, por exemplo, que os movimentos antiglobalização eram desenhados pela mídia de massa de forma negativa e limitada. Esse foi um dos motivos para a proliferação de instrumentos alternativos e de mídia independente, que procuram representar estes movimentos numa forma mais positiva (ESCHLE, 2005, p. 22). Um sinal de que esta estratégia surtiu efeitos

políticos importantes foi que, nos dias dos protestos, o site da Global Exchange (www.globalexchange.org) e a agência de notícias Indymedia (www.indymedia.org) registraram 1,5 milhão de visitas²⁸.

A internet foi importante na preparação da ação e mobilização dos movimentos sociais que marcharam para Seattle. Correio eletrônico, boletins, listas de discussão e fóruns foram instrumentos para colocar os participantes em contato. Maria Luísa Mendonça, representante no Brasil da Global Exchange, uma das ONGs que coordenaram as manifestações, afirma que "a troca de informações pelos computadores permitiu uma articulação inédita entre grupos com os mais diferentes interesses e localizados em 140 países"²⁹.

Pode-se dizer que um Movimento Social é um tipo específico de ação coletiva, diferente de ambientes de competição, atitudes coletivas marginais, cooperação para a ação, rituais ou reações coletivas. Sua especificidade vem justamente deste tipo de ação coletiva ser carregada de significados compartilhados pelos atores que participam desta mesma unidade social e que procura romper os limites de compatibilidade, ou seja, não é um movimento que compete pela melhoria da sua posição social, mas sim que luta pela transformação deste ambiente. Essa transformação não é possível sem a manifestação de um conflito, pois a tentativa em influenciar, ou mesmo transformar a forma com que os recursos são distribuídos numa dada sociedade, necessariamente irá causar a reação das formas conservadoras detentoras do controle de como esses recursos são distribuídos³⁰. O modo pelo qual o sistema atingido pela ação coletiva responde à pressão conflitual é o primeiro sintoma da ação. "O protesto, no interior de um sistema organizativo, que atinge diretamente o aspecto do poder, provoca a intervenção do sistema político e do aparato repressivo do Estado" (MELUCCI, 2001, p. 44).

Nesse sentido, Melucci define movimento social como "uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere" (Ibid, p. 35).

28 Dados disponível no texto de Denis Moraes disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Consultado em 28 agosto 2011.

29 Ibidem.

30 Recursos aqui já não entendidos só como recursos materiais, mas também simbólicos. A disputa pela definição de significados também é um ponto de litígio nas sociedades modernas. Um exemplo do cotidiano que se pode citar é um ponto de discussão dentro do movimento negro de quem foi responsável pela "construção do Brasil": os portugueses que utilizaram-se da escravização dos negros, ou foram os próprios negros que construíram o Brasil a partir da sua força de trabalho?

Mesmo clareando o campo para o entendimento acerca da forma dos movimentos sociais, seu conceito não é operacionalizável para o entendimento do conteúdo destes sem que haja uma articulação com o conceito de ação coletiva. O esclarecimento desta dimensão só é possível a partir do entendimento de como o símbolo da ação e luta políticas se dão no plano empírico. Por isso, também, que o conceito de ação coletiva, como um sistema de ação multipolar é indissociável do conceito oferecido para movimento social. A ação coletiva, no conceito de Melucci, estabelece parâmetros para uma análise macro social, que ganha consistência de análise na observação do micro social a partir das variáveis indicadas pelo autor para observação dos movimentos. Dessa forma, necessariamente devemos observar aspectos conjunturais que dão sentido à ação dos movimentos sociais. A observação dessa categoria isolada, facilmente nos levaria a chegar a explicações de tipo funcional para o conflito.

Um movimento social manifesta um conflito contra qual adversário? Sua ação rompe os limites de compatibilidade da “borda social”? Quais são os significados que a unidade social que seus atores compartilham? Estas perguntas só são possíveis se olharmos para o quadro de oportunidades que tornaram a ação possível e que também a limita: os fins, os meios e o ambiente em que a ação se realiza. No entanto, essa observação não é buscar os aspectos estruturais que condicionam a ação, mas sim entender para onde a ação aponta e que também é o que lhe permite construir seu significado.

Com base nisso, pensar o conceito de Movimento Social Internacional localizaria a luta de diversos movimentos sociais a sua busca de sentido no plano internacional agindo de forma transnacional. Aproveitando o conceito de ator transnacional de Rafael Duarte Villa exposto na seção anterior, os Movimentos Sociais Internacionais aproveitam as condições materiais de comunicação e de transporte a que têm acesso para estabelecer vínculos com outros movimentos sociais. A partir da construção de interações sociais estes estabelecem significados comuns para ação coletiva limitada por um sistema de ação multipolar. Esse sistema, no entanto, tem a condicionante geográfica extrapolada para além das fronteiras nacionais e, por isso, os limites da ação também extrapolam essas fronteiras para se tornarem transnacionais.

Nesse ponto acredito que chegamos ao objetivo proposto por este capítulo. Para se chegar ao entendimento de sociedade civil internacional, necessariamente devemos descrever o significado atribuído por seus atores para agir politicamente em função deste. O significado atribuído pelo campo hegemônico parece ser mais claro, pois suas consequências são identificáveis a partir das transformações estruturais que procuraram impor a partir da crise de governabilidade. No entanto, a do campo contra-hegemônico precisa de uma leitura histórica mais aprofundada. Analisar criticamente os movimentos sociais e a transformação da sua ação através do tempo pode tornar visível a essência da sua ação e porque estes se movimentam.

2.4 ALGUMAS CONCLUSÕES

A partir do apanhado conceitual que este capítulo apresentou, podemos entender a Sociedade Civil Global uma categoria política bastante dinâmica e diversificada. Ela não é a simples transnacionalidade da ação política disputando o poder sobre as Instituições Internacionais ou outras estruturas internacionais importantes. Para mim, a Sociedade Civil Global é um conceito que emerge do processo de globalização, mas muito mais pela visibilidade que a ação transnacional ganhou nas duas últimas décadas, do que a construção de um novo espaço de atuação política.

A primeira seção procurou descrever o palco político possível para uma Sociedade Civil Global. Nesta discussão, percebe-se que o entendimento de uma sociedade civil global não pode estar restrita as suas consequências no plano internacional, como as manifestações e ações globais, bem como a tentativa destas influenciarem as Instituições Internacionais. Num entendimento mais amplo sobre a SCG, procurou-se demonstrar que o processo de globalização muitas vezes não pode separar as ações locais das globais, entendendo que a construção de uma contra-hegemonia também passa pela articulação e disputa políticas locais. Dessa forma, o local e o global são dialeticamente indivisíveis, ou seja, as ações e reações locais para produção de contra-hegemonias também fazem parte do palco político da sociedade civil global. A radicalidade democrática para construção de uma

espaço público mundial passa pelo fortalecimento de uma democracia participativa que não se manifesta só no plano global, mas também nas micro ações do cotidiano dos atores políticos.

A segunda seção procurou descrever quem são os atores transnacionais e qual a forma específica de agir politicamente no plano internacional. Identificou-se no conceito de *influência* o meio através do qual os atores procuram transformar a realidade política internacional. Por sua essência política estar constituída na produção de consensos em contraposição a ideia de poder, a disputa de influência se dá nas construções subjetivas para elaboração dos argumentos necessários ao convencimento político dos caminhos que os atores devem tomar. Neste sentido, a identificação do significado da ação para a produção de consensos também constituem uma variável de análise. Essa pode ser uma variável explicativa para ajuda o entendimento das consequências efetivas que a *influência* tem na política internacional.

Na terceira seção procurei explicitar teoricamente aspectos internos que movem e definem os movimentos sociais e quais as possibilidades de entender esse fenômeno num cenário de contra-hegemonias. Com a individualização crescente do sujeito político, bem como a valorização da identidade compartilhada que move a ação destes movimentos, sugere-se um maior peso analítico no sentido dado a ação coletiva. Desta forma, é fundamental a compreensão do sentido compartilhado em torno da construção de uma contra-hegemonia, como forma de compreender quais seriam as motivações políticas que movem a ação coletiva. Ou seja, a luta no plano internacional não está só ligada a aspectos da distribuição material, mas também na disputa de significados que orientam a política. O conflito entre o hegemônico e o contra-hegemônico tornou-se uma batalha simbólica, mas com consequências materiais importantes.

No caminho desta luta, milhões de grupos étnicos e outras formas de agrupamento social procuram preservar e reagir ao processo de homogeneização imposta pela globalização hegemônica, preservando suas identidades culturais. Estes grupos não querem impor a sua cultura como a mais relevante, e sim, terem preservado o seu direito de serem diferentes.

Os atores políticos que agem localmente, respondendo a consequências

também locais, perceberam na articulação internacional de suas ações o potencial para enfrentar as causas do processo de homogenização, que, em suma, também são consequências de impactos locais do capitalismo. A emergência de vozes diversificadas possibilitadas pela globalização, e o aumento das interações sociais consequentes dela, foi a principal reação às consequências homogenizadoras reforçadas pela globalização hegemônica.

Pensando em termos mundiais, pode-se pensar numa sociedade civil global que se articula em torno da disputa de hegemonias. Esta disputa se dá por meios materiais (greves, manifestações, ocupações etc), mas se dá principalmente por meios subjetivos (meios de comunicação) e tenta construir uma nova “visão de mundo” na condução da vida pública mundial.

Sendo a sociedade civil um apanhado de atores privados dispersos que formam eventualmente alianças, o palco da luta política se dá justamente com a disputa de ideias que a construção de diversas hegemonias proporciona. A busca de alianças para construção de contra-hegemonias se dá através do embate crítico sobre a “visão de mundo” do campo hegemônico. Isso faz com que a disputa de significados sobre as diferentes “visões de mundo” seja a principal variável para entender as possibilidades políticas que se abrem nesse contexto de poder internacional multidimensional.

Se fizéssemos uma analogia entre essa interpretação se uma peça de teatro, perceberíamos que o nosso espetáculo não tem texto. O texto está se construindo de forma negociada. O palco seriam os meios de comunicação, as assembleias e as manifestações, e quem atuaria seriam os atores transnacionais. O resultado disso seria a síntese dos múltiplos debates que permitirá o espetáculo continuar.

O próximo capítulo discutirá a ação do Fórum Social Mundial como parte de um palco político para organização da sociedade civil, para construção de contra-hegemonias, buscando descrever os meios específicos que estes atores encontraram para influenciar a política mundial.

3 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O Fórum Social Mundial começou a ser articulado em 2000 e foi debatido no bojo do clima favorável à sociedade civil durante os protestos antiglobalização já apresentados no capítulo anterior. Inicialmente, o FSM surge como um evento para aglutinar as vozes contraditórias à globalização hegemônica, mas, por conta da evolução do seu formato, passou a ser considerado muito mais como um processo que simplesmente um evento pontual. Seu entendimento como um processo vem do argumento de que a sua ação não busca se restringir somente às reuniões mundiais que são realizadas desde 2001, mas também procura fomentar ações locais distribuídas e que igualmente são chamadas a integrar o processo do FSM. Os documentos oficiais do fórum o caracterizam como um espaço para facilitar o encontro e fortalecer a coalização internacional dos mais diversos movimentos e organizações sociais, dentro do princípio de respeito às diferenças, à autonomia de ideias e à diversidade de formas de luta. Como meu objetivo é analisar politicamente o fenômeno do fórum, utilizarei uma definição restrita, porém operacional, para o nosso objeto que é a mesma utilizada por Boaventura de Sousa Santos (2004, p. 28): “O FSM é o conjunto de fóruns – mundiais, temáticos, regionais, sub-regionais, nacionais, municipais e locais – que se organizam de acordo com a Carta de Princípios [do FSM]”.

O objetivo deste capítulo é analisar o FSM sob a perspectiva de alternativa política para a luta contra-hegemônica. Para isso, pretende-se descrever o fórum como processo histórico enquanto ferramenta de luta contra-hegemônica. Para orientar essas discussões, seguirei utilizando a *sociologia das ausências*, apresentada no capítulo anterior, para procurar entender o FSM sob o prisma de uma nova forma de produzir o conhecimento. Concordo com a afirmação de Boaventura de Sousa Santos quando diz que “não haverá justiça social global sem justiça cognitiva global” (SANTOS, 2004, p. 7). Para o autor, a construção de uma globalização contra-hegemônica ou “um outro mundo possível” não significa construir um mundo utópico, mas um mundo que permita as utopias.

A primeira seção deste capítulo pretende apresentar o Fórum Social Mundial

enquanto inovação política, ou seja, apresentar os elementos políticos que tornam o FSM uma experiência nova e que merece atenção para os estudos de ciências políticas. Essa seção apresentará como surgiu a ideia de realizar o fórum e a sua evolução organizacional, tanto das instâncias diretivas do processo, quanto do formato para sua execução.

A contradição é inerente à política e, por conta disso, vozes críticas que expõem essas contradições são também necessárias para construção do processo político. A segunda seção deste capítulo apresentará as vozes críticas do FSM dando enfoque nos três elementos que mais produziram material bibliográfico para discussão: 1) o fórum é um espaço ou um movimento?; 2) o fórum e a sua relação com os partidos políticos; 3) o fórum é realmente mundial e radicalmente democrático?

A terceira seção desse capítulo discutirá os desafios para continuidade do processo, apresentando os desafios e oportunidades que se apresentam ao FSM após este completar uma década de existência.

3.1 O SURGIMENTO DO FSM COMO INOVAÇÃO POLÍTICA

A marca política fundamental do FSM é a diversidade de atores que constroem o processo e que acabaram por ser a qualidade fundamental que moveu minha curiosidade e me levou a produzir essa pesquisa. No FSM, encontram-se e são desafiados a se respeitar mutuamente diversos atores: feministas e outros movimentos de mulheres, ambientalistas, operários e sindicalistas, camponeses, indígenas, negros, religiosos, defensores da liberdade sexual, artistas e ativistas de movimentos culturais e da comunicação, midialivristas, jovens, empresários(as), funcionários(as) públicos(as), educadores(as), profissionais de saúde, acadêmicos(as), juizes(as), parlamentares, defensores dos direitos humanos e de consumidores(as), participantes de redes de economia solidária, grupos pacifistas, dentre outros que, muitas vezes, não são passíveis de “entrarem numa categoria”, mas que justamente na sua individualidade reforçam a “diversidade aglutinadora” da proposta do FSM.

Com o slogan “um outro mundo é possível”, o FSM busca dar voz às possibilidades e alternativas contra-hegemônicas. A centralidade do FSM está no ser humano e na sua construção do mundo social como prioridade à dimensão econômica. Com isso, muitas das discussões que reverberam deste processo estão relacionadas ao enfrentamento contra o imperialismo, a militarização, a guerra, a violência e a intolerância nas relações humanas. Por outro lado, também se discute o arranjo de alternativas para a construção de uma economia solidária, para a construção de democracias, além do incentivo ao surgimento de novos atores políticos. Enfim, o Fórum Social Mundial busca pensar o mundo a partir dos seres humanos, das possibilidades e limites de seu meio ambiente e da sua cultura.

Ao contrário da forma política utilizada para o enfrentamento ao capitalismo até seu surgimento, através de um ator político privilegiado (o proletário), organizado numa forma organizacional privilegiada (o partido), o FSM não visa definir uma orientação política hegemônica. Ou seja, a contra-hegemonia defendida nos espaços do FSM não pretende ser uma nova hegemonia, mas permanecer enquanto contra-hegemonia só que priorizando a *diversidade* em contraposição à *totalidade*. O FSM não é uma assembleia mundial de entidades da sociedade civil. Na verdade, utiliza-se da reunião de atores tão diversos para promover o confronto democrático de ideias, elaborando consensos, aprofundando e legitimando divergências.

A tradição do pensamento social e político do século XX priorizava a existência de um sujeito político especial (a classe) que perseguia a conquista do poder do Estado, seja ela por via revolucionária ou reformista, como forma de abrir as portas de entrada para a mudança na sociedade. Embora tivessem importância, as lutas sociais do cotidiano eram valorizadas porque permitiam “acumular força” para o momento em que um novo bloco histórico assumisse (por meio da revolução ou de eleições) o controle do Estado.

Sendo um fenômeno social e político novo (SANTOS, 2004), o autor Boaventura de Sousa Santos, em seu livro *O Fórum Social Mundial: Manual de Uso*, procura descrever os elementos que fazem desse processo único enquanto produtor de alternativas à globalização hegemônica. A produção de um arcabouço amplo para a aglutinação de diversos movimentos e organizações das lutas sociais que encontram expressão no FSM não se ajustam adequadamente a nenhuma das duas

vias de transformação social sancionadas pela modernidade: reforma e revolução.

Para além do consenso sobre a não-violência, as suas formas de luta são extremamente diversas e estão distribuídas num contínuo entre o polo da institucionalidade e o polo da insurreição. Mesmo o conceito de não-violência está aberto às interpretações mais díspares (SANTOS, 2004, p. 6).

O FSM tampouco está estruturado de acordo com algum modelo de organização política moderna. É uma organização em que ninguém o representa ou está autorizado a falar em seu nome. O FSM não possui associados e funciona mais como um fórum facilitador de decisões dos movimentos e organizações que nele participam (SANTOS, 2002, p. 7).

Os elementos organizacionais que permitem a sustentação deste modelo político de “gestão” começaram a ser forjados desde 2001 e a realização do primeiro FSM na cidade de Porto Alegre já foi um espaço de experimentação para esta nova forma política. O primeiro Fórum Social Mundial aconteceu na capital do Rio Grande do Sul entre os dias 25 e 30 de Janeiro de 2001. No entanto, a inspiração para sua realização já vinha ganhando força desde 1998. Enquanto o jornal *Le Monde Diplomatique* repercutia nos Estados Unidos e na Europa a crítica contra a criação de grandes instrumentos de liberalização de mercados e exploração dos países do terceiro mundo, a ATTAC³¹ liderava grandes mobilizações nos Estados Unidos e na Europa denunciando as consequências que os acordos de livre comércio trariam para as economias e para os cidadãos e cidadãs de todo o mundo. Dessas movimentações, surgiram grandes mobilizações antiglobalização conforme visto no capítulo anterior: em Seattle a 30 de Novembro de 1999, em Washington a 16 de abril de 2000, e em Praga a 26 de Setembro de 2000.

O principal ícone da globalização hegemônica é o Fórum Econômico de Davos, realizado numa pequena e luxuosa estação de ski da Suíça, ele é o principal encontro das elites mundias para discutir os rumos econômicos e políticos do planeta. O Fórum Econômico é organizado desde 1971 e seus participantes são empresas com faturamento anual de cinco bilhões de dólares, parceiros estratégicos de relevância intelectual que ajudam o fórum a “moldar” suas iniciativas, membros

³¹ Anteriormente chamada de Associação pela Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadão, hoje Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos. É uma organização que luta pela criação de um imposto sobre transações financeiras internacionais. Hoje se constituiu também como uma organização que luta contra o livre comércio mundial. Para maiores informações consultar <http://www.attac.org>. Consultado em 24/01/2012.

fundadores, empresas em amplo crescimento e pioneiros tecnológicos³². Suas reuniões também recebem os líderes políticos do G-8 (os sete países mais ricos do mundo mais a Rússia) e outros líderes convidados. Os encontros de Davos acontecem anualmente em janeiro.

Como forma de criar um encontro alternativo, um “anti-encontro” ou um “contra-encontro” paralelo ao Fórum Econômico, surgiu o Fórum Social Mundial. Mesmo que já tivesse havido outros encontros anti-Davos, com o FSM procurou-se ir além das manifestações de massa e dos protestos para criar um clima propositivo “de busca concreta de respostas aos desafios de construção de 'um outro mundo', em que a economia estivesse a serviço do ser humano e não o inverso” (WHITAKER, 2004). Francisco Whitaker Ferreira, conhecido como Chico Whitaker, é um dos fundadores do FSM. Ele e Oded Grajew (engenheiro e fundador do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social) apresentaram a ideia a Bernard Cassen, na época editor-chefe do jornal *Le Monde Diplomatique* além de ativista e entusiasta das novas alternativas de luta por uma outra globalização. Às vésperas da realização da primeira edição, Whitaker escreveu um artigo intitulado *Fórum Social Mundial: origens e objetivos*, contando um pouco de como surgiu a ideia de se organizar o processo e porque este foi realizado no Brasil. Nas suas palavras:

[Bernard] Cassen se entusiasmou e fez a proposta de realizarmos o Fórum no Brasil. Para ele, teria que ser no Terceiro Mundo – pelo seu efeito também simbólico – e o Brasil estava entre os países com melhores condições de acolher um Fórum desse tipo. Foi dele também a proposta de sediá-lo em Porto Alegre, capital de um Estado que vem se tornando cada vez mais conhecido em todo o mundo pelas suas experiências democráticas e de luta contra o neoliberalismo. Cassen nos lançou então de volta o desafio: se fôssemos capazes de organizar o Fórum, teríamos não somente o apoio de seu jornal como certamente o das organizações que pelo mundo afora vem se manifestando contra o domínio do capital (WHITAKER, 2004).

De volta ao Brasil, iniciaram-se as articulações para realização do evento que necessariamente deveria contar com importantes organizações que, naquele momento, questionavam a globalização hegemônica. Assim, formou-se o Comitê Brasileiro de Apoio ao Fórum, do qual participaram: a ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; a ATTAC - Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos; a CBJP - Comissão Brasileira

³² Informações disponíveis no site do Fórum Econômico de Davos <http://www.weforum.org>. Consultado em 24/01/2012.

Justiça e Paz, da CNBB; a CIVES - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania; a CUT - Central Única dos Trabalhadores; o IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas; o CJG - Centro de Justiça Global; e o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (WHITAKER, 2005, p. 34 [nota 9]).

Para Whitaker (2005), a realização do primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, revigorou a energia de atores sociais que estavam muito voltados para sua atuação setorial e que, no fórum, puderam se reencontrar e se entusiasmar por estarem engajados num mesmo evento político de caráter mundial. A repercussão midiática foi além das expectativas. Enquanto se esperava que os jornais iriam depreciar o FSM, a enorme adesão à iniciativa fez com que estes o noticiassem como um imenso sucesso, o que tornou “inelutável dar seguimento à proposta” (WHITAKER, 2005, p. 34).

Imediatamente, discussões sobre a continuidade do FSM surgiram dentro do Comitê Brasileiro de Apoio ao Fórum, também chamado de Comitê Organizador Brasileiro. Além da preocupação pela continuidade, surgiu a preocupação pela mundialização do FSM, que não poderia ficar centralizado nas mesmas pessoas e num mesmo país se quisesse fazer jus a sua proposta inicial. Ao mesmo tempo, o Comitê Organizador Brasileiro se sentia na responsabilidade de dar continuidade àquilo que havia começado. As discussões em torno da continuidade do FSM foram feitas entre as oito organizações que compunham o comitê e delas surgiu uma “Nota de Informação”, que explicava as decisões e cujo teor foi lido no encerramento da primeira edição do fórum. Assim começou o que passou a ser chamado de o “processo do Fórum Social Mundial”. Essa Nota de Informação reuniu uma série de compromissos que o Comitê Organizador do Fórum se propôs a realizar, dentre eles: 1) a realização anual do FSM na mesma data do Fórum Econômico de Davos; 2) a realização do FSM em 2002, estimulando a organização, na mesma data, de outros fóruns ao redor do mundo; 3) a constituição de um Conselho Internacional do Fórum Social Mundial; 4) a realização, em 2003, do FSM em outro país; 5) a redação de uma proposta de Carta de Princípios do FSM³³.

Em 8 de Junho de 2001, o Comitê Organizador se reuniu em São Paulo para estabelecer qual seria a metodologia da reunião do Comitê Internacional. Esta seria

³³ Nota de Informação disponível na íntegra no anexo do capítulo 2 do livro de Whitaker (2005, p. 41-42).

a primeira reunião de forma sistematizada especificamente para pensar o processo do FSM. Para ela, foram convidados organizações e movimentos que participaram da primeira edição do fórum. Nesta reunião preparatória, foi aprovado o “Acordo Programático para constituição do Fórum Social Mundial” (WHITAKER, 2005, p. 37, nota 14). A inovação do processo do fórum também deveria se constituir na sua prática e, por isso, o acordo previa no seu Item 18, estabelecer que as decisões dentro do Comitê Organizador seriam tomados sempre por consenso.

As decisões da Secretaria³⁴ sempre serão tomadas por consenso. No caso de não se chegar a consenso, será aferida por votos a vontade majoritária, verificando-se em seguida se a minoria aceita a decisão proposta; se esta não aceitar, a discussão prosseguirá até que se obtenha o consenso ou o acordo da eventual minoria. Os parceiros que não se fizerem representar em reunião do Comitê Organizador, por seu representante titular ou substituto, deverão ser consultados por telefone, fax ou via eletrônica, com confirmação de sua resposta, por escrito, no prazo máximo de três dias; a ausência de confirmação será considerada aceitação, salvo, a juízo de todos os presentes, em casos de impossibilidade material de contato em prazo curto com o Parceiro ausente, quando se tratar de decisões que engajam a responsabilidade política do Secretariado³⁵.

O Comitê Organizador Brasileiro e mais o ainda provisório Comitê Internacional reuniram-se em São Paulo entre os dias 9, 10 e 11 de Junho de 2001. Compareceram ao evento 45 organizações e outras dez que depois referendaram as decisões (WHITAKER, 2005, p. 39). Dessa reunião surgiram os principais elementos estruturantes que transformaram o Fórum Social Mundial de um evento em um processo de construção política.

Foi criado o Conselho Internacional do FSM³⁶, instância permanente para assegurar a continuidade do FSM e que atua de forma a consolidar o processo de mundialização do fórum. O CI busca ter um papel protagonista na orientação das diretrizes políticas e na definição dos rumos estratégicos do FSM, enquanto os

34 Mesmo já fazendo referência a uma Secretaria do FSM, ela ainda não havia se constituído enquanto elemento organizacional do fórum. Inclusive o documento que cria o CI é assinado pelo Comitê Organizador. A figura do Secretariado Internacional só foi institucionalizado na reunião do CI em Miami realizada em 23 de Junho de 2003 (Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=ci_regras_miami_por>. Consultado em 07 fevereiro 2012). Sua composição na sua formação era a mesma que a do Comitê Organizador Brasileiro, mas com a intenção de internacionalizar sua estrutura.

35 Item 18 do “Acordo Programático para constituição do Fórum Social Mundial”, assinado em 8 de junho de 2001 citado por Whitaker (2005, p. 36-37).

36 CI-Caráter, responsabilidades, composição e funcionamento. Disponível em: <www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=3_2_2_1&cd_language=1>. Consultado em: 07 fevereiro 2012.

Comitês Organizadores nacionais têm atribuições organizativas e de facilitação. O Conselho Internacional é criado com o intuito de se construir um espaço que se articule de forma permanente e aberta com outros movimentos e lutas sociais. Porém, o CI não se estabelece como uma instância de poder e não constrói mecanismos de representação nem de votos. O caráter do CI tampouco pretende ser representante da sociedade civil mundial, apesar de buscar contemplar em sua composição um equilíbrio em relação à diversidade regional e de setores da sociedade.

Dentre as responsabilidades, o documento que descreve o CI elenca: 1) formular as estratégias do FSM; 2) manter a articulação permanente com movimentos, campanhas, iniciativas, lutas e eventos internacionais; 3) divulgar o FSM em seus países e regiões, promovendo a ampla participação e debate sobre as questões e propostas identificadas pelo FSM; 4) promover e apoiar a realização de FSMs, identificando possibilidades de locais e mobilizando a participação; 5) assegurar a articulação política, temática e operacional entre os FSMs; 6) promover e apoiar a criação de comitês em seus países; 7) estruturar, junto com os comitês organizadores dos FSMs, o temário, a metodologia, o formato, a identificação e convite a palestrantes e expositores; 8) captar recursos financeiros.

Com relação à composição, o CI reconhece os desequilíbrios regionais e setoriais na sua formação e a redução desse desequilíbrio se coloca como uma importante meta a se perseguir. Para a composição do CI, são observados os seguintes critérios e regras: 1) adesão à Carta de Princípios; 2) equilíbrio geográfico/regional e que contemple a diversidade; 3) participação do setor sindical de movimentos sociais e de ONGs; 4) participação de cabeças de redes mundiais e regionais; 5) compromisso com a continuidade do FSM e com as responsabilidades indicadas acima; 6) não há um número pré-determinado de membros; 7) serão participantes os representantes de entidades, organizações internacionais e regionais, redes e articulações internacionais.

Quanto ao seu funcionamento, o CI estabelece a designação de um representante e de um suplente de cada organização membra do Conselho. Esses representantes se reúnem periodicamente em diversas cidades ao redor do mundo, geralmente três vezes entre um fórum e outro, e sempre realizam uma reunião após

ao Fórum Social Mundial como forma de aproximar o maior número de membros do CI e fazer uma avaliação imediata sobre o evento que ocorreu.

Em São Paulo, também foi aprovada a Carta de Princípios, que é o principal documento orientador do processo do Fórum Social Mundial. A ela se sujeitam tanto o Secretariado Internacional e o Conselho Internacional quanto as organizações membras do CI que, para serem aceitas no Conselho, devem reproduzir na sua atuação cotidiana o estabelecido na carta para fazerem parte do CI. Nela, estão presentes os elementos que definem a sua forma organizacional e política bem como os valores humanos que orientam “um outro mundo possível”. São aspectos organizacionais e políticos incluídos na carta de princípios do FSM: 1) o humanismo; 2) o respeito ao meio ambiente e ao planeta Terra; 3) o cosmopolitismo; 4) a solidariedade; 5) a horizontalidade e a pluralidade nas decisões políticas; 6) a liberdade de expressão; 7) o respeito a diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas; 8) a não violência; 9) a democracia verdadeira e participativa; 10) a antiglobalização capitalista; 11) o enfrentamento ao neoliberalismo³⁷.

O FSM enquanto proposta sofreu um processo de evolução que vem amadurecendo desde a sua primeira edição. O desafio metodológico de se construir um evento mundial ao mesmo tempo em que procura valorizar a diversidade e a multiplicidade de vozes requiriu, e ainda requer, um esforço metodológico e organizativo do comitê organizador que por si só já é inovador enquanto experiência social. Ao longo de seus onze anos de existência e de suas doze edições realizadas entre fóruns centralizados e descentralizados, o comitê organizador e os demais elementos organizacionais que compõem o fórum, inclusive seus participantes, passaram por um processo de aprendizado e experimentação para construir cada passo que ajudou a materializar a utopia inicial do FSM.

Os elementos da estrutura do FSM que se mantém durante todas as edições são as conferências e as atividades autogeridas. Algumas edições contaram com elementos especiais, mas que não perduraram enquanto estrutura do fórum. Na primeira edição, temos o exemplo dos testemunhos, que eram realizados ao final de

37 Cf. Carta de princípios do Fórum Social Mundial. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1>. Consultado em: 28 outubro 2011.

cada dia de atividade e que eram depoimentos de personalidades, entre eles dirigentes políticos, militantes sociais, escritores e jornalistas sobre sua luta contra a globalização hegemônica e o neoliberalismo (RABELO, 2006, p. 89). Na edição de 2003, tivemos a realização de mesas de diálogo e controvérsias, que tinham como objetivo “confrontar visões de delegados e delegadas com representantes de partidos políticos, governos e organizações do sistema ONU, além de parlamentares” (GRZYBOWSKI, 2003, p. 7). Apesar das propostas serem interessantes, não perduraram por todas as edições do FSM.

Sobre os elementos perenes do fórum, faz-se necessário esclarecer o seu significado dentro do evento. Na metodologia do FSM, “as conferências têm a finalidade de socializar visões e análises de personalidades da luta cidadã mundial para o grande público” (SANTOS, 2004, p. 50). As conferências são organizadas pelo comitê organizador do fórum e procura tocar em temas prioritários, que são definidos na estrutura do Conselho Internacional do FSM.

As atividades autogeridas, ao contrário, são a grande experimentação do fórum enquanto laboratório de construção de uma sociedade civil mundial. Estas atividades são propostas pelas redes, movimentos e organizações participantes, em outras palavras, pelas bases do fórum e são de caráter livre quanto ao seu formato e conteúdo. Estas atividades “têm a finalidade de permitir o encontro, a troca de experiências, a articulação, o planejamento e a definição de estratégias de grupos, coalizões, redes, movimentos, organizações, sempre pensando em sua ação presente e futura” (SANTOS, 2004, p. 57). Para muitos autores que analisam o fórum, dentre eles Boaventura de Sousa Santos e Cândido Grzybowski, a grande força do Fórum Social Mundial está na diversidade presente nas atividades autogeridas. No entanto, ao mesmo tempo se questiona até que ponto o FSM consegue extrair disso todo seu potencial.

Desde sua formação, o FSM fez algumas opções políticas para seguir no seu processo de articulação. Ao ser nomeado como um “espaço aberto”³⁸, o FSM tornou-se um evento amplamente acolhedor dos diversos movimentos que pensam a construção de um mundo diferente. Ao mesmo tempo o significado de um espaço

38 Ponto 1 da Carta de Princípios. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1>. Consultada em 07 fevereiro 2012.

aberto pode estar relacionado a um espaço ainda inconcluso que se constrói com a ação. Sendo um espaço aberto não dirigido, pois o fórum não é um espaço representativo e tampouco um espaço de disputa pela sua direção³⁹, faz do FSM uma grande “comunidade cívica” de movimentos. E, como toda comunidade cívica sadia, nos conceitos liberais clássicos, seus membros procuram compartilhar responsabilidades para manter essa estrutura viva.

Chico Whitaker ilustra esse sentimento de corresponsabilidade dos participantes para com o evento com o atraso ocorrido na divulgação da programação do FSM de 2003. Com mais de 1300 atividades autogeridas inscritas, ficaria impossível encontrar o local onde ocorreriam as atividades. No entanto, ao invés de se voltarem contra os organizadores, que deveriam lhes prestar esse serviço básico, os participantes procuraram encontrar outros modos de fazer com que o local de suas atividades fosse identificado e o divulgaram por sua conta própria aos demais interessados. Houve também quem se organizasse para panfletar previamente sua atividade (WHITAKER, 2005, p. 50). Essa se tornou uma prática cada vez mais recorrente no FSM. Devido a enorme ampliação no número de participantes e atividades no FSM, esses mecanismos de autogestão se fortaleceram ainda mais e conseguiram tornar possível a realização deste evento tão grande, tanto em atividades quanto em número de participantes.

Essas são algumas qualidades que transformam o FSM num processo político novo. O Fórum Social Mundial não se configurou como um grande congresso de intelectuais e ativistas para formular propostas alternativas para em seguida liderarem um movimento mundial. Tampouco o fórum se estabeleceu como uma grande convocatória para grandes protestos antiglobalização conforme as grandes manifestações do tipo haviam se consolidado no final da década de 90. Ao contrário, a opção foi construir um amplo espaço de encontro da sociedade civil para que, a partir do encontro dos diversos atores que a compõem, esta pudesse se consolidar como um ator político relevante na busca por mudanças.

Antes do fórum, diversos movimentos da sociedade civil já possuíam encontros de nível mundial, inclusive os encontros setoriais concomitantes às

39 Ponto 6 da Carta de Princípios. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1>. Consultado em 07 fevereiro 2012.

cúpulas promovidas pelas Nações Unidas. No entanto, estes diversos movimentos mantinham-se fechados na sua parcialidade, não permitindo a emergência de uma sociedade civil mundial contendo a multiplicidade e a diversidade que este ator contempla. Foi só com o FSM que os diversos movimentos na sua especificidade puderam se encontrar num espaço de encontro que pode articular o nível local, regional e até mundial. É essa articulação de nível planetário que o FSM vem proporcionando. “A consciência de cidadania está ainda longe de atingir as grandes maiorias nacional. Mas ela já ganhou uma dimensão mundial, fazendo nascer um ator verdadeiramente novo na cena internacional: a sociedade civil internacional” (WHITAKER, 2005, p. 60).

Enquanto laboratório da sociedade civil mundial e experiência política inovadora, o Fórum Social Mundial se mostrou como algo novo em um meio político que estava anestesiado frente as decretação “do fim da história”. Os esforços em se construir um espaço que pensasse um “outro mundo possível” ajudou a qualificar a negatividade do processo antimundialista e que esse passe a ser alteromundista. No entanto, seu processo ficou livre de críticas. A próxima seção tentará apresentar as principais críticas ao processo e as vitórias decorrentes do FSM.

3.2 AS VOZES CRÍTICAS AO FÓRUM

Por ser em si mesmo um movimento diverso, mesmo que seu processo tenha iniciado por um seleto grupo de oito organizações brasileiras, o Fórum Social Mundial carregou – e ainda carrega – ao longo de seu processo, uma série de críticas sobre seu formato e condução política. Para facilitar a análise, tomarei os três elementos polêmicos que geram a maioria das críticas e que se mostraram os principais objetos de ataque de setores internos e externos ao FSM: 1) o fórum é um espaço ou um movimento?; 2) o fórum e sua relação com os partidos políticos; 3) o fórum é realmente mundial e radicalmente democrático?

3.2.1 O FÓRUM É UM ESPAÇO OU UM MOVIMENTO?

Desde a sua criação, o Fórum Social Mundial enfrentou questionamentos

sobre a efetividade de sua ação política. Muitos questionavam até que ponto a realização do encontro produzia mudanças, ao passo que não se produzia uma carta final e os diversos movimentos não eram liderados para uma ação comum. Do outro lado dessa discussão estão os que acreditam que esse não é o objetivo do fórum, apesar de deixar livre para para que seus participantes deliberem e tirem seus próprios documentos finais de seus encontros: eles acreditam que tirar um documento final seria totalizar o não totalizável, parcializar o fórum e negar a sua diversidade de ideias. Os que entendem o FSM como um movimento poderiam aqui ser chamados de “movimentistas”, pois esses acreditam que o fórum é construído e liderado para a transformação do mundo. Do outro lado estariam os “horizontalistas”, que entendem o FSM como um espaço para troca de ideias que deve ser horizontal e não liderado. As diversas trocas e posicionamentos gerariam diversos caminhos para um outro mundo possível. Os “horizontalistas” se proclamam os criadores do FSM e representantes de uma nova geração política livre dos vícios dos movimentos e organizações sociais e populares que despontaram no século XX.

As principais organizações do Conselho Internacional que trariam consigo a defesa da proposta horizontalista para o FSM são CBJP e CIVES, e seus pares no plano internacional que são, entre outros, setores da ATTAC, Oxfam Internacional, Public Citizen e várias redes e organizações formadas majoritariamente por ONGs e com forte vínculo com o empresariado e o terceiro setor em geral (RABELO, 2006, p. 66). Os “horizontalistas” são a corrente hegemônica dentro das instâncias diretivas do FSM e refutam qualquer ideia de liderança ou representação da sociedade civil por parte do FSM, ao mesmo tempo que refuta a participação de partidos e governos do processo do fórum. Os “horizontalistas” são tidos como os guardiões da “ideia original” do fórum e esse argumento muitas vezes é sacado para defender sua hegemonia.

A crítica do discurso “horizontalista” vem dos “movimentistas”, que argumentam que o fórum vem perdendo sua capacidade de propor mudanças justamente porque não consegue articular os diversos movimentos e organizações que dele participam para disputar uma agenda comum de lutas. Com a herança da prática diretiva dos movimentos classistas do século XIX e XX, este setor acredita que não há transformação política se não há liderança para se construir uma nova

hegemonia. Em suma, busca-se pensar na construção de uma totalidade do fórum em torno de uma unidade liderada. A ideia que versa por trás da ideia dos “movimentistas” é a de que, se o FSM não se tornar um ator político em nome próprio, depressa será desacreditado como uma conversa inconsequente, um talk show, e a energia anticapitalista que gerou será desperdiçada (SANTOS, 2004, p. 97).

Esse grupo não é homogêneo e abriga inclusive “horizontalistas” que entendem que o FSM pode assumir um papel um pouco maior de liderança sem deixar de perder sua horizontalidade organizativa. As principais organizações dentro do Conselho Internacional que fazem essa defesa são Rede Mundial dos Movimentos Sociais – que surgiu no I FSM de uma iniciativa da CUT e do MST (e, por extensão, da Via Campesina) e de diversos grupos com um papel protagonista na luta mundial contra a globalização, como a CLACSO, alguns comitês da ATTAC, a Confederação Camponesa da França, a Marcha Mundial das Mulheres, as marchas europeias de desempregados, o Jubileu sul, a Aliança Social Continental, a OCLAE, a campanha “50 Years is Enough!”, a Focus On The Global South – que, desde o primeiro Fórum em 2001, potencializa os encontros do FSM discutindo e aprovando documentos em torno de um calendário de lutas, subscrito por centenas de entidades com a realização da Assembleia Mundial dos Movimentos Sociais (RABELO, 2006, p. 66).

Os “movimentistas” muitas vezes tentam divulgar as resoluções da Assembleia Mundial como sendo as próprias resoluções do FSM, o que causa certo desconforto entre os horizontalistas que entendem o fórum como um espaço aberto para troca livre de experiências. Essa premissa da Carta de Princípios é tida por Chico Whitaker como uma nova concepção para organização de ações políticas que, segundo ele, entusiasma alguns, mas incomoda outros tantos (WHITAKER, 2005, p. 71).

Refletindo o FSM como espaço ou movimento, no artigo *Notas para o debate sobre o Fórum Social Mundial* (WHITAKER, 2003), Chico Whitaker, que é membro da CBJP e principal defensor do fórum como espaço, tenta esclarecer o campo de significados que as duas palavras simbolizam. Segundo o autor, muitas as vezes o FSM chega a se parecer com um movimento, mas alerta que o potencial

mobilizador destes momentos pode ser atribuído a existência de um espaço em que isso se tornou possível. Whitaker esclarece que apesar da tentação em tentar transformar um espaço tão aglutinador e diverso como é o fórum num movimento enfraqueceria a iniciativa e, por isso, faz-se muito importante elaborar essa diferenciação.

Whitaker é taxativo ao afirmar que espaço e movimento são coisas completamente diferentes, mesmo eles não sendo coisas excludentes nem antagônicas. A única coisa que os dois não podem ser é a mesma coisa, nem ser um pouco de cada uma. “Movimentos e espaços podem estar visando, cada um com seu papel, objetivos comuns mais gerais. Mas cada um funciona de uma forma que lhe é própria, servindo a objetivos específicos também diferentes” (WHITAKER, 2003).

Se os movimentos constituem parcialidade, os espaços, ao contrário, podem constituir diversidade e uma ecologia de movimentos e organizações, que foi como o FSM vem se consolidando ano após ano. Whitaker acha que o FSM deve abandonar qualquer tentativa em se tornar um movimento, nem agora nem no futuro. “Se o mantivermos como espaço, ele não impedirá nem prejudicará – aliás, antes pelo contrário – a formação e o desenvolvimento de muitos movimentos” (WHITAKER, 2003).

Um movimento congrega pessoas e, para justificar seu fim, essas pessoas se engajam em objetivos e se organizam para tornar sua ação eficaz. Se o movimento adota métodos autoritários ou radicalmente democráticos, ainda assim a sua estrutura estará se constituindo de forma piramidal. Isso acontece porque sempre haverá alguns do grupo que adotarão papéis específicos na organização, como cargos ou lideranças, e que exercerão a legitimidade concedida a eles na forma de poder. A eficácia do movimento dependerá da clareza e precisão de seus objetivos específicos e, portanto, da sua própria limitação no tempo e no espaço.

Já um espaço não tem líderes. Ele é só um lugar, fundamentalmente horizontal como a superfície da Terra. Nas palavras de Whitaker, “é como uma praça sem dono – se esta tiver um dono que não seja a própria coletividade deixa de ser uma praça e passa a ser um terreno particular” (WHITAKER, 2003). A analogia da praça é bastante característica para o processo do Fórum Social Mundial. Em data e

espaço marcados, o Fórum Social Mundial acolhe diversas organizações e movimentos para as mais diversas atividades. Durante o período em que o FSM é realizado, estes participantes podem utilizar de toda a sua capacidade mobilizadora para convencer outros participantes de sua causa, através da realização de uma atividade própria, através da participação em outras atividades ou, simplesmente, entre os espaços em que o fórum é realizado. De fato, a cidade em que o fórum é realizado se transforma numa grande praça mundial na qual seus participantes se encontram para trocar e confraternizar o reencontro.

Mas como uma praça física, o fórum também teve que pensar como esse espaço seria construído e a sua experiência vêm se aprimorando a cada edição, muito pelo trabalho de reflexão que o Conselho Internacional realiza ao final de cada edição do fórum. O FSM de 2001 tinha “muito mais de movimento”, por exemplo, que o FSM de 2005. O quadro de atividades estava voltado para grandes conferências e a força do Comitê Organizador para divulgar e mobilizar para suas atividades, gerava uma concorrência desleal com as atividades autogeridas. Em 2004, a realização do Fórum Social Mundial pela primeira vez fora do Brasil, em Mumbai, na Índia, e a adesão de outras pessoas ao Secretariado Internacional e a formação de um Comitê Organizador local indiano, oxigenou o processo do FSM. Em Mumbai, a metodologia do fórum procurou sobrevalorizar as atividades autogeridas em detrimento das grandes conferências. O resultado foi que, em 2005, com a aplicação da mesma metodologia adotada em Mumbai, quando o FSM voltou a Porto Alegre, sua característica de espaço se consolidou na realização do maior Fórum Social Mundial da história, com a presença de 155 mil participantes e a realização de 2500 atividades autogeridas. A prioridade para as atividades autogeridas traduz na prática, a opção pelo “Fórum-espaço” e não pelo “Fórum-movimento” e, segundo Chico Whitaker, seria favorável para que se atingissem mais efetivamente os objetivos do FSM.

Para Boaventura de Souza Santos, a discussão do FSM como um espaço ou como um movimento diz respeito às diferenças quanto a natureza política do próprio fórum e, portanto, estão além da diferença política dos movimentos e organizações que participam do fórum. A grande diversidade encontrada entre os participantes do fórum também produz grandes diferenças sobre os objetivos

estratégicos e as formas de ação. A tensão produzida com relação a cobrança de uma postura enquanto ator do Fórum Social Mundial, muitas vezes está constituída nas “diferenças sobre o papel do FSM nesses objetivos e ações” (SANTOS, 2004, p. 96).

Essa percepção vai ao encontro com a perspectiva de Whitaker (2005) sobre a expectativa de eficácia da ação política produzida pelo FSM. O fórum vem produzindo consequências políticas para além da realização do evento periódico. O maior exemplo na sua história foi a mobilização das manifestações contra a guerra no dia 15 de fevereiro de 2003, logo após a realização do Fórum Social Mundial de 2003 em Porto Alegre e, às vésperas da invasão estadunidense ao Iraque, que mobilizou 15 milhões de pessoas em todo o mundo. Essas grandes mobilizações, ao mesmo tempo que reafirmam o potencial mobilizador de ações não dirigidas produzidas pelo encontro de movimentos diversos, geraram uma angústia pela eficácia dessas ações produzindo transformações materiais imediatas. Daí o argumento de que o fórum, a partir desse resultado, deveria ter uma postura de ator para liderar as massas em busca do avanço de um objetivo. No entanto, se o processo seguinte fosse amarrado em torno de uma construção homogênea de resistência, tampouco há garantias de que a ação continuaria tendo a mesma efetividade e adesão.

A concepção “Fórum-espaço” é de longe dominante nas estruturas organizativas do FSM, tanto no Secretariado Internacional como no Conselho Internacional, embora raramente seja defendida na versão extrema de Whitaker. A novidade política do FSM está, de fato, na sua configuração como um campo de tensões e de dilemas onde o novo e o velho se confrontam mutuamente. A novidade política do FSM reside no modo como estas tensões têm sido geridas, evitadas e negociadas (SANTOS, 2004, p. 28). Sem dúvida, o fórum conseguiu se estabelecer num espaço em que essas tensões puderam aflorar e serem debatidas de forma direta, derrubando esteriótipos e preconceitos. Se antes a segmentação das organizações não permitia que a diversidade de formas organizacionais se encontrassem, o fórum enquanto espaço político de discussão da sociedade civil, conseguiu reunir a diversidade e fazê-la conversar entre si com a singela expectativa do cultivo de uma ecologia de ideologias.

3.2.2 O FÓRUM E SUA RELAÇÃO COM OS PARTIDOS POLÍTICOS

A relação do Fórum Social Mundial com os partidos se apresenta desde a sua origem de forma controversa. A Carta de Princípios veda a participação de partidos políticos institucionalmente inscritos no FSM, porém não limitando a participação de membros do partido de forma independente. Se por um lado o FSM é a emanção da sociedade civil através dos movimentos sociais e organizações não-governamentais, na prática as coisas são ambíguas.

Desde a sua primeira edição, o principal financiador do Fórum Social Mundial foi o Partido dos Trabalhadores (PT), que na ocasião das duas primeiras edições era o partido governante do Estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre⁴⁰. Ao FSM o PT concedeu apoio financeiro, logístico e administrativo sem o qual teria sido impossível, pelo menos no Brasil, realizar o FSM com a ambição que o caracterizou desde o início (SANTOS, 2004, p. 46). O preço foi cobrado no Fórum de 2002 na forma de tentativa de utilizar o FSM para espalhar a sua mensagem e desenvolver propaganda política. Naquele ano, haveriam eleições presidenciais e o então pré-candidato a presidência Luís Inácio Lula da Silva tinha boas chances de levar a disputa. A resposta veio na crítica de alguns participantes à organização denunciando a tentativa do PT em instrumentalizar o FSM.

Os “horizontalistas” têm uma crítica muito firme com relação à participação dos partidos no FSM. Para eles, os partidos não compreendem o fórum, pois a ação horizontal em rede nem sempre é compreendida por aqueles que se sentem temerosos de perder o monopólio da representação e da atuação política. Dessa forma, caberia aos partidos somente uma participação passiva de ouvintes das demandas da sociedade civil de modo a incorporá-las em seus planos de governo. Para um partido, é muito tentador instrumentalizar o espaço do fórum pela sua ampla capacidade de mobilização e, dessa forma, se os partidos viessem a ser admitidos, o fórum passaria a ser um instrumento dos partidos e as pessoas já não viriam a participar, porque não querem ser usadas (WHITAKER, 2005, p. 101 e p. 224). A negação de Whitaker para qualquer participação dos partidos conflita com a

40 O PT governou o Estado do Rio Grande do Sul de 1999 a 2003 e a prefeitura de Porto Alegre de 1989 a 2005.

questão do forte apoio do PT nas primeiras edições do FSM. Quanto a essa questão, podemos analisar a perspectiva de Whitaker pela mesmo viés que o autor tem sobre a questão do financiamento do fórum como um todo. Para o autor, as organizações financiadoras do FSM devem aceitar que não podem interferir (WHITAKER, 2005, p. 57). Na prática o que vemos é um pouco diferente.

O fato de o PT ter sido o principal apostador da “proposta do FSM” e, ao mesmo tempo, existir uma ala do FSM tão temerária à participação dos partidos políticos na sua estrutura e realização, demonstra o quão polêmico é essa discussão. Na verdade, a opinião de se os partidos devem ou não participar tampouco é homogênea dentro das instâncias do FSM. Além da corrente de “horizontalistas”, que nega qualquer participação dos partidos, existem mais dois campos de pensamento que interpretam a relação dos partidos com o fórum.

Uma delas é apresentada por Boaventura de Souza Santos, que entende que a leitura sobre a participação dos partidos no fórum deve advir de uma leitura conjuntural com relação à realização dos fóruns e não de uma leitura em abstrato. Condições históricas e políticas variam de país para país e devem ser levadas em consideração no debate. O autor cita o caso do próprio PT, que é uma emanção dos movimentos sociais, e tem uma história que não pode ser separada destes movimentos. Desde sua fundação, o PT teve uma relação privilegiada com os movimentos sociais e, até a chegada desse partido à Presidência da República, quando boa parte das lideranças destes movimentos se transformaram em funcionários do governo. Mesmo assim, na percepção de Boaventura, o partido teve um papel fundamental na realização do FSM sem contudo interferir substancialmente nas escolhas da organização. “O FSM tornou-se demasiado grande para que o PT possa ter tido um papel significativo na sua organização” (SANTOS, 2004, p. 47).

Em Mumbai 2004, os partidos tiveram uma importante participação do Fórum Social Mundial, assim como este processo foi um importante elemento aglutinador e articulador dos partidos de esquerda na Índia. Na ocasião do FSM, aquele país sofria com uma atomização dos partidos de esquerda, que não conseguiam produzir resistências eficazes à globalização neoliberal. As condições específicas que prevaleciam na Índia demandavam que o fórum também fosse um

espaço de articulação dos movimentos de esquerda do país que, na sua maioria, articulam-se em torno de partidos. Para ocasião, inclusive, houve uma espécie de adaptação da Carta de Princípios para incluir realidades sociais e políticas específicas existentes no país (SANTOS, 2004, p. 46 nota 25).

Outro campo de pensamento sobre a relação entre o fórum e partidos, entende-a de forma mais permissiva, não como a incorporação direta dos partidos como participantes ou organizadores do fórum, mas indireta, através da sua influência nas lutas em curso no movimento global e por intermédio da ação de seus militantes em diversas associações e organizações civis. Essa tese é defendida por José Corrêa Leite (2003) e vai ao encontro de como se dava a relação entre partido e movimentos sociais no ato de fundação do Partido dos Trabalhadores. Para os defensores desse formato, essa relação ajudaria a superar a crise de representação em que vivem os partidos de esquerda no mundo.

Relação direta de partidos e governos no FSM é um debate delicado ao passo que também constitui objeto de análise sobre a eficácia da ação política do fórum. O resultado da ação se daria só através das grandes mobilizações produzidas por esse processo ou também buscaria influenciar a política institucional para tentar impor uma agenda de discussões? A passividade dos partidos e dos governos sugerida por Whitaker talvez não seja tão atraente e tampouco produtora de debates efetivos capazes de transformar a forma de fazer política. Ao mesmo tempo, a sua cautela quanto à instrumentalização do fórum pelos partidos e governos também deve ser vista com atenção e ser veemente evitada. Boaventura e José Corrêa apresentam leituras intermediárias sobre como pode ser construída essa relação e acredito que as duas visões não são concorrentes. A leitura política sobre as condições em que fórum é realizado estabeleceu o quadro de oportunidades para o nascimento do fórum e seu grande passo para internacionalização com o fórum da Índia. Essa mesma leitura foi que permitiu o sucesso do FSM em Belém do Pará, que contou com forte apoio do governo federal do brasileiro e o governo do Estado do Pará.

Em 2011, com o Fórum Social Mundial sendo realizado em Dacar, Senegal, percebi o quanto uma conjuntura política desfavorável ao FSM dificultou a sua realização. Às vésperas de sua realização, o presidente do Senegal, temerário do

“potencial do fórum” e vizinho de países que entrariam em insurreição popular enquanto o fórum acontecia (Tunísia e Egito), decidiu demitir o reitor da Universidade Anta Diop, que sediaria as atividades do FSM. Ao mesmo tempo, o novo reitor decidiu não suspender as aulas enquanto aconteceria o fórum, o que resultou num déficit de salas de aula disponíveis para as atividades e um caos generalizado devido à impossibilidade de se montar uma programação minimamente informativa⁴¹.

Ao mesmo tempo, pensar a participação política de membros de partidos políticos através de movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil faz parecer a política como uma dimensão mais viva do que a representada pelas negociações de gabinete, a política “dura”. No entanto, ela também passa por uma transformação da cultura política e, apesar do FSM contribuir com este debate, não é o responsável por implementá-la. A cooptação de muitos dirigentes dos movimentos sociais por parte do governo, com a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, apresenta um campo interessante de estudo para tentar compreender até que ponto a vivência militante desses atores se refletiu na atuação destes enquanto governo.

3.2.3 O FÓRUM É REALMENTE MUNDIAL E RADICALMENTE DEMOCRÁTICO?

A mundialização do Fórum Social Mundial e a sua construção democrática são dois desafios e, ao mesmo tempo, dois pontos de tensão no debate acerca do processo do FSM. Dentro da discussão do fórum, essas duas dimensões estão bastante interligadas e por isso essa seção trata das duas de forma conjunta. A questão da mundialização do fórum está diretamente ligada à abertura democrática da gestão do processo, pois não é possível construir um processo mundial sem contar com a participação mundial.

Na primeira edição do Fórum Social Mundial, todo o peso de tornar real a ideia recaiu sobre o Comitê Organizador Brasileiro que, no seu caráter executivo, deu condições para realização do Fórum Social Mundial em 2001 em Porto Alegre,

⁴¹ Uma discussão sobre esse episódio foi feita por Immanuel Wallerstein no artigo Fórum Social Mundial, Egito e transformação. Disponível em: <<http://esquerda.net/opiniao/f%C3%B3rum-social-mundial-egito-e-transforma%C3%A7%C3%A3o>>. Consultado em: 08 fevereiro 2012.

desde a idealização do seu formato até a captação de recursos que permitiria executar a ideia. Devido ao grande sucesso da iniciativa, comemorado inclusive pelos instrumentos de mídia hegemônicos, criou-se um certo “paternalismo” com relação a proposta. Em junho de 2001, logo após o primeiro fórum, a criação do Conselho Internacional foi o pontapé inicial para o processo de mundialização. A criação de uma instância internacional de caráter político, não executivo, que pudesse ser “guardiã” do processo do fórum, deu sinais de que o processo estava disposto a assumir a diversidade mundial também dentro das suas instâncias diretivas.

No entanto, o mesmo não pode se dizer com relação à Secretaria Internacional do Fórum. Se por um lado o CI vem passando por reformas, realizando inclusive buscas ativas de organizações em todo mundo para garantir sua diversidade étnica, de gênero e geográfica, não se pode dizer o mesmo com relação a Secretaria Internacional. Esta se mantém com a mesma estrutura do que foi o Comitê Organizador na primeira edição do FSM, agravando a tensão de se ter uma Secretaria Internacional exclusivamente brasileira e, embora de acordo com a Carta de Princípios, ninguém represente o FSM, na prática, a Secretaria Internacional tem cumprido esse papel. Porém desvincular esse papel protagonista do Comitê Organizador não é tarefa fácil, principalmente porque o comitê original tendeu a desempenhar um papel decisivo não só em termos organizativos, como também em termos de concepção e estratégia (SANTOS, 2004, p. 40).

Em 2002, o Conselho Internacional declarou este ano como o da internacionalização do FSM postulando a realização, dentre outras atividades, de fóruns regionais e temáticos⁴². Segundo Boaventura de Sousa Santos, no entanto, o processo de internacionalização não acontecia sem certa resistência da Secretaria Internacional de sua perda de autonomia com a construção de um Conselho Internacional cada vez mais atuante. Exemplos desse conflito são tidos como tomadas de decisão pelos coordenadores de áreas temáticas que nem sempre foram respeitadas pela Secretaria Internacional, especialmente no que tange à escolha dos oradores convidados (SANTOS, 2004, p. 40).

42 Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=3_2_2_4&cd_language=1>. Consultado em: 09 fevereiro 2012.

O fato mais marcante que expõe a contradição institucional do fórum é que, em nenhuma dessas instâncias, tanto CI como SI são compostos por representantes eleitos pelos movimentos e organizações que participam do FSM. O CI é composto por organizações que decidem aderir espontaneamente ao processo do FSM e que não encontram resistência pelos atuais membros do CI. Essas entidades são referendadas a cada reunião do Conselho e se tornam membros permanentes se seguirem os pressupostos estabelecidos pela Carta de Princípios. No entanto, devido a sua composição ampla e não hierárquica, o CI se tornou a estrutura mais representativa do FSM e, através da perseguição da diminuição das discrepâncias internas, tem assumido igualmente um papel decisivo no reforço de uma concepção ampla do FSM. É inegável a colaboração do Conselho na transformação do fórum num processo permanente e promovendo a continuidade entre as suas muitas iniciativas, de modo a converter o FSM num “processo incremental, de aprendizado e crescimento coletivos”, conforme declarações efetuadas nas reuniões do CI às vésperas do Fórum Social Mundial de 2003⁴³.

Boaventura de Sousa Santos, no entanto, esclarece que na verdade essas tensões nunca foram fruto de uma luta pelo protagonismo entre SI e o CI. Sua causa esteve muito mais atrelada a inevitável falta de operacionalidade do recém-nascido e amplo Conselho Internacional. Com a reunião do Conselho em Miami, em 2003⁴⁴, que estabeleceu as regras para o funcionamento do CI, houve um consequente aumento de operacionalidade e reconhecimento de qual seria o papel do CI, e como deveria cumpri-lo. Para Boaventura, assim que esse processo ficou pronto, começou a ser evidente a complementariedade funcional, em vez da rivalidade política ou funcional, entre a Secretaria Internacional e o Conselho Internacional.

Com o Fórum Social Mundial sendo realizado na Índia no ano de 2004, pela primeira vez houve um esboço de descentralização da Secretaria Internacional. O trabalho coordenado entre a Secretaria Internacional e o Comitê Organizador indiano para organizar o fórum de Mumbai 2004, trouxe uma nova experiência para o processo do fórum e a sua mundialização. Apesar do temor de tirar das mãos de uma equipe experiente na organização do evento, o Comitê Organizador indiano

43 Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=resolucoes_ci_2301>. Consultado em 10 fevereiro 2012.

44 Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=ci_regras_miami_por>. Consultado em 10 fevereiro 2012.

conseguiu realizar um grande FSM na Índia com a presença de mais de 74 mil participantes vindos de 117 países. Assim, foi constituída uma relação de confiança recíproca entre SI e o Comitê indiano. Isso fez com que a Secretaria Internacional do Fórum fosse partilhada entre sua parte brasileira e sua parte indiana, apesar de o encargo maior das tarefas executivas ainda competir a parte brasileira (SANTOS, 2004, p. 41). Essa mesma interação entre os Comitês Organizadores locais, Secretaria Internacional e Conselho Internacional seguiu nas edições de Nairóbi 2007, Belém 2009 e Senegal 2011.

Outra questão importante para discussão sobre a democracia interna do Fórum Social Mundial estão relacionadas à forma de ingresso e participação do Conselho Internacional e às limitações políticas e econômicas decorrentes desta. Qualquer organização que aceite a Carta de Princípios do FSM está apta a solicitar seu ingresso ao Conselho. A Secretaria Internacional disponibiliza um formulário de adesão (ANEXO I) em que o postulante responde algumas questões organizativas da sua entidade, aponta dois membros do Conselho Internacional que indicam sua participação, além de outras questões históricas e operacionais com relação ao processo do FSM⁴⁵. Após ser solicitada a inscrição da proposta, que é revisada pela Comissão de Expansão, esta remete o pedido para a próxima reunião do Conselho Internacional, que deve aprovar ou não a entrada das novas organizações no conselho.

Após sua aprovação ao Conselho Internacional, a entidade estará apta a participar com voz e voto das reuniões do Conselho Internacional, realizadas nas mais diversas cidades do mundo. As organizações podem ou não contribuir para um fundo de solidariedade que ajuda a manter financeiramente o Conselho Internacional. Outra fonte de recursos utilizada pelo Conselho são parte das arrecadações feitas com a taxa de inscrição cobradas nos Fórum Sociais Mundiais.

O fundo de solidariedade tem como objetivo financiar a participação de organizações que não tem como se autofinanciar para participar das, muitas vezes, caras reuniões do Conselho Internacional devido aos grandes deslocamentos

45 A discussão sobre a necessidade de duas indicações e regras mais claras para novas adesões ao Conselho Internacional começou a ser construída a partir da reunião do CI em Nairóbi entre os dias 20 e 22 de março de 2006. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/relat_nairobi_cast.pdf>. Consultado em 12 fevereiro 2012.

que muitos representantes de entidades precisam realizar. Por ser um fundo instável, na verdade, o que se tem é que muitas vezes o investimento na participação das reuniões do conselho são uma aposta de reembolso. Muitas entidades financiam a ida de seus representantes, muitas vezes empregando recursos destinados a outros fins, para que estes cheguem as reuniões do CI. Com as novas contribuições e revisões do Fundo de Solidariedade, as organizações podem demandar o fundo de solidariedade para pagar sua viagem que, se houver recursos, voltam na forma de reembolso. A primeira vez que o Fundo de Solidariedade ganhou operacionalidade foi na reunião do Conselho Internacional de Barcelona, entre os dias 20 e 22 de Junho de 2005⁴⁶.

Sobre a forma de adesão e manutenção sobre a sua participação no Conselho Internacional, gostaria de levantar duas questões para reflexão. A necessidade da indicação de dois membros do Conselho Internacional torna de fato a adesão ao CI democrática ou restringe a entrada a partir daqueles que já estão dentro? Por um lado, o processo de indicação é interessante para legitimar a entidade candidata e evitar que outras entidades sem nenhum compromisso com a causa coloquem em risco o processo do FSM (principalmente por não haver outro critério mais forte para escolher novos participantes do conselho. Se houvesse algum outro critério mais forte, seria mais fácil abdicar da indicação para aceitar novas organizações). Esse processo também reforça o formato de articulação em rede que é muito característicos de organizações políticas horizontais. Por outro, será que isso não acaba restringindo o conflito de ideias com entidades de origens diferentes do que aqueles que buscam seus pares? Esse é um debate interessante e que está relacionado com as limitações mecânicas do processo político e que só podem ser superadas no próprio exercício da política.

Sobre a questão do fundo de solidariedade, considero ele um importante instrumento para resolver discrepâncias econômicas entre as entidades participantes do CI. No entanto, na forma que ele é operado e na dificuldade em se ter um orçamento fixo e previsível, contribui para restringir a participação de organizações desfavorecidas economicamente e reforçar a prevalência daquelas que têm condições de autofinanciar sua participação. O que se percebe é que esse

46 Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/relat_ci_bcn2005_cast_mix.pdf>. Consultado em 12 fevereiro 2012.

é um grande desafio para tentar fazer com que mais organizações participem do CI de forma equânime. O que se vê é organizações que participam, ou pretendem participar, do CI tendo que ter uma boa estrutura administrativa e financeira que lhe dê condições de participação.

3.3 A CONTINUIDADE DO PROCESSO

A edição de 2005 significou um marco importante no processo do Fórum do Social Mundial. Essa foi, e continua sendo, a maior edição já realizada. Mas apesar do seu sucesso, o fórum dava sinais de esgotamento e não poderia sustentar uma estrutura tão grande se não se reavaliasse e procurasse superar problemas estruturais que eclodiam desde as suas primeiras edições. Para isso, o fórum deveria continuar repensando o seu processo de internacionalização e democracia interna. Outro problema percebido estava relacionado ao foco muito grande na realização dos fóruns centralizados, o que ofuscava as outras atividades do processo, como os fóruns temáticos e regionais. A dificuldade em se organizar um evento anual que reunia mais de 100 mil participantes também se mostrava como um ponto a se reavaliar para edições futuras. Fora essas questões, as críticas ao FSM continuavam as mesmas e, nas reuniões seguintes do Conselho Internacional, algumas foram resolvidas, outras atenuadas e novas questões surgiram.

No final do Fórum de 2005, no dia 25 de Janeiro, o CI se reuniu para discutir os rumos do FSM. A partir dessa reunião foi anunciada uma grande mudança para o processo do FSM: ele não mais seria organizado anualmente para passar a ser bienal. Nos anos em que não for centralizado, ele será realizado de forma policêntrica em diversas partes do mundo, buscando, assim, enraizá-lo enquanto processo. Os fóruns policêntricos continuaram sendo realizados na mesma data que o Fórum de Davos. Outro importante anúncio dessa reunião foi a de que o Fórum Social Mundial de 2007 seria realizado na África pela primeira vez⁴⁷. Estas decisões foram muito importantes para o processo do FSM e isso ajudou no seu processo de consolidação. Foi também especial tomar essas decisões num momento em que

⁴⁷ Essa decisões estão disponíveis no site do Fórum Social Mundial em: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_01.php?cd_news=1542&cd_language=1. Consultado em 12 fevereiro 2012.

parecia que o fórum estava a todo vapor. No entanto, apesar de seu sucesso de público, as críticas continuavam ainda mais contundentes com relação à capacidade do FSM em propor alternativas a globalização hegemônica.

Entre os dias 31 de março e 2 de abril de 2005, o CI se reuniu em Utrecht, Holanda, e, nesta reunião, o conselho voltou a tocar no assunto sobre a necessidade da descentralização da Secretaria Internacional⁴⁸. Essa ainda mantinha a mesma estrutura desde o primeiro Fórum Social Mundial e a nova conjuntura de descentralização do fórum também pedia a descentralização da Secretaria que ainda detinha grande poder dentro do processo FSM. Na reunião seguinte do conselho, realizada em Barcelona entre os dias 20 e 22 de junho⁴⁹, surge uma nova proposta para desconcentração da Secretaria Internacional que passaria a ser um grupo de facilitação. O mais interessante é que a proposta parte justamente das organizações que eram responsáveis pela Secretaria Internacional até então: Abong, Attac Brasil, CBJP, Cives, CUT, Ibase, MST, Red Social, organizações da parte brasileira da Secretaria Internacional⁵⁰. A proposta reafirma o caráter horizontal em que o processo do FSM deve se ater e, nesse caso, o nome Secretaria Internacional, muitas vezes apresentava uma visão enganosa sobre sua posição nessa estrutura. Para além disso, o documento reconhece que as comissões do Conselho Internacional (Comunicação, Recursos, Expansão, Metodologia e Estratégias) haviam ganhado corpo dentro da estrutura do CI e que, então, havia a necessidade da criação de um grupo de facilitação que fizesse a interconexão do trabalho das diferentes comissões. As discussões sobre a possível substituição da Secretaria Internacional por um grupo de facilitação foram deixados para serem amadurecidos até a próxima reunião do conselho, no entanto, ela só foi retomada na reunião de Parma, entre os dias 10 e 12 de outubro de 2006. Nela, surgiu a proposta de que o novo grupo de facilitação deveria ser composto por 7 delegados e 7 suplentes⁵¹, mas essa foi uma ampliação da proposta e ainda não ganhara caráter

48 Resoluções dessa reunião estão disponíveis em espanhol em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/relatorio_ci_utrecht_cast_pdf.pdf>. Consultado em: 12 fevereiro 2012.

49 Relato da reunião disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/relat_ci_bcn2005_cast_mix.pdf>. Consultado em: 12 fevereiro 2012.

50 A proposta está disponível em espanhol em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=ci_barcelona_secre_e>. Consultado em 12 fevereiro 2012.

51 Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/relatorio_parma_ES.pdf>. Consultado em: 12 fevereiro 2012.

de deliberação.

Em 2007, aconteceu o primeiro Fórum Social na África, em Nairóbi, Quênia. Segundo a avaliação feita pela reunião do Conselho Internacional após o evento, este foi o maior evento da área já realizado no continente. O FSM foi resultado da mobilização feita anteriormente em 30 Fóruns Sociais na África. Ainda assim, o primeiro FSM no continente teve problemas, dentre eles: tendências a comercialização, a privatização e a excessiva presença militar e política nos espaços do FSM; exclusão de participantes devido aos altos custos de participação, comida e água; preocupações pela presença de organizações que trabalham contra os direitos das mulheres, excluídos e contra os direitos sexuais e de diversidade, em contradição ao que estabelece a Carta de Princípios do FSM; não se deu muita importância aos meios de comunicação e a garantia de uma boa conexão de internet para trabalhar; a tradução e as estruturas de amplificação de som não tiveram disponibilidade adequada. O Fórum na África reuniu 75 mil participantes o que foi considerado um sucesso de mobilização num evento que eram esperados 30 mil. Ainda na reunião do CI de Nairóbi, foi discutida a proposta de constituição de um grupo de facilitação internacional. Na ocasião, foram expostas preocupações com a criação de mais uma instância de poder dentro do processo do FSM e qual seria a sua relação com a comissão e grupos de trabalho existentes⁵².

Na reunião de Berlim do Conselho Internacional (30 a 31 de Maio de 2007), finalmente foi criado o grupo de facilitação que também foi chamado de grupo de enlace, com o objetivo de “facilitar as iniciativas que resultam das decisões do Conselho internacional”⁵³. Este grupo substitui definitivamente a figura da Secretaria Internacional e deve expressar as diferentes dinâmicas do CI, como também integrar expressões regionais e setoriais. A criação do grupo de enlace em substituição à Secretaria Internacional é um marco no processo do FSM, pois abre uma estrutura que vinha sendo criticada por sua estrutura fechada e nada internacionalizada. No entanto, ainda que a Secretaria Internacional conseguisse se descentralizar, o escritório do fórum ainda continuaria centralizado na sua estrutura em São Paulo.

52 Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/download/Reporte%20de%20la%20Reuni%F3n%20del%20CI%20en%20Nairobi.pdf>>. Consultado em 12 fevereiro 2012.

53 Disponível em espanhol em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/relatorio_berlin07_es.pdf>. Consultado em 12 fevereiro 2012.

Por isso, por ocasião da reunião do CI após o Fórum Social de Belém, em 2009, foi anunciada a proposta de descentralizar também o escritório do FSM⁵⁴, mas que até o momento não ganhou força enquanto pauta de transformação.

Uma discussão que começou a ganhar força a partir de 2008 é o papel da comunicação no processo do FSM. Neste ano, não foi realizado o FSM centralizado e a data correspondente ao Fórum Econômico de Davos foi tomada por uma ação global de enfrentamento a globalização hegemônica. As mobilizações em janeiro daquele ano foram coordenadas pela Comissão de Comunicação e foi essencial para dar visibilidade as diversas manifestações realizadas.

Desde 2001 existe um grupo dentro do FSM que busca realizar uma cobertura alternativa do Fórum Social Mundial como forma de não depender do noticiamento dos grandes meios de comunicação. Esta ação é chamada de Comunicação Compartilhada e é feita por ativistas da comunicação e que pretende envolver os participantes do fórum na produção de notícias que os grandes meios não conseguem dar por conta do seu escopo de atuação ou porque, muitas vezes, não tem interesse em noticiar certas pautas. Este grupo veio ganhando destaque na sua atuação e, a partir de 2008, o Conselho Internacional percebeu como estratégico o seu trabalho.

Na reunião de 2010, o relatório da Comissão de Comunicação passa a afirmar que o fórum não deve perceber a comunicação como mera ferramenta do processo do FSM, mas como uma parte essencial de suas estratégias⁵⁵. Na reunião seguinte do CI, na cidade do México, a comissão de comunicação reafirma o papel estratégico que a comunicação deve ter par ao processo do Fórum Social Mundial em Dacar. Na ocasião é lançada a carta *A comunicação compartilhada no FSM e a construção de uma Outra Comunicação para Um Outro Mundo Possível*⁵⁶. Nela é rediscutido o papel da comunicação no processo do FSM em que se afirma que a comunicação do Conselho Internacional deve ir além da comunicação “para fora”, para se pensar numa comunicação que também se pense os processos internos das

54 Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/2009-02-Belem_IC_meeting_report_PT_final_draft.pdf>. Consultado em 12 fevereiro 2012.

55 Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/Relatorio_CI_Montreal_2009_PT.pdf>. Consultado em 13 fevereiro 2012.

56 Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/Relatorio_da_Reuniao_IC_CidadedoMexico_2010_PT.pdf>. Consultado em 13 fevereiro 2012.

instâncias do fórum.

Essa discussão também levanta a velha discussão sobre a mundialização do fórum. Para que o processo do FSM seja realmente internacional, é preciso que os debates do processo ocorram constantemente entre os atores que constroem o processo e não apenas durante a realização dos fórum. Além disso, os diversos eventos que compõem o processo devem estar interconectados, tanto com relação a aqueles que constroem o FSM, quanto para a sociedade como um todo. Essa nova postura viria em paralelo a uma renovação do espírito do fórum e a comunicação desse espírito para o mundo. Com a realização do FSM de Dacar e seus graves problemas de organização, principalmente por conta de uma sabotagem política com relação às salas que sediarão as atividades, fez com que se pensasse a centralidade da comunicação nesse processo. Na avaliação realizada do fórum, percebeu-se uma ampla falta de comunicação para que as atividades fossem rearranjadas e conseguisse-se dar o mínimo de operacionalidade ao FSM⁵⁷.

O desafio da comunicação do processo do FSM se tornar ainda mais importante num cenário em que a necessidade de expansão das fronteiras do FSM se faz necessária para construção da própria vitalidade do processo. Em um texto recente, Chico Whitaker expõe a necessidade que o fórum divulgue suas ações e fale para aqueles que ainda “não foram convencidos” de que o um outro mundo é possível, mas, acima de tudo, necessário. No artigo *Novas perspectivas no processo FSM?* (WHITAKER, 2012), Whitaker descreve a necessidade de se falar para os 98% da população. O autor utiliza-se da metáfora reverberada pelos movimentos *Occupy Wall Street*, que afirmam que as elites financeiras do mundo são apenas 1% da população e que nós somos os outros 99%. Nesse caso, 1% da população não poderia decidir o futuro dos outros 99%. Whitaker pondera essa afirmação, dizendo que as elites contestadoras da globalização hegemônica também são outro 1%. Tomando como exemplo a maior manifestação já realizada, a contra a guerra no dia 15 de fevereiro e que reuniu 15 milhões em diversas manifestações simultâneas no mundo, seriam bem menos que 1% da população mundial. Por isso, Whitaker coloca que o desafio está em o fórum deixar de falar entre as mesmas pessoas para passar

57 Para uma avaliação mais completa do FSM Dacar ver: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/download/IC%20Meeting%20Dakar%20Feb%202011%20PT.pdf>>. Consultado em 13 fevereiro 2012.

a convencer mais pessoas a se engajarem na luta de um outro mundo possível e esse desafio necessariamente passa por outras formas de comunicação possíveis. Essa sem dúvida se mostra como o principal desafio do Fórum Social Mundial para esta década.

3.4 ALGUMAS CONCLUSÕES

O Fórum Social Mundial surgiu com uma proposta de ação política nova e conseguiu colocá-la em prática e torná-la perene, apesar de seu processo ser constantemente criticado. A crítica, nesse caso, acredito que advenha justamente do conflito do que Whitaker chamou de “práticas políticas velhas” e das “novas práticas políticas”. Por ser um processo bastante complexo, conduzido por organizações bastante heterogêneas, não seria de se admirar que as diversas perspectivas sobre a condução desse processo também não fossem fruto de conflitos. No entanto, conforme a leitura de grandes críticos deste processo, como Boaventura de Sousa Santos, este conflito tem grande potencial transformador ao passo que num ambiente de ecologia de saberes, possa a vir o combustível para continuar o experimento.

Daí também a justificativa em não transformar o FSM num movimento, se não, mantê-lo enquanto espaço. Transformar o fórum num movimento seria canalizar o conflito para um processo hegemônico, que anularia a diversidade na tentativa de se construir uma totalidade que, para os horizontalistas, é impossível se tomarmos como campo dessa totalidade a sociedade civil. A beleza do processo político tido como novo, materializado no espaço do Fórum Social Mundial, está justamente no culto a diversidade. Em entender que não precisamos ter um só caminho enquanto sociedades, mas que o futuro se faz com diversos caminhos. Apesar do neoliberalismo apregoar que o resultado das conquistas da democracia liberal é a liberdade máxima do indivíduo, sua condução política demonstrou o uso das liberdades individuais como instrumento de atomização da sociedade civil para incutir a ideologia do pensamento único: da supremacia do econômico sobre as demais esferas da cidade e a sujeição de tudo aquilo que é vivo ao domínio do capital.

A utopia de “um outro mundo possível” deveria ser substituída por “diversos mundos possíveis”. A diversidade de concepções do que seria o seu “outro mundo possível”, faz com que se produzam inúmeras visões diferentes de um mundo transformado que não esse atual. O diálogo entre essas diversas concepções poderiam gerar novos consensos a partir do compartilhamento das visões para formar uma visão comum. Talvez o exercício de diálogo permitido pela existência de um Fórum Social Mundial permita que as milhões de visões um dia se transformem numa só. Ou talvez não, talvez o exercício de convivência dessas ideias seja o grande desafio para tornar este mundo cada vez melhor habitável e mais humano. Pensar este formato através de uma ecologia de visões parece ser um caminho interessante para conseguir conceber a diversidade como opção política.

De qualquer forma, seja para formar uma consciência comum de um outro mundo possível, ou fortalecer o exercício de convivência entre as mais diversas consciências de outro mundo possível, o exercício do diálogo e da troca serão fundamentais para ao menos se tentar chegar a algum êxito. É justamente sobre essa troca, e sobre como os diversos participantes do fórum apresentam a sua consciência de um outro mundo possível, que o próximo capítulo tentar analisar aspectos organizacionais e políticos a partir da visão de seus próprios participantes.

4 O FÓRUM A PARTIR DE SEUS PARTICIPANTES

Este quarto e último capítulo analisará os aspectos organizacionais e políticos do Fórum Social Mundial a partir da visão de seus participantes. Para isso serão apresentados dados de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas (IBASE) e também dados de pesquisas próprias durante o período em que este trabalho estava sendo redigido.

Na primeira seção, apresentarei a metodologia que foi utilizada para coleta dos dados e a relação que as fontes de pesquisa têm entre si. Na segunda e na terceira seção serão analisados os dados coletados, buscando estabelecer os elementos que constituem o sistema de ação dos participantes do FSM, ou seja, quais os elementos que permitem constituir um *unified empirical datum* no sentido de Alberto Melucci (2001).

4.1 METODOLOGIA UTILIZADA

Neste capítulo, analisarei os documentos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatísticas (IBASE) acerca dos participantes do Fórum Social Mundial nas edições de Porto Alegre 2003 (IBASE, 2003), Porto Alegre 2005 (IBASE, 2006), policêntrico Venezuela e Mali 2006 (IBASE, 2007) e Belém 2009 (IBASE, 2009). Infelizmente, esse mesmo trabalho não foi realizado pelo Instituto nas edições da Índia 2004, Nairóbi 2007 e Senegal 2011 e tampouco em outras edições do processo do FSM. Por isso, este capítulo só elaborará comparações entre dados estatísticos que foram submetidos à mesma metodologia. Existem documentos e pesquisas que complementarão estes dados, porém tomando o cuidado em não estabelecer comparações que possam ser questionáveis.

As pesquisas realizadas pelo IBASE se organizaram em duas etapas. Na primeira, foram analisados os dados do credenciamento do FSM que eram disponibilizados pelos participantes no ato da inscrição. Na segunda, foram realizadas entrevistas com os participantes utilizando um formulário de 25 questões aplicado por entrevistadores e entrevistadoras treinados para esse fim.

A construção da metodologia para análise dos participantes passou por alguns testes antes da produção da publicação sobre o FSM de 2003. Houve tentativas de se realizar essa mesma pesquisa em 2001 e 2002 que permitiram aprimorar a metodologia. Os resultados obtidos pelas pesquisas obtidas do IBASE permitem uma generalização para o universo de participantes com 95% de confiança na amostra coletada.

Além das publicações do IBASE, serão utilizados dados de duas pesquisas de campo feitas por mim. A primeira delas (ver KONOPACKI, 2010), publicada no II Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas, analisa o IV Fórum Social das Américas. A segunda foi a aplicação de um questionário eletrônico para os participantes do IV Fórum Social Pan-Amazônico que não produziu uma publicação, mas nos quais foram identificados dados muito interessantes que serão descritos neste capítulo (KONOPACKI, 2011, não publicado)⁵⁸. Ambos os eventos fazem parte do processo do Fórum Social Mundial e se conectam com este por serem regidos pela mesma Carta de Princípios e serem estabelecidos através dos mesmos moldes do FSM. O processo do Fórum Social Mundial vai além dos eventos realizados bianualmente, mas procura fomentar ações distribuídas em torno do fórum. Estes eventos não se estabelecem como etapas formais, mas ajudam a formar e mobilizar ativistas para participação dos eventos maiores do FSM. Por isso, em parte, pode-se verificar nestes eventos descentralizados elementos de estruturação organizacional e política muito próximos dos encontrados nos fóruns centralizados.

O IV Fórum Social das Américas (FSA) aconteceu em Assunção, Paraguai, entre os dias 11 e 15 de agosto de 2010. O fórum reuniu mais de 10 mil pessoas e 550 organizações⁵⁹, sobretudo do Conesul, para dez painéis centralizados e mais de 350 atividades autogestionadas⁶⁰. Durante o evento, apliquei um *survey* (ANEXO II) direcionado aos representantes de organizações presentes no fórum e que possuíam algum local de fala no evento. A especificidade dos atores entrevistados foi estabelecida com base no argumento de que os atores que possuíam algum

58 KONOPACKI, M. **Trabalho final da disciplina Tópicos Especiais em Representação Política e Eleições**. Curitiba, 2011.

59 Disponível em <http://www.forosocialamericas.org/encuentro-con-lugo-le-imprime> acessado no dia 30/08/2010.

60 Disponível em <http://www.ritla.net.br/noticias-e-artigos/america-latina-marcho-unida-en-iv-foro-social> acessado no dia 30/08/2010.

local de fala, seja na apresentação de uma atividade ou um painel, são atores mais relevantes para difusão de significados entre as demais organizações e outras estruturas do que compõem o fórum. Esta justificativa se baseia no argumento de autores ligados a teoria da ação comunicativa, como Jürgen Habermas, de que “o mundo ao qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 170). Estes atores tem uma importância especial pois, além de possuírem uma posição privilegiada dentro do evento, também eram importantes para refletir o significado da sua ação política. Nesta ocasião, o *survey* foi dividido em três partes no qual foram apresentadas questões acerca de: 1) aspectos políticos organizacionais; 2) aspectos políticos sobre a visão de mundo dos participantes; 3) percepção valorativa de uma globalização capitalista em contraposição a uma globalização do tipo contra hegemônica.

O questionário foi aplicado por mim e, por isso, houve uma limitação física que me impediu a obtenção de um grande número de respostas (apenas 12). Por isso, essa amostra não permite realizar generalizações para o universo de participantes. No entanto, ainda assim a análise das respostas apontam resultados interessantes para melhorar a formulação de minha hipótese. Se comparadas às informações obtidas através das análises feitas pelo IBASE, com as obtidas pela minha pesquisa, os resultados se aproximam muito, principalmente se comparadas às amostras estratificadas por tipo de organização social, por exemplo. Apesar do baixo N, os respondentes eram diversos tanto com relação ao tipo de organização que representavam, quanto com relação a sua nacionalidade, o que permitia verificar se os resultados obtidos nas pesquisas realizadas por IBASE se aproximavam dos dados medidos nos fóruns regionais.

A limitação física com relação à aplicação pessoal do questionário fez com que eu buscasse outras formas de tentar conseguir aumentar o número de respondentes e, por conseguinte, tentar encontrar dados significativos para minha análise. No dia 17 de Novembro de 2010, foi enviado um questionário eletrônico (ANEXO III) para 493 representantes de entidades de diversos tipos que se inscreveram para participar do IV Fórum Social Pan-Amazônico (FSPA), que aconteceu na cidade de Santarém do Pará entre os dias 25 e 29 de novembro. O questionário continha 27 questões entre perguntas ligadas a aspectos político

organizacionais das entidades e também ligadas a percepção de solidariedade por partes do representante das instituições. Ao todo foram obtidas 35 respostas distribuídas entre os vários tipos de entidades (GRÁFICO 1). Infelizmente, da mesma forma que no IV Fórum Social Pan-Amazônico não foi possível construir generalizações para o universo de participantes a partir dessa amostra.



GRÁFICO 1 – FREQUÊNCIA DE TIPOS DE ENTIDADES IV FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO

FONTE: PESQUISA SOBRE PERFIL POLÍTICO MOVIMENTOS SOCIAIS IV FSPA.

Minha expectativa era realizar as mesmas pesquisas que fiz no Fórum Social das Américas e no Fórum Social Pan-Amazônico também no Fórum Social Mundial 2011, que ocorreu em Dacar, Senegal, entre os dias 6 e 11 de fevereiro de 2011. No entanto, o baixo retorno nas duas tentativas de pesquisa anteriores, fizeram-me focar em outros aspectos que poderiam colaborar com essa pesquisa. No Fórum em Dacar, busquei me ater a observação dos aspectos organizacionais do evento, inclusive participando da reunião do Conselho Internacional do FSM, que aconteceu nos dois dias seguintes ao encerramento do evento. Meu objetivo era valorizar a experiência em observar os FSM com os olhos de quem havia estudado o tema durante o ano anterior do evento. As hipóteses levantadas, e parcialmente verificadas, com as experiências de pesquisas no Fórum Social das Américas e no Fórum Social Pan-Amazônico, fizeram-me constatar algumas questões ao observar o Fórum Social Mundial em Dacar.

Tanto o questionário aplicado pelo IBASE quanto os aplicados por mim nas

pesquisas do FSA e do FSPA analisam aspectos dos participantes que buscam estabelecer um perfil de percepção sobre a luta política e a forma de se organizar para ela. Tomando o entendimento de Alberto Melucci (2001) e corroborado por Eschle (2005), dos movimentos sociais agindo enquanto “*unified empirical datum*”, os atores dos movimentos sociais buscam através da sua identificação de grupo estabelecer relações e compartilhar significados que dão sentido à sua luta política. Dessa forma, a análise sobre a percepção dos participantes será baseada em dois eixos de pertencimento: 1) o engajamento na luta social e política; e 2) opiniões sobre a agenda pública de debates.

4.2 O ENGAJAMENTO NA LUTA SOCIAL E POLÍTICA

Na pesquisa sobre o perfil dos participantes presentes no Fórum Social Mundial de 2003 (IBASE, 2003, p. 27), 64,9% dos participantes disseram estar participando de algum movimento ou organização social. No FSM de 2005 esse número cai para 55,4% (IBASE, 2006, p. 31) enquanto no FSM de 2009 esse número volta a ser expressivo com 70% dos participantes dizendo fazer parte de algum movimento ou organização social (IBASE, 2009, p. 13). Infelizmente, no FSM policêntrico de 2006, esse dado não foi coletado. Na verdade, só foi coletado o dado sobre a participação por natureza institucional e não quanto essas participações representam no universo.

Em termos gerais, pode-se avaliar que existe uma tendência dos participantes do FSM a fazerem parte de algum tipo de organização social. Percebe-se que o enfrentamento a algumas formas de poder específicas depende do agrupamento e da articulação entre pessoas que percebem desafios comuns que só podem ser superados coletivamente. Dessa forma, a natureza do FSM como praça pública, conforme descreveu Whitaker na discussão feita no capítulo 3, não pode ser descrita só como espaço para o encontro de indivíduos diversos, mas também de grupos que compartilham causas comuns. Um espaço de compartilhamento e de reconhecimento e que ganha vida e vontade de adesão e participação por representar o novo a partir dos encontros. Chico Whitaker muitas vezes cita que era maravilhoso ver no primeiro fórum militantes saudosos felizes por ter reencontrado

velhos amigos separados pela luta política setorializada.

Os dados da pesquisa do FSM de 2003 ainda revelam que a abrangência das organizações ou movimentos sociais é prioritariamente local, regional e nacional, com 33%, 35% e 36% de respostas respectivamente. De acordo com o (GRAFICO 2) os participantes que responderam que suas organizações ou movimentos têm abrangência internacional e continental representam 16% e 2% respectivamente. Essa informação é interessante, principalmente quando for discutida a questão de formação de agendas na próxima seção. Esse dado basicamente nos mostra que, apesar de ser um evento que se pretende mundial, a atuação das organizações que participam do FSM priorizam a luta local, regional e nacional.

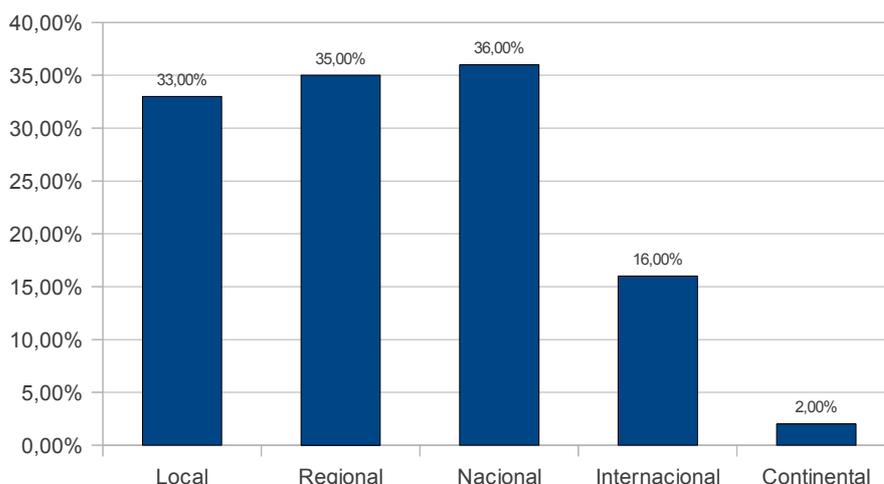


GRÁFICO 2 – ABRANGÊNCIA DO MOVIMENTO OU ORGANIZAÇÃO SOCIAL (FSM 2003)
 FONTE: (IBASE, 2003, P. 28)
 A QUESTÃO ACEITA MAIS DE UMA RESPOSTA

Salvo exceções de grandes organizações de abrangência internacional, como é o caso da Via Campesina na luta pela reforma agrária ou do *Greenpeace* na luta ambientalista, o que se percebe é que a prioridade na luta das organizações que participam do FSM é contra aquilo que afeta diretamente no seu cotidiano. É essa luta que dá significado à ação e é essa relação que permite que estes movimentos formem sua identidade. Mesmo as grandes organizações internacionais têm relações com outras organizações locais ou realizam ações localizadas. A Via Campesina, por exemplo, é uma organização internacional de luta pela terra, mas

que se articula com os diversos movimentos sociais de luta pela terra a nível local/regional/nacional, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O *Greenpeace* possui representantes em diversos territórios nacionais responsáveis pela mobilização de associados e ou ações localizadas, como denúncias e manifestações.

Refletindo os movimentos sociais como um *unified empirical datum*, conforme descrevi através da leitura de Alberto Melucci no primeiro capítulo, a construção do significado de sua ação necessariamente passa pelas ações cotidianas produzidas por estes movimentos, que ganham um significado comum. O significado que se busca dar com o fórum é mundial, mas as organizações que participam do FSM têm atuação majoritariamente local. Isso sugere que a transnacionalidade da sua ação está ligada à troca de experiências a nível internacional sobre a sua atuação local. Isso também corrobora a ideia de que a globalização se faz também pelas relações sociais locais, ou seja, as consequências mundiais da globalização influenciam o local assim como o local influencia o global. Numa analogia com os movimentos internacionalistas de cunho operário do começo do século XX, aqueles tinham o objetivo de articular uma ação organizada da classe operária para derrubar o capitalismo, ou seja, uma ação totalizante para produzir transformações (ou revoluções) sistêmicas. Já o significado da ação dentro do Fórum Social Mundial é vinculado a atuação local das organizações que dele participam e seu caráter internacional está na possibilidade de troca entre ações comuns que ocorrem em diferentes espaços geográficos, quase como uma ação distribuída em contraposição a uma ação centralizada. Essa sugestão é reforçada quando é perguntado aos participantes o que é mais importante na decisão de se participar do FSM. Quase a metade, 49,8% afirmam que a troca de experiências entre os participantes é o que há de mais importante em participar do fórum conforme demonstra a (TABELA 1). Na pesquisa feita durante o fórum policêntrico de 2006, 49,7% dos participantes da edição venezuelana afirmaram que o ponto forte do fórum é oferecer um espaço para discussão democrática, enquanto esse mesmo número foi de 59,5% na edição do Mali (IBASE, 2007, p. 63). Em outra pesquisa, durante o FSM de 2009, 19% afirmam que oferecer um espaço para trocas culturais é o que o FSM tem de mais importante (GRÁFICO 3). No que tange a participação em ações em rede, a maioria

dos participantes do Fórum de 2003, 61,4% afirmaram participar desse tipo de iniciativa (GRÁFICO 4). Neste caso, o FSM se apresenta como uma ferramenta para aprofundar e ampliar este tipo de articulação.

TABELA 1 - IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA A DECISÃO DE PARTICIPAR DO FÓRUM

Importância na decisão de participar do FSM	%
A troca de experiência entre os participantes	49,8
A proposta do Fórum de contriuir para uma sociedade planetária mais justa	47,9
O debate democrático de idéias	42,4
Conhecer melhor o que é o Fórum	33,6
A articulação de entidades e redes	29,3
A discussão de temas específicos	21,9
A possibilidade de contribuir na formulação de propostas alternativas ao modelo neoliberal	20,6
O caráter de oposição ao neoliberalismo ao domínio do mundo pelo capital	20,2
O caráter mundial apartidário do Fórum	7,7
A repercussão dos Fóruns anteriores	7,0
O novo contexto político brasileiro	6,9
O caráter mundial não deliberativo do Fórum	2,6
NS/NO	3,6

FONTE: (IBASE, 2006, P. 59)

Ainda sobre o tema engajamento político, existem dois dados que se mostram interessantes para análise sobre os valores relacionados a participação no FSM. O primeiro deles é com relação à filiação a partidos políticos. O (GRÁFICO 5) demonstra a evolução dessa variável através de todas as edições analisadas por este capítulo.

Conforme demonstra o gráfico, existe uma tendência desde 2003 de que os participantes dos FSM não sejam filiados a partidos políticos. Esse é o dado mais relevante para avaliar o engajamento político dos participantes, em particular a forma do engajamento. A diminuição de participantes filiados a partidos políticos poderia representar também uma tendência a apatia política desses. Porém, conforme demonstrado nesta seção, o que se percebe é que existe uma transformação na forma da ação política. Mesmo não estando dentro dos partidos, a maioria dos participantes está atrelada a algum tipo de organização ou movimento

social. Dessa forma, a não participação em partidos políticos pode representar uma tendência a um desprestígio a luta política através desse tipo de organização. Os partidos políticos tem uma estrutura verticalizada e, conforme já citado por Chico Whitaker neste trabalho, representam a “velha” forma de fazer política.



GRÁFICO 3 – O QUE FSM TEM DE MAIS IMPORTANTE (FSM 2009)
 FONTE: (IBASE, 2009, P. 28)

A tendência para a diminuição de participantes filiados a partidos políticos no FSM pode ser explicada por duas abordagens: condições de ordem interna e externa ao fórum. As de ordem interna podem ter a ver com uma maior assimilação a metodologia do FSM e a negação dos partidos políticos na sua Carta de Princípios. Além disso, a defesa de espaços horizontais e abertos iriam de encontro a proposta centralizadora dos partidos políticos, o que pode ter afastado participantes desse tipo com o passar do tempo.

No entanto, a explicação com relação a variantes internas do FSM não se sustenta se tomarmos em consideração que existe uma grande rotatividade de pessoas no evento. A pesquisa sobre o FSM de 2009 revelou que 76% dos participantes estavam pela primeira vez num Fórum Social Mundial e 12% participavam pela segunda vez. Ou seja, essa rotatividade não permitiria avaliar com precisão se o maior peso se dá pelas variantes internas ao FSM, pois os participantes não estabeleceriam um grau de relação institucional a ponto de mudar

seu comportamento para se adaptar a forma organizacional proposta pelo FSM.

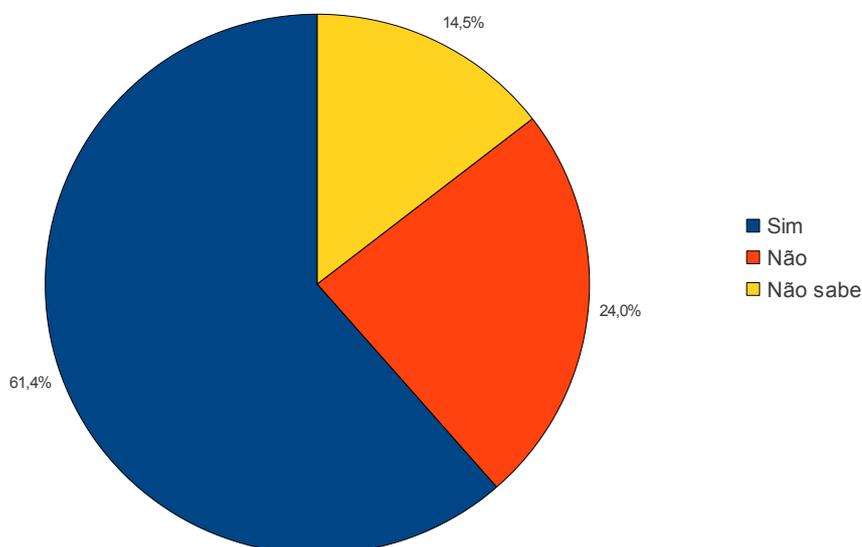


GRÁFICO 4 – PARTICIPA DE MOVIMENTO OU ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM REDES? (FSM 2003) FONTE: (IBASE, 2003, P. 31)

Com relação às variantes externas ao FSM, parece interessante também sugerir que a luta política e as formas de ação política vêm mudando na última década. Isso quer dizer que os participantes engajados em ações políticas não veem mais os partidos políticos como a única via para interferir na política e nos assuntos públicos.

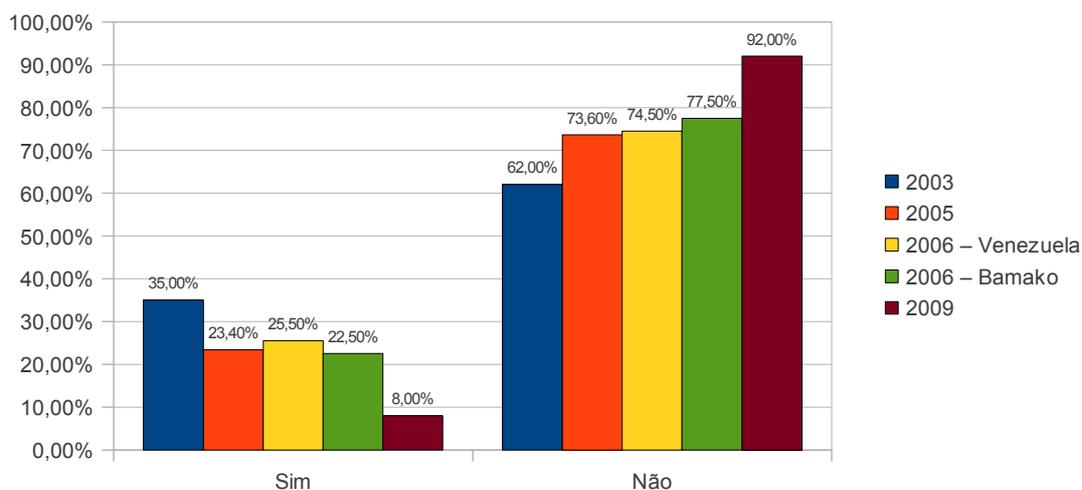


GRÁFICO 5 – FILIAÇÃO A PARTIDO POLÍTICO (FSM 2003)
FONTE: (IBASE, 2003; 2006; 2007; 2009)
DADOS AGREGADOS PELO AUTOR

Os dados que irão qualificar o sentido do engajamento político desses participantes se dão com relação à posição política desses, ou seja, se eles ou elas se identificam como esquerda, centro-esquerda, ou outra posição política. O gráfico a seguir demonstra a evolução desta variável entre as edições do FSM, com exceção do Fórum de 2009, em que esse dado não foi coletado.

Os dados presentes no (GRÁFICO 6) revelam que o fórum é majoritariamente de esquerda, com exceção do FSM do Mali em 2006, que teve uma maior variação da amostra, com as demais posições superando a marca de 20% dos participantes, e o “não posicionamento” superando os participantes que se declaram de esquerda. Ou seja, enquanto nas edições do fórum realizadas na América do Sul a maioria dos participantes tinham em comum serem da esquerda política, por outro lado, na África, essa tendência não se confirmou. Dessa observação emergem duas questões: 1) qual a influência do território em que o FSM é realizado para os significado da luta política entre seus participantes? 2) até que ponto o significado de esquerda política é o mesmo para participantes latino-americanos e africanos?

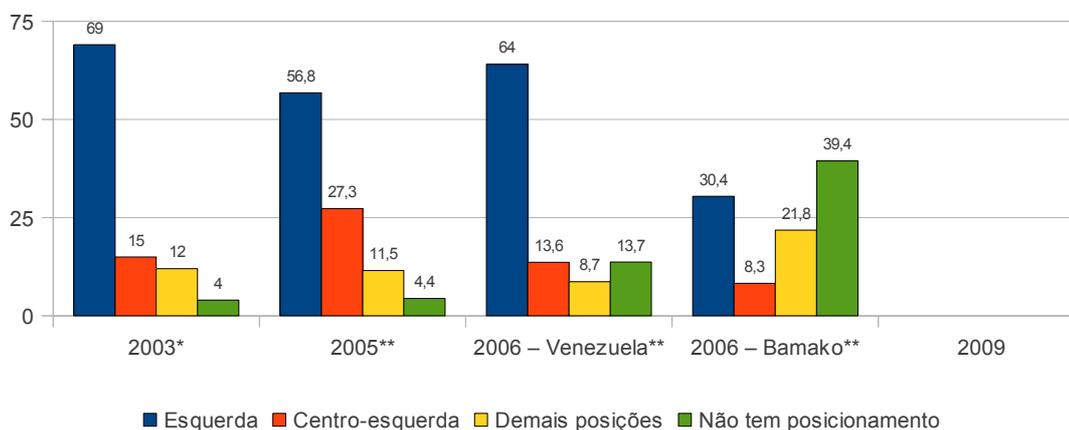


GRÁFICO 6 – POSIÇÃO POLÍTICA

FONTE: (IBASE, 2003; 2006; 2007; 2009)

* EXTREMA ESQUERDA, PRESENTE NA PESQUISA DE 2003, FOI AGRUPADA A ESQUERDA

** AS POSIÇÕES CENTRO, CENTRO-DIREITA E DIREITA FORAM AGRUPADAS NA CATEGORIA “DEMAIS POSIÇÕES”

Sobre a primeira questão, os dados com relação a área predominante dos movimentos e organizações sociais participantes do FSM releva que sim. Nas edições de 2003 e 2005, em Porto Alegre, por exemplo, a predominância foi de

organizações cujo foco de atuação principal era a Educação, com 46,6% e 23,9%, respectivamente (GRÁFICO 7). Em 2009, por ocasião do fórum ser realizado em Belém do Pará e os temas principais discutidos serem a crise climática e a gestão dos recursos naturais da Amazônia, 21% dos participantes se declararam identificados a movimentos ambientalistas (GRÁFICO 8). O que chama atenção no (GRÁFICO 8), no entanto, é o número de participantes que não se declaram identificados com nenhuma causa (20%), o que pode sugerir a participação de pessoas que não são historicamente vinculadas a movimentos sociais, mas por ocasião da realização do FSM na sua cidade, procuraram se envolver mais com as discussões. No FSM policêntrico de 2006, essa variável não foi avaliada.

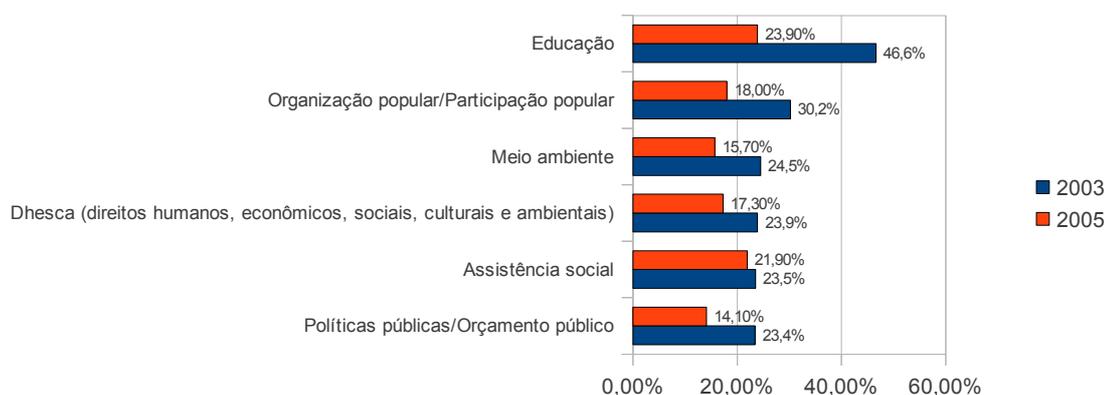


GRÁFICO 7 – ÁREA DE ATUAÇÃO PREDOMINANTE DO MOVIMENTO OU ORGANIZAÇÃO SOCIAL (FSM 2003)
 FONTE: (IBASE, 2003, P. 30), (IBASE, 2006, P. 35) AMBAS AS PESQUISAS ACEITAVAM RESPOSTA MÚLTIPLA. A PESQUISA DE 2005 FOI LIMITADA A ATÉ 3 OPÇÕES

Sobre a segunda questão, a discussão é um pouco mais profunda. O que os participantes do FSM entendem por posição política de esquerda? Será que esse entendimento em fóruns na América Latina é diferente dos participantes do Fórum no Mali? Saber que a maioria dos participantes dos Fóruns Sociais Mundiais tendem a ser de esquerda é uma boa pista, mas o que realmente estas pessoas entendem como esquerda política? Quando analisamos as prioridades na formação da agenda política dos movimentos ao redor do FSM, temos algumas indicações do que isso pode ser. No entanto, para se ter uma definição mais apurada, acredito que isso exigiria uma investigação mais minuciosa e muito específica para tentar apreender o que simboliza a esquerda para os participantes do fórum. Infelizmente, essa pesquisa não dispõe de ferramentas para tentar aprofundar isso, mas acredito que

este possa ser um bom tema de pesquisa futuro. Portanto, não ficou claro se esse elemento (ser de esquerda ou não) contribui para coesão política entre os participantes do fórum.

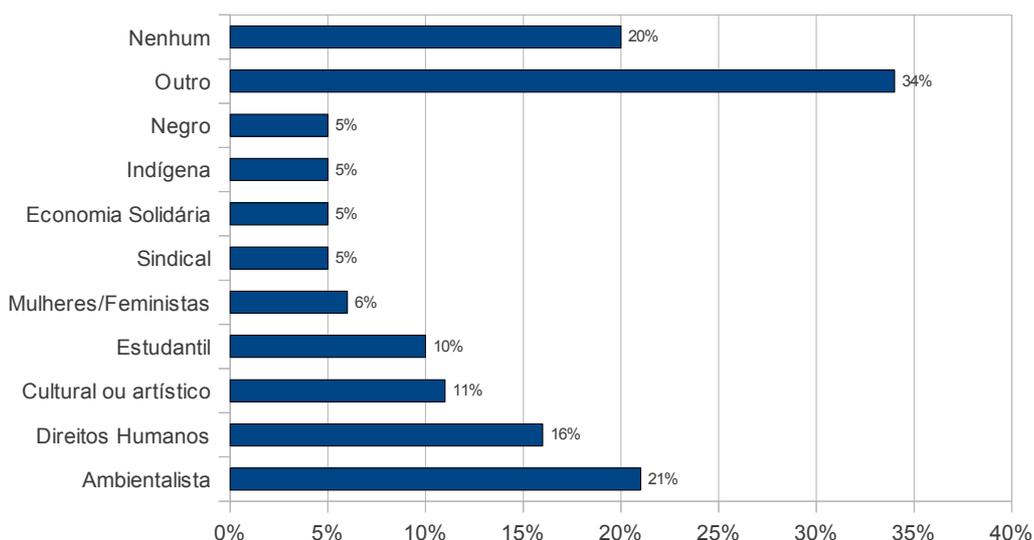


GRÁFICO 8 – IDENTIFICAÇÃO COM MOVIMENTO OU LUTA (FSM 2009)
 FONTE: (IBASE, 2009, P. 14)

4.3 OPINIÕES SOBRE A AGENDA PÚBLICA DE DEBATES

Nesta segunda seção procurarei descrever a percepção dos participantes sobre três temas da agenda pública de debates: 1) o papel da sociedade civil organizada com relação às políticas governamentais; 2) o processo de globalização; e 3) os caminhos para construção de “um outro mundo possível”. Estes temas, em específico, podem nos ajudar a qualificar melhor qual a visão acerca dos valores políticos que devem ser reforçados para um “outro mundo possível”. Além de uma variável específica para avaliar esse item, as outras duas indicarão caminhos para reflexão sobre a posição da sociedade civil na transformação social e, também, como esta percebe as transformações produzidas pela globalização.

Na pesquisa sobre o FSM de 2003 e 2005, para serem avaliadas as opiniões dos participantes acerca do papel da sociedade civil em relação às políticas governamentais foram feitas cinco afirmações que os entrevistados deveriam

responder com: discorda totalmente; discorda parcialmente; indiferente; concorda parcialmente; ou concorda totalmente. Agrupando as respostas de discordância e de concordância, obteve-se o seguinte cenário a partir do (GRÁFICO 9) e do (GRÁFICO 10): em 2003, 90% dos participantes afirmaram que a sociedade civil deve participar na formulação das políticas governamentais; em 2005, esse número manteve-se dentro da margem de erro, visto que 88,1% dos participantes afirmam o mesmo. Com relação a criticar e pressionar para mudar as políticas, 89% dos participantes em 2003 concordaram que isso também é papel da sociedade civil. Em 2005, este número também variou dentro da margem de erro, sendo que 87,4% dos participantes também concordaram com esta afirmação.

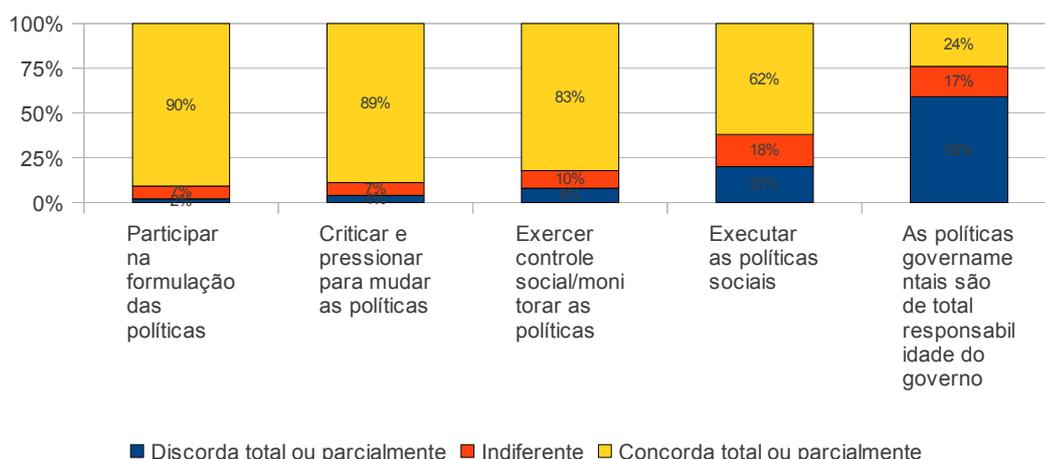


GRÁFICO 9 – PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS (FSM 2003)
 FONTE: (IBASE, 2003, P. 51)

Com relação à sociedade civil exercer controle social e monitorar as políticas governamentais, em 2003, 83% dos participantes concordaram que isso é papel da sociedade civil, enquanto, em 2005, 80,2% também concordaram. Com relação à sociedade civil ter o papel de executar as políticas sociais, a porcentagem dos que concordam diminuiu um pouco: em 2003, 62% concordaram que esse é papel da sociedade civil, enquanto 57,5% tiveram a mesma opinião, em 2005. Por fim, quando os entrevistados receberam a afirmação de que as políticas governamentais são de total responsabilidade do governo, em 2003, 59% dos participantes discordaram dessa afirmação, enquanto 58,1% discordaram em 2005.

A análise desses dados foi obtida de amostras completamente diferentes,

apesar dos dois fóruns acontecerem na mesma cidade. Isso revela que existe uma certa tendência entre participantes do fórum em perceber o Estado como um aliado e não como um inimigo na formulação e na execução de políticas governamentais. Essa mesma tendência manteve-se em outra pesquisa feita por mim com participantes do IV Fórum Social Pan-Amazônico, em 2010.

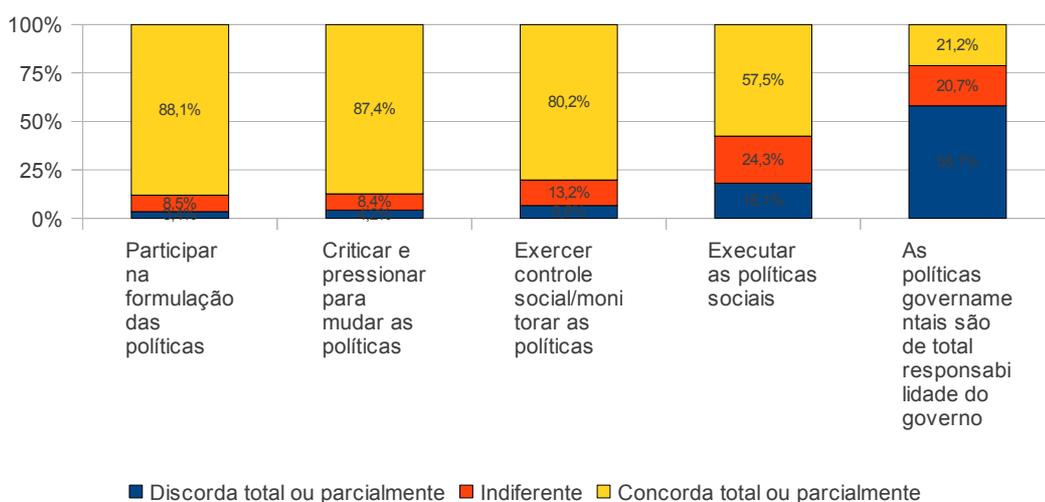


GRÁFICO 10 – PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS (FSM 2005)
 FONTE: (IBASE, 2006, P. 42)

Esta pesquisa também continha questões relacionadas a percepção do papel da sociedade civil nas políticas governamentais por parte dos participantes do fórum. Ao serem apresentados à afirmação “as políticas e direitos sociais são matéria dos políticos e de técnicos do governo, a grande maioria da população não tem condições para influir nisto”, 77% dos entrevistados discordou total ou parcialmente. Quando apresentados à afirmação “os programas sociais são conquistas da população por meio de participação em movimentos sociais, conselhos e outras formas de organização da sociedade civil”, 85% dos entrevistados concordou total ou parcialmente. Também foi pedido aos entrevistados que dessem uma escala de responsabilidade de 1 a 5 para implementação de políticas e ações sociais. Na extremidade 1, era o peso correspondente por isso ser uma atribuição apenas da sociedade civil e, na outra extremidade, com peso 5, o peso referente a essa ser uma atribuição apenas do Estado. Demonstrando uma responsabilidade cívica por parte dos movimentos, 68% dos entrevistados atribuíram

peso 3, que seria o nosso ponto médio das respostas, ou seja, que a responsabilidade deveria ser compartilhada. Quando estabeleci uma questão de controle, colocando um exemplo prático muito vinculado ao Fórum Pan-Amazônico, o questionário apresentou a pergunta de qual o peso de responsabilidade deveria ser atribuído ao Estado e a sociedade civil com relação à preservação da Amazônia. Na extremidade 1, era o peso correspondente à atribuição apenas da sociedade civil e, na outra extremidade, com peso 5, o peso referente a essa ser uma atribuição apenas do Estado. Mais uma vez a resposta permaneceu no ponto médio, com 71% dos entrevistados atribuindo peso 3, ou seja, a responsabilidade não seria nem apenas do Estado nem apenas da sociedade civil.

Se antes os movimentos sociais reconheciam na luta política a busca pelo poder do Estado, muitas vezes combatendo o próprio Estado, agora existe uma tendência a entender o Estado como parceiro nas transformações sociais. Esta análise com base nestes poucos números de fato não é conclusiva e nem pode ser tomada como verdadeira. No entanto, esse indicativo abre portas para formulação de novas hipóteses para confirmar o fenômeno, principalmente entre os participantes do Fórum Social Mundial.

Esta seção também pretende avaliar a percepção sobre os participantes do FSM com relação à globalização e entender quais significados estão por trás do termo. Isso ajudará a entender melhor qual o significado de “um outro mundo possível” em contraposição à globalização hegemônica. Para isso, serão usados dados da pesquisa do FSM de 2003 (GRÁFICO 11), 2005 (GRÁFICO 12) e 2009 (GRÁFICO 13), bem como alguns dados de uma pesquisa feita por mim durante o IV Fórum Social das Américas (KONOPACKI, 2010).

Nas pesquisas realizadas no FSM de 2003 e 2005 foram sugeridas frases com as quais os entrevistados deveriam discordar total ou parcialmente, dizer-se indiferentes ou concordar total ou parcialmente. Quando apresentado que a globalização representa “mais oportunidade para todos(as), ricos e pobres”, 74% dos participantes responderam que discordam total ou parcialmente na pesquisa de 2003 e 72,9% na pesquisa de 2005. Esse dado demonstra a negatividade com que é vista a globalização da forma como está. Para uma ampla maioria, ela não representa mais oportunidades, o que sugere na verdade que só se abrem novas

oportunidades para alguns.

Quando afirmado que a globalização representa “a possibilidade de conexão entre as sociedades em âmbito planetário”, na pesquisa de 2003, 47% dos participantes concordaram e, na pesquisa de 2005, 50,2%. Esse percentual se mostra um pouco mais equilibrado não representando uma ampla maioria. Muitos concordam que a globalização abre novas possibilidades de conexão, mas provavelmente essa leitura venha da possibilidade que os meios de comunicação e transporte trouxeram para as conexões pessoais a nível global, fenômeno que muitas vezes é associado a globalização.

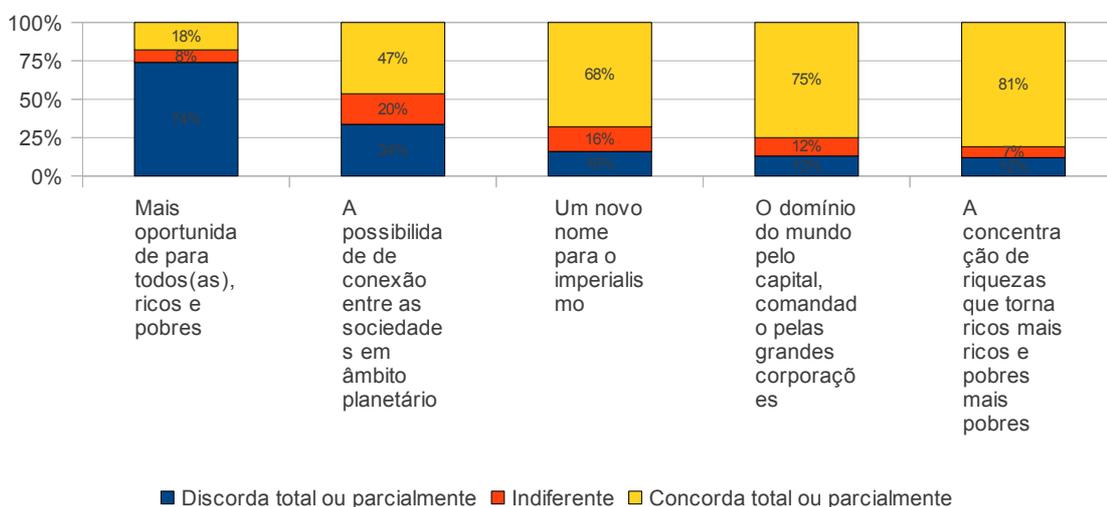


GRÁFICO 11 – O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO EM CURSO EXPRESSA (FSM 2003) FONTE: (IBASE, 2003, P. 52)

Ao ser apresentada a frase que afirma que a globalização é “um novo nome para o imperialismo”, surge a tendência para uma compreensão da globalização como uma nova forma de dominação. Em 2003, 68% dos participantes concordaram total ou parcialmente que a globalização é um novo nome para o imperialismo. Em 2005, esse número foi de 61,2%. Se a globalização é um novo nome para imperialismo, ele é comandado pelas grandes corporações, pois quando a entrevista sugeriu que a globalização é “o domínio do mundo pelo capital, comandado pelas grandes corporações”, 75% dos participantes concordaram com essa afirmação tanto em 2003 quanto em 2005.

Essa nova forma de imperialismo necessariamente produz uma maior concentração de riquezas em escala planetária. Quando sugerida a afirmação de que

a globalização é “a concentração de riquezas que torna ricos mais ricos e pobres mais pobres”, 81% dos participantes do FSM de 2003 concordaram total ou parcialmente enquanto 79,5% tiveram a mesma opinião na pesquisa sobre o FSM de 2005.

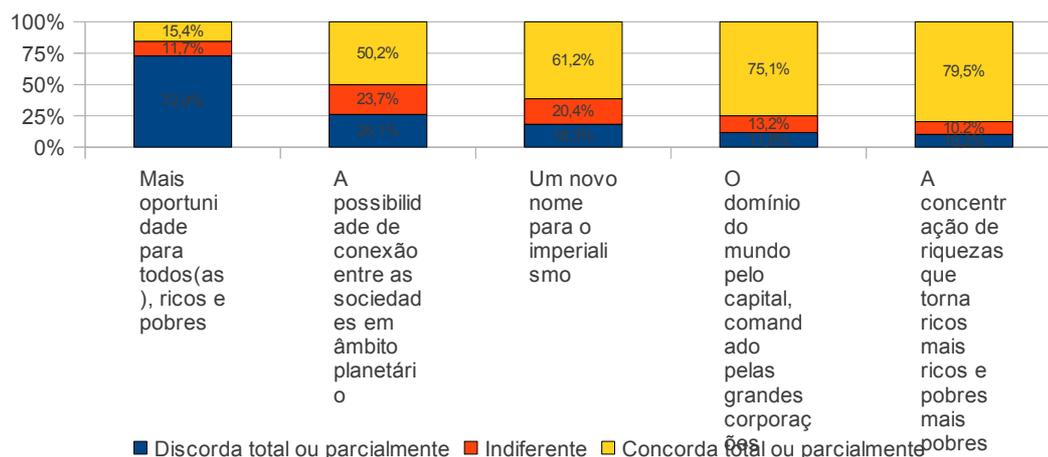


GRÁFICO 12 - O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO EM CURSO EXPRESSA (FSM 2005)
 FONTE: (IBASE, 2006, P. 42)

É impressionante a pouca variação entre os resultados obtidos em pesquisas de 2003 e de 2005, o que me leva a confiar ainda mais nos dados e perceber que essas opiniões acerca da globalização correspondem a uma tendência entre participantes do FSM, pelo menos nas edições realizadas em Porto Alegre. A interpretação dos dados na tentativa de construir uma definição do que significa a globalização a partir da leitura dos participantes do Fórum Social Mundial é a de que a globalização, apesar de poder significar a oportunidade de construir novas conexões entre as sociedades no mundo, representa uma nova forma de imperialismo, privilegiando o domínio do mundo pelo capital comandado pelas grandes corporações, aprofundando a concentração mundial de riquezas e tornando ricos mais ricos e pobres mais pobres.

Ou seja, a visão sobre a globalização por parte dos participantes do fórum é negativa. Na pesquisa realizada durante o Fórum de 2009, 54% dos participantes afirmaram que deve haver uma mudança radical na atual forma de globalização, 34% acredita que se deve criar forma de melhorá-la e só 7% concorda com a globalização na forma que ela está hoje. Apesar de serem um pouco vagas essas indicações, o objetivo da apresentação destes dados de 2009 é o de reforçar o

argumento de que existe uma insatisfação com relação a forma da globalização como ela está.

Em minha pesquisa sobre o IV Fórum Social das Américas (KONOPACKI, 2010), no final do questionário ofereci duas questões abertas aos entrevistados. Estes deveriam enumerar cinco valores que lhe viessem à cabeça, que eles encontrariam tanto numa “globalização hegemônica ou globalização capitalista”, quanto numa “globalização contra hegemônica ou globalização em um outro mundo possível”. Estas questões foram pensadas como forma de se testar que valores são percebidos pelos agentes no processo de sua ação. Na tabulação, as palavras foram agrupadas de forma a medir a frequência de palavras comuns às respostas obtidas dos entrevistados e entrevistadas.

Dentre as palavras mais citadas individualmente entre os valores que definiriam a “globalização capitalista” ou “globalização hegemônica”, a palavra que apareceu mais foi “individualismo”, ocorrendo em 41,6% dos questionários, enquanto “solidariedade”, ocorrendo em metade dos questionários, foi a palavra mais citada para uma “globalização contra hegemônica” ou “globalização para um outro mundo possível”. Mesmo estas sendo as palavras individualmente com mais ocorrências, os entrevistados que não as citavam apresentavam outras expressões que se aproximavam ao significado destas palavras. Por exemplo, para globalização capitalista, apareceram expressões como “concentração de poder” e “especialização” e, para globalização contra hegemônica, “solidariedade e mercado justo”, “partilha” e “família”.

Estas respostas sugerem duas interpretações bastante interessantes para o que já foi discutido nesse trabalho. A primeira diz respeito à multiplicidade de significados que a globalização pode ter, o que também reforça a ideia sugeridas por Santos (2004), Held e McGrew (2007) e Negri (2010) de que não existe uma só forma de globalização, mas sim várias. Estas várias globalizações dependem do sentido que lhes é dada para entendermos as consequências políticas produzidas por elas. A globalização dita hegemônica é carregada de significados egoístas, mas quando a globalização é adjetivada com outra palavra (“contra-hegemonia”, por “um outro mundo possível”) esta passa a carregar outros significados, voltados ao altruísmo.

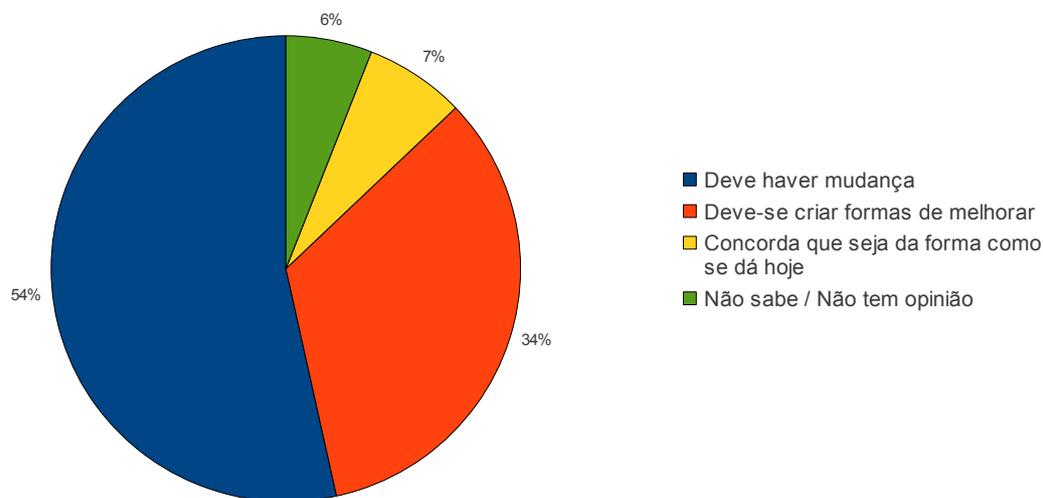


GRÁFICO 13 – OPINIÃO SOBRE A GLOBALIZAÇÃO (FSM 2009)
 FONTE: (IBASE, 2009, P. 21)

Além de valores voltados ao altruísmo, quando se questionam os participantes do fórum com relação ao que seria a construção do “outro mundo possível”, existe uma forte tendência à construção de formas de participação social. As pesquisas durante o FSM 2003 (GRÁFICO 14) e 2005 (GRÁFICO 15) sugeriram que a construção de “um outro mundo possível” deve ser por meio do “fortalecimento da mobilização da sociedade civil”. Na pesquisa de 2003, 94% dos participantes concordaram total ou parcialmente, enquanto em 2005 este número foi de 90,4%. Quando interpelados com a afirmação de que a construção de “um outro mundo” se dá através da “democratização dos governos”, em 2003, 79% dos participantes concordaram total ou parcialmente, enquanto em 2005 este número foi de 72,3%. Estes números representam uma significativa vontade de participação por parte da sociedade civil.

Na pesquisa de 2005, ainda existe uma categoria que não está presente na pesquisa de 2003, que afirma que um “outro mundo possível” se faz através da ação direta, com a qual concordaram 59,2% dos participantes.

Quando receberam a afirmativa de que “um outro mundo possível” se faz através da democratização dos organismos multilaterais, na pesquisa de 2003, 63% dos participantes concordam, enquanto, na pesquisa de 2005, 59,2% compartilharam da mesma opinião. Por fim, os entrevistados receberam a afirmação

de que “um outro mundo possível” se dá através da “ação direta com uso da força”. Na pesquisa de 2003, 84% dos participantes disseram discordar total ou parcialmente desta afirmação, enquanto, em 2005, 76,4% discordaram total ou parcialmente desta afirmação. Este dado pode estar um pouco tendencioso, visto que a Carta de Princípios do Fórum rejeita grupos políticos que defendem o uso da violência para transformação social. Porém, ao mesmo tempo, ele é um dado interessante para avaliar a metodologia do fórum e verificar se os participantes realmente não percebem a violência como uma via política possível para transformação social.

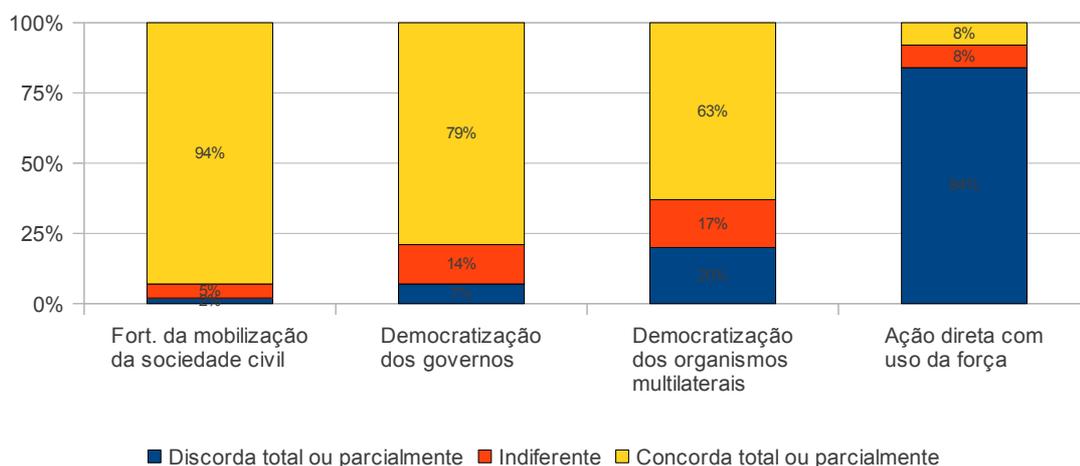


GRÁFICO 14 – MEIOS PARA CONSTRUÇÃO DE “OUTRO MUNDO POSSÍVEL”
 FONTE: (IBASE, 2003, P. 55)

Os dados referentes à percepção sobre a construção de “um outro mundo possível” reforça outros indicativos de conclusão referentes aos valores compartilhados entre os participantes do FSM. A discussão sobre como seria esse “outro mundo” sugere que ele deverá conter em si amplos mecanismos de participação por parte da sociedade civil e se fundará em valores altruístas e por vias pacíficas, recusando veementemente o uso da violência.

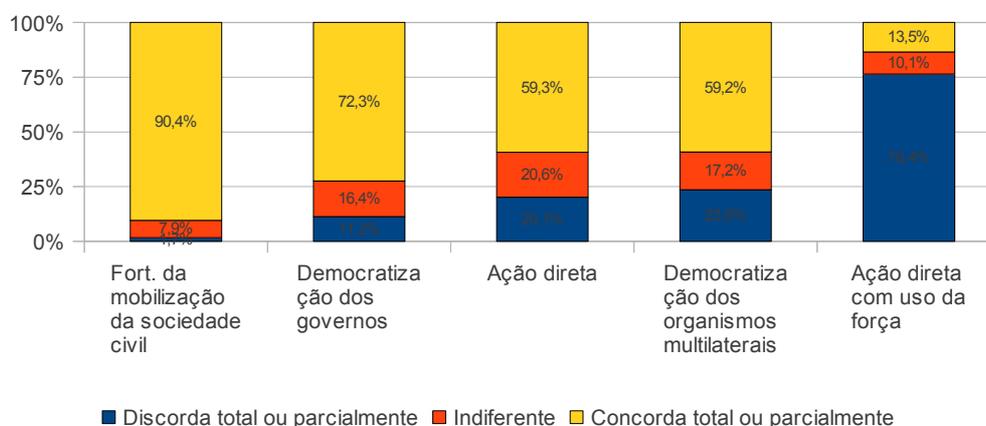


GRÁFICO 15 - MEIOS PARA CONSTRUÇÃO DE “OUTRO MUNDO POSSÍVEL”
 FONTE: (IBASE, 2006, P. 51)

4.4 ALGUMAS CONCLUSÕES

Partindo do entendimento de que a globalização não é um fenômeno “linear, monolítico e inequívoco” (SANTOS, 2002, p. 56) e, portanto, ao mesmo tempo em que se reproduz, expõe a sua dinâmica contraditória formada por processos sinérgicos de múltiplas “globalizações”, e que as várias globalizações, sob intensidade e ritmos diferentes, “manifestam-se assimetricamente nos planos local, nacional, regional e global” (BALLESTRIN, 2010, p. 41), entendo que a globalização produz inúmeras visões de si mesma e cada um dos significados atribuídos a ela também dependem da socialização destas visões entre os atores impactados por elas. São estas visões alternativas em disputa que se tornaram objeto de luta por parte dos movimentos antiglobalização (num primeiro momento negando a globalização) que surgiram a partir de 1999 com o intuito de denunciar e combater as consequências sociais excludentes produzidas pela globalização neoliberal (ESCHLE, 2005). Apesar das diferentes visões de mundo serem individuais, elas são construídas socialmente a partir do compartilhamento de significados para ação destes atores. Ou seja, os movimentos sociais agindo como “*unified empirical datum*”, no sentido de Alberto Melucci (2001), constroem seus próprios significados alternativos sobre a globalização.

Conforme descrito no primeiro capítulo, as ações antiglobalização realizadas

na década de 1990 foram o impulso para contrapor o discurso totalizante da globalização hegemônica. Em janeiro de 2001, essa agenda negativa de antiglobalização é transformada numa agenda positiva de um “outro mundo possível” com o surgimento do Fórum Social Mundial (FSM) na cidade de Porto Alegre, Brasil. Apesar da motivação inicial ser a construção de ações unificadas em torno da luta contra a globalização hegemônica, herdadas das grandes mobilizações antiglobalização, o fórum se constituiu como um espaço horizontal que respeita a diversidade e a pluralidade e que não procura centralizar as ideias de seus participantes. Essa foi a aposta: a construção de um espaço transnacional para a discussão e a formulação de consensos.

O próprio caráter plural dos atores que participaram do espaço, sendo eles agências de cooperação internacional, associações de classe, centros de pesquisa/universidades, cooperativas, entidades religiosas/ecumênicas, organizações sem fins lucrativos de origem empresarial, movimentos sociais (incluindo movimentos estudantis e da juventude), ONGs, redes/coalizões/campanhas/fóruns, sindicatos, agentes de estado, escolas/colégios⁶¹, constituíram uma oportunidade para que a disputa de hegemonia não ficasse restrita a pequenos núcleos políticos, mas que ganhasse transversalidade em diversos setores da sociedade.

A radical horizontalidade nas discussões proposta pelo FSM, ao longo da sua história, estimulou uma ampla ressignificação das práticas políticas. As organizações que se dirigem ao FSM, por terem um espaço democrático tanto para propor quanto para intervir, estimulam a participação e o compartilhamento de suas causas. Isso promove o entendimento da participação como prática social e não como método para constituição de lideranças (SANTOS, 2002, p. 52). A vontade de participação por parte destes movimentos pode ser interpretado a partir do crescimento no número de participantes do FSM durante a sua história.

Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer identificam três pontos de tensão entre o modelo político hegemônico e o contra-hegemônico: 1) procedimento x participação; 2) burocracia x gestão participativa; 3) delegação das decisões x

⁶¹ Fonte: Escritório do Fórum Social Mundial. Os tipos “agentes de estado” e “escolas/colégios” foram complementados do autor a partir de pesquisas anteriores sobre o Fórum Social Mundial. KONOPACKI (2010).

representação das diferenças (SANTOS; AVRITZER, 2002). Através da apresentação de valores para ação contra-hegemônica, o FSM utiliza-se das práticas de participação, gestão participativa e representação das diferenças para construir um espaço amplo de debates entre os movimentos sociais em contraposição as cúpulas intergovernamentais promovidas pelas Organizações das Nações Unidas, como foi a ECO-92. A gestação deste modelo, que culminou num espaço de encontro mundial para estes movimentos sociais, externou valores que seriam necessários para construção de novos paradigmas civilizacionais que são radicalmente antagônicos ao modelo hegemônico vigente.

TABELA 2 - NÚMEROS OFICIAIS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Ano	Participantes	Delegados	Países	Organizações	Local
2001	20.000	4.700	117	N/D	Brasil
2002	50.000	12.274	123	N/D	Brasil
2003*	100.000	20.000	117	N/D	Brasil
2004	74.126	74.126	151	1.653	Índia
2005	155.000	155.000	N/D	6.872	Brasil
2006**	93.000	93.000	N/D	2.500	Venezuela, Mali e Paquistão
2007	75.000	75.000	N/D	N/D	Quênia
2009	113.000	113.000	N/D	5.808	Brasi
2011	75.000	75.000	132	N/D	Senegal

FONTE: ESCRITÓRIO DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

* A PARTIR DE 2003 A MAIORIA DAS ATIVIDADES TIVERAM ACESSO LIVRE. EM 2004, JÁ NÃO HAVIA MAIS DISTINÇÃO ENTRE PARTICIPANTES E DELEGADOS

** EM 2006 O FSM TEVE EDIÇÕES POLICÊNTRICAS EM CARACAS, VENEZUELA; BAMAKO, MALI E KARACHI, PAQUISTÃO. DADOS DE REFERÊNCIA DAS EDIÇÕES SOMADAS

Para Boaventura de Sousa Santos, a principal diferença entre o modelo hegemônico e o contra-hegemônico está na distinção entre a “democracia como ideal e democracia como prática” (SANTOS, 2002, p. 73). Ao encontrem um espaço para o compartilhamento de práticas e significados comuns, não verticalizado e não restrito, o evento passou a receber cada vez mais participantes e se transformou num laboratório vivo da cidadania mundial.

Os principais dados que reforçam a afirmação de que a globalização produziu profundos déficits de participação são os que se referem aos meios para se construir um outro mundo possível. Conforme pode-se verificar pelo (GRÁFICO 15),

94% dos participantes acreditam que um outro mundo possível se dará pelo fortalecimento da mobilização da sociedade civil enquanto o (GRÁFICO 16) repete a indicação obtendo 90,4% para o mesmo indicador.

Ou seja, a globalização defendida pela Sociedade Civil Global não será unificada e acabada em si mesma. A construção de “um outro mundo possível” só acontecerá através do diálogo e da crítica a realidade, pois os processos políticos se tornam cada vez mais verdadeiros quanto mais pessoas eles conseguem incluir. A democracia representativa está em crise, principalmente pela dificuldade desta conseguir estabelecer relações efetivas entre representantes e representados. A sua falta de credibilidade está na sua incapacidade em expandir suas portas para participação e o envolvimento de mais pessoas nos processos políticos. A pós-modernidade apresenta uma série de oportunidades para nos aproximarmos da utopia de uma nova forma de poder baseado na colaboração e na participação. As ferramentas de comunicação podem ajudar a construir um mundo cada vez mais democrático e participativo. Porém, para que isso aconteça, a disputa do que pode ser essa nova democracia globalizada deve se dar no presente. Estes são conceitos que estão em jogo neste exato momento, aqui, agora e em qualquer lugar.

Por isso, a hipótese inicial dessa pesquisa de que, “por ser um grupo tão diverso, o FSM não tem uma estrutura homogênea que lhe dê coesão organizacional e política orientadas por um significado comum de 'um outro mundo possível' numa estrutura unitária e monolítica” foi refutada parcialmente a partir da apresentação dos dados relacionados aos aspectos organizacionais e políticos nos capítulos 3 e 4. Realmente o FSM não pode ser considerado uma estrutura homogênea de tipos de organizações e áreas de atuação, pois a diversidade de atores contida no fórum, que o transformou numa das maiores inovações políticas da história recente, também é o combustível que torna esse processo tão amplo, conforme descreveu o terceiro capítulo dessa dissertação. No entanto, ao analisar os dados relacionados ao engajamento político e as prioridades na formação de agendas dos participantes, podemos identificar elementos de coesão entre eles.

Podemos afirmar que os participantes do FSM têm preferência pela esquerda política, apesar de considerar que é preciso esclarecer melhor o significado de esquerda política para os diferentes participantes. Esta preferência

pode ser explicada pelo significado libertário que as esquerdas políticas na América Latina buscaram estabelecer. Porém, esse mesmo significado parece não ser tão forte quando observados os dados da pesquisa feita no Fórum de Bamako. Daí o meu interesse em tentar estabelecer um quadro conceitual que esclareça os diferentes significados sobre esquerda política atribuídos por participantes do FSM de localidades diferentes. No entanto, mesmo havendo variações no número de participantes que se autodeclararam como de esquerda, ainda assim esse é um dado importante para delimitar a visão política dos participantes como mais ou menos comum.

O que pudemos observar também é uma tendência dos participantes a não serem filiados a partidos políticos. O número de participantes que se declararam como filiados a partidos caiu ano após ano. Isso pode representar uma tendência à negação desse formato de luta política. Ao mesmo tempo, a infinidade de outras formas organizacionais abre um mundo de possibilidades sobre novas formas de ação política. A Sociedade Civil Global, ao perceber que a política não se encontra só na disputa do poder do Estado, mas também na *influência* dos aparatos de poder, vem transformando sua forma de atuação. Os partidos políticos são um instrumento para a disputa do Estado, mas essa não é a única forma de luta política.

Com relação à agenda pública de debates, a contraposição dos dados referentes ao entendimento da globalização hegemônica e contra-hegemônica demonstram que este não é um processo unívoco. A visão negativa atribuída a globalização hegemônica foi construída pelas consequências nefastas que foram impostas aos países da periferia. A constituição de um Império no sentido de Hardt e Negri (2010) fez com que a globalização fosse entendida como uma forma de dominação moderna dos pobres pelos ricos. Uma pesquisa interessante seria aplicar os mesmos questionários utilizados nessa pesquisa aos participantes do Fórum Social dos Estados Unidos ou aos participantes do Fórum Social Europeu, para verificar se os cidadãos dos países do centro hegemônicos também fazem a mesma leitura sobre o processo da globalização.

Por outro lado, ao serem perguntados sobre a possibilidade de se construir “um outro mundo possível” e os meios que poderiam ser utilizados para isso, a inversão da percepção sobre a forma e o conteúdo desse “novo mundo” reforça o

argumento de Boaventura de Sousa Santos (2004) de que a globalização não pode ser entendida como um processo unívoco. O significado que é dado a sua direção também determina quais os resultados que se espera com a conexão mundial entre os povos. A globalização pode ser um processo que gera muitos benefícios para muitos povos do mundo (porque não para todos os povos do mundo), mas para isso é necessário a valorização do ser humano em detrimento do capital e que a sociedade civil esteja fortalecida para participar intensamente desse processo de construção e não seja, assim, mero instrumento de manipulação das elites mundiais.

A minha experiência enquanto participante do Fórum Social Mundial em Dacar, Senegal (2011), ajudou-me a perceber alguns desses elementos destacados pela leitura dos documentos produzidos pelo IBASE e nas minhas pesquisas em eventos do processo do Fórum. Na marcha de abertura do FSM do Senegal, que reuniu em torno de 70 mil pessoas⁶², ao questionar os diversos participantes de diversas nacionalidades sobre quais eram as suas expectativas com relação ao Fórum, todos destacaram que estavam ansiosos pela troca de experiências que aquele espaço poderia proporcionar. Como me contou Dij Mohamed, representante da luta do povo Sawarabi pela emancipação de Marrocos, ao dizer que “o Fórum é um importante espaço de intercâmbio de opiniões para conhecer outros movimentos e para conhecer a nós mesmos”⁶³. Ele também destacou que, naquele momento, existia um processo de auto-determinação do povo árabe, com as revoltas na Tunísia e no Egito, e justificou que mesmo não sendo um instrumento de ação direto para aquelas movimentações, o FSM poderia ser um importante reverberador de tais conquistas. Pude constatar que foi justamente o que aconteceu. Contaminado por aquelas movimentações que aconteciam no mesmo continente em que se realizava o Fórum, o FSM foi um importante espaço no qual os movimentos refletiam os acontecimentos e se solidarizavam a eles. No dia 10 de Fevereiro de 2011, cerca de 1000 pessoas realizaram uma manifestação em frente a embaixada do Egito em Dacar, pedindo a renúncia do presidente Hosni Mubarak. Coincidência ou não, no dia seguinte, o presidente apresentava sua renúncia, muito comemorada pelo Fórum, com muitas menções na assembleia de encerramento do evento.

62 No ato de encerramento do Fórum, inclusive se falou que essa foi uma das maiores marchas já vividas no Senegal, comparada as grandes marchas que resultaram na independência do país africano quase 60 anos antes.

63 Tradução livre do autor.

No encerramento, foram levantados alguns temas para reflexão do significado de realizar um Fórum Mundial em Dacar. Muito se destacou e comemorou a proclamação da Carta Mundial dos Migrantes⁶⁴ no dia 4 de Fevereiro de 2011, após quatro dias de discussões entre movimentos ligados aos direitos dos migrantes na Ilha de Gorée. Essa ilha deve um significado especial para a proclamação dessa carta, pois ela era o principal porto negreiro de onde milhões de negros escravos embarcavam para trabalhar nas colônias americanas.

O ato de encerramento também serviu para rebater as recorrentes críticas que o processo do Fórum recebe. Para muitos, o Fórum em Dacar serviu para rebater essas críticas. A representação do comitê organizador destaca que 10 anos pode parecer muito, mas não é em se tratando de um processo de transformação. O Fórum de Dacar, além da sua realização centralizada no Senegal, também contou com outros 70 fóruns regionais que aconteciam ao mesmo tempo em 20 países diferentes conectados ao Senegal. Ao mesmo tempo em que se critica a capacidade de ação e os temas debatidos no Fórum, com estes tendo pouca força política, destacou-se que se no G-20 (Grupo das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia) se discute a taxaço das transações financeiras internacionais, esta ideia saiu das discussões do Fórum desde a sua primeira edição.

Se ao mesmo tempo é bastante difícil estabelecer relações causais sobre os reais impactos que o processo Fórum Social Mundial têm na política mundial, é tão difícil quanto negar que este cause algum impacto. O espírito de questionamento sobre a condução da política mundial e como as elites políticas e econômicas mundiais estão conduzindo os negócios públicos mundiais, pode fazer florescer mobilizações de grandes proporções pelo simples propagar de ideias. Coincidência ou não, tive a oportunidade de participar de uma reunião de organização do Fórum Social de Madri, na qual se refletia a realização do FSM em Dacar e se pensavam várias questões do cotidiano e como as grandes corporações exploravam tanto os cidadãos europeus, como também (e mais ainda) os cidadãos africanos. O Fórum Social de Madri aconteceu no dia 8 de Maio de 2011. Exatamente uma semana depois, explodiu a ocupação da praça Puerta del Sol pelo posteriormente intitulado movimento 15M. Como a política não é feita de coincidências, cabe aos cientistas

64 Disponível em: <http://globalmigrantsaction.org/sn_displayfull.php?row_ID=172>. Consultado em 8 de Julho 2012.

políticos pesquisarem tais fatos para termos um melhor entendimento de como esses fatos se relacionam. Espero que esse trabalho tenha chamado a atenção de que as formas políticas no mundo estão mudando rapidamente e que aprender com elas é muito importante para que não percamos o trem da história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou estabelecer os referencias teóricos e empíricos para análise dos aspectos organizacionais e políticos da globalização contra-hegemônica tomando como objeto o Fórum Social Mundial. O primeiro capítulo expôs as várias facetas da globalização, defendendo que, apesar de esse ser um processo que está provocando profundas transformações mundiais nas relações econômicas, sociais e políticas, ela não é um processo unívoco e tampouco pronto e acabado. A globalização é um processo político em disputa, no qual visões antagônicas se apresentam como alternativas a tendências de pasteurização da humanidade. Nesse capítulo, destaquei as globalizações contra-hegemônicas como vozes dissonantes que pleiteiam “um outro mundo possível”.

Entendendo que a disputa por um outro mundo possível se dá delimitada por um campo social que estabelece os limites e as oportunidades desse processo, bem como produz elementos que dão significado à ação, o segundo capítulo procurou expor o conceito de Sociedade Civil Global (SCG). Ainda nesse capítulo, procurei descrever o conceito de ator transnacional e a forma específica que eles encontraram para influenciar a política mundial. Por fim, para entender quem são os atores transnacionais que constroem as contra-hegemonias, o capítulo apresentou os Novos Movimentos Sociais e as formas com que eles constroem coletivamente o significação da sua ação.

No terceiro capítulo, descrevi o Fórum Social Mundial enquanto fenômeno social e político novo. Para isso, apresentei dados históricos que contam o surgimento do processo e as motivações dos ativistas envolvidos. Nessa descrição, não me omiti na observação de aspectos organizacionais e políticos que diferenciavam o FSM de outros processos políticos pregressos. Para complementar a análise, dediquei uma seção para expor as vozes críticas ao fórum, também buscando enriquecer a descrição com análises do processo. Por fim, apresentei o cenário contemporâneo do fórum e os desafios e oportunidades que se apresentam após uma década de FSM.

O quarto capítulo buscou articular dados empíricos com as reflexões teóricas

que foram feitas nos demais capítulos e formular algumas conclusões com base em materiais já produzidos sobre o FSM. No entanto, as limitações impostas a este trabalho não permitiram realizar conclusões definitivas acerca da discussão em torno dos significados compartilhados entre os participantes do Fórum Social Mundial acerca de seus aspectos políticos, por isso, todas as interpretações realizadas aqui são provisórias e devem alimentar novas hipóteses de pesquisa. A minha tentativa com esse trabalho foi chamar a atenção para a importância de se estudar os aspectos organizacionais e políticos das organizações que alimentam a utopia de outras formas de globalização contra-hegemônica e sugerir por onde novas pesquisas devem caminhar para tornarem mais precisas essas indicações.

Os benefícios para o estudo da Ciência Política e das Relações Internacionais que este estudo pretendeu trazer estão relacionados com um maior entendimento acerca do fenômeno dos movimentos e organizações sociais que agem internacionalmente. Além disso, esta pesquisa pretendeu dar visibilidade a este fenômeno que, apesar de invisibilizado por diversas correntes acadêmicas hegemônicas, mostra-se cada vez mais importante seu estudo como forma de ajudar a resolver conflitos de interesses sobre os rumos políticos de nosso planeta. Num cenário de crise planetária, econômica e ambiental, e a incapacidade das elites políticas do mundo em darem uma solução satisfatória para os problemas, faz-se necessária a inclusão de novos atores para colaborar com o entendimento dos problemas e a busca de soluções.

Com relação aos benefícios sobre a micro política das organizações e do Fórum Social Mundial, um entendimento mais apurado do significado comum perseguido pelos postulantes de “um outro mundo possível” pode ajudar as organizações participantes ou até mesmo as instâncias diretivas e metodológicas do FSM a pensarem novas formas de fortalecimento da coesão política de sua ação, bem como a facilitação de formas de cooperação e diálogo. Ao se conhecerem e reconhecerem seu papel dentro desta construção política, e os motivos que os levam a estarem juntos, isso necessariamente irá facilitar a colaboração e participação dos processos políticos internos e externos a sua organização e ao FSM. Algumas escolas de ciência política subestimam o potencial da colaboração por considerarem que racionalmente os seres humanos buscam a sua satisfação

egoísta nas relações econômicas, políticas e sociais. No entanto, talvez isso tenha sido um equívoco por anos, justamente por não haver mecanismos de comunicação que permitissem aos atores políticos trocarem informações e compartilharem interesses.

Os participantes do Fórum Social Mundial priorizam a participação em organizações de diversos tipos: ONGs, movimentos sociais populares, redes de cooperação etc. Estes participantes tendem a não serem filiados a partidos políticos e a frequência dos que tem alguma filiação está diminuído a cada edição do FSM. Por rejeitarem a filiação a partidos políticos, buscam meios para ação política em outras formas organizacionais. A grande maioria dos participantes do fórum assume a posição da esquerda política. Ou seja, estes são elementos que dizem muito sobre os participantes e que ajudam a dar coesão aos participantes que buscam no FSM um dos meios para interagir com outros participantes com visões de mundo comuns.

Nesta pesquisa, no entanto, senti a necessidade de qualificar melhor o que seria o pensamento de esquerda do qual esses participantes partilham. O que é ser de esquerda para eles? Esse significado é o mesmo para os participantes dos fóruns que aconteceram na África ou na Ásia? Para se investigar isso, seria necessária uma pesquisa específica, a qual sugiro como forma de continuar a busca pelas respostas dessas perguntas. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, em um seminário de comunicação realizado durante o Fórum Social Mundial em Dacar, Senegal, o autor afirma que o grande desafio para o FSM neste próximo período é potencializar o uso da comunicação pelas organizações e movimentos sociais de forma a produzir uma *unicidade* de ação em escala global. Fazendo referência a derrubada do governo de Hosni Mubarak no Egito, Boaventura afirma que “não queremos produzir um Cairo global, mas vários Caires locais”⁶⁵. A unicidade da luta dos movimentos sociais, segundo Boaventura, seria o compartilhamento de significado em ações globais, mas sem produzir uma ação homogênea sincronizada. Ao contrário, buscar harmonia na desincronia, mas reconhecendo que as diversas ações espalhadas pelo mundo compartilham de significados comuns.

Para isso, no entanto, seria necessário uma tradução intercultural de significados. O significado de solidariedade para a cultura islâmica é diferente do

65 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Y-5WLwmYKxl>>. Consultado em: 20 março 2012.

significado atribuído pelas culturas ocidentais e assim, como vários outros símbolos sociais têm significados distintos nas mais diferentes culturas. As estruturas identitárias em constante “deslocamento” necessitam de meios de tradução, conforme descreveu Stuart Hall (2006) e, para uma articulação política mundial entre lutas tão diversas, a comunicação do Fórum Social Mundial tem uma grande oportunidade em assumir o papel de tradutora e mobilizadora.

Por fim, essa pesquisa constatou que, além de significados para ação política, os participantes do fórum compartilham a forma com que essa ação deve acontecer. Para eles, a construção de políticas de transformação passam por uma parceria entre a sociedade civil e o Estado e não cabe só ao governo a discussão sobre políticas públicas. A construção de “um outro mundo possível” passa pela difusão de meios de participação da sociedade civil nos aparatos de governo e organismos multilaterais.

Porém, para se alcançar este nível de participação da sociedade civil, é preciso uma ampla resignificação de práticas políticas, tanto de governos quanto da sociedade civil. É preciso que a democracia seja entendida como *processo* social e não como *método* para constituição de governos, conforme o entendimento dos teóricos elitistas da democracia como Joseph Schumpeter, por exemplo. Para isso, é necessária a mobilização da sociedade civil para pleitear a busca de abertura dos governos, ao mesmo tempo que forma e inclui novos atores historicamente excluídos.

Espero que esse trabalho motive outros ou outras com o intuito de fomentar novos debates sobre métodos que facilitem a participação social e outras formas criativas de pensar a política. Se tomarmos como premissa que a democracia é um processo, necessariamente ela deve ser constante pensada, criticada e transformada. Uma frase inspiradora que corrobora com essa opinião foi a do Prêmio Nobel de Literatura José Saramago, quando este diz: “tudo nesse mundo se discute, menos a democracia (. . .) Ela é venerada como uma santa num altar, da qual não se esperam milagres. (. . .) O que se repara é que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada e amputada. Por que o poder do cidadão limita-se, na esfera política, a tirar um governo de que não gostam e colocar outro que talvez venham a gostar. No entanto, as grandes decisões são tomadas

numa outra grande esfera (. . .) as verdadeiras grandes decisões não são tomadas pelos povos”⁶⁶.

Infelizmente, faltaram análises nessa pesquisa sobre o FSM de 2004, 2007 e 2011 que poderiam enriquecer essas discussões. No entanto, essa limitação aconteceu pela própria falta de um banco de dados institucional e padronizado acerca da evolução histórica sobre os participantes do fórum. Por se tratar de um processo amplo e descentralizado, surgem alguns problemas operacionais que limitam um tratamento perene dessas questões. A constante busca por financiamento e, principalmente, a falta de recursos para poder operar o fórum por completo acaba produzindo cortes em áreas importantes, mas que às vezes, por não serem urgentes, acabam não levando o recurso que precisam. Geralmente esse tipo de pesquisa é vista como uma grande ferramenta estratégica, mas por não ser urgente, as vezes não recebe os recursos que merece.

Poderia ser interessante constituir um observatório do FSM como um grande observatório da sociedade civil global e da democracia mundial que pudesse acompanhar e manter vivo o processo de aprendizado e estudo sobre o processo do fórum, com dados cientificamente sistematizado e que permitissem a fácil comparação entre as diversas edições. Talvez com um trabalho desses, futuros pesquisadores que se interessem pelo mesmo tema não sofram tanto na hora de buscar essas informações.

66 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HRX5j9OYrrE>>. Consultado em: 20 março 2012.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Lua Nova, pp. 49-86., 2009.
- AMORIM, Celso. **A diplomacia multilateral do Brasil: Um tributo a Rui Barbosa**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007;
- ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BALLESTRIN, Luciana. **Associativismo Transnacional: Uma proposta Analítico-Conceptual**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n.35, p. 41-54, fev. 2010.
- BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BIS (Bank for International Settlements). **BIS Quarterly Review**. Basel, 2003. Disponível em <<http://www.bis.org/press/p031208.htm>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 12a reimpressão, 2009.
- COHEN, Jean.; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- COHEN, Jean. **Sociedade civil e globalização: repensando categorias**. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Vol. 46, n. 3, pp. 419-459, 2003.
- COSTA, Sérgio. **Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 53, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/107/10705302.pdf>>. Acesso em: 04/04/2012.
- ESCHLE, Catherine. Constructing 'the anti-globalization movement'. In: ESCHLE, C.; MAIGUASCHA, B. (editoras). **Critical Theories, International Relations and 'the Anti-Globalization Movement'**. Abingdon: Routledge, 2005.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Edições Loyola, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol. 5**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2002.

GRUGEL, Jean. **El retorno del Estado al activismo transnacional**. Pensamiento Proprio. Buenos Aires: no 16. pp. 61-85, Julho/Dezembro, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Por que se pensar o Fórum Social Mundial?**. Democracia Viva, Janeiro de 2003, pp. 3-14, 2003.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Contraponto, 2005;

HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action**. Boston: Beacon Press, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução Berilo Vargas. 8a edição. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HELD, David. **Democracy and the Global Order: from the Modern State to Cosmopolitan Governance**. Palo Alto, California: Stanford University, 1995.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Globalization/Anti-globalization: beyond the great divide**. Second edition. Cambridge: Polity Press, 2007.

HERZ, Mônica. **A dimensão cultural das Relações Internacionais e os atores não-governamentais**. Contexto Internacional, ano 4, n. 8, p. 69-82, 1988.

IBASE. **An X-Ray of The Participation in The Policentric World Social Forum 2006: Caracas and Bamako Chapters**. Rio de Janeiro: IBASE, 2007.

IBASE. **Fórum Social Mundial 2009: Relatório de Pesquisa Sobre os Participantes**. IBASE, 2009. Disponível em <<http://www.forumsocialmundial.org.br/download/ibaseFSM2009.pdf>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2011.

IBASE. **Olhares e Reflexões: Bases para a construção de uma agenda pós-liberal**. Rio de Janeiro: IBASE, 2006.

IBASE. **Pesquisa sobre Perfil de Participantes (Volume V)**. Coleção Fórum Social Mundial 2003. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

IBASE. **Raio X da Participação no Fórum 2005: Elementos para o debate**. Rio de Janeiro: IBASE, 2006.

KAZANCIGIL, Ali. A regulação social e a governança democrática da mundialização. In: MILANI, C.; ARTURI, C; SOLINÍS, G (orgs.). **Democracia e Governança Mundial: que regulações para o século XXI?**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Globalization: What's new? What's not? (And so what?)**. In: HELD, David. MCGREW, Anthony (eds), *The Global Transformations Reader*, 2nd edition, Polity, Cambridge, 2003.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. Boston: Little Brown, 1977.

KONOPACKI, Marco. **A identidade coletiva de movimentos sociais em torno do Fórum Social das Américas e sua função mobilizadora para ação coletiva contra hegemônica**. II Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas. Anais. Rio de Janeiro, 2010.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

OFFE, Claus. **Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas**. In: **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984, p. 140-179.

PIANTA, Mario; SILVA, Federico; ZOLA, Duccio. **Global Civil Society Events: Parallel Summits, Social Fora, Global Days of Action**. Zurich: International Relations and Security Network, 2004. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/ots591=eb06339b-2726-928e-0216-1b3f15392dd8&lng=en&size582=10&id=121468>>. Acessado em: 29 outubro 2011.

RABELO, Ana Maria Prestes. **A participação política em tempos de globalização: O Fórum Social Mundial inaugura o movimento social global**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. Nova Iorque: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **O Fórum Social Mundial: Manual de Uso**. Madison University, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf>>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna**. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, p. 7-44. Outubro, 2005.

TARROW, Sidney. **The New Transnational Activism**. Cambridge: Cambridge University, 2005.

THOMPSON, William R. **On Global War. Historical-Structural Approaches to World Politics**. Columbia: University of South Carolina Press, 1988.

TOURAINÉ, Alain. **Production de la société**. Paris: Seuil, 1973.

TOURAINÉ, Alain. **O Pós-Socialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

UNCTAD. **World Investment Report 2003**. Geneva: UN Conference on Trade and Development, 2003. Disponível em <http://unctad.org/en/docs/wir2003ch2_en.pdf>. Acesso em: 15 de Novembro de 2011.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILLA, Rafael Duarte. **A crise do realismo à segurança global multidimensional**. São Paulo: FAPESP, 1999.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UNB, 1999.

WHITAKER, Francisco. **Notas para o debate sobre o Fórum Social Mundial**. Site do Fórum Social Mundial. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bal_whitaker_por>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2012.

WHITAKER, Francisco. **Fórum Social Mundial: origens e objetivos**. Site do Fórum Social Mundial. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=origem_fsm_por>. Acesso em: 24 de Janeiro de 2012.

WHITAKER, Francisco. **O Desafio do Fórum Social Mundial: Um modo de ver**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

WHITAKER, Francisco. **Novas perspectivas no processo FSM?**. Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada, 2012. Disponível em: <<http://www.ciranda.net/fsm-dacar-2011/article/novas-pespectivas-no-processo-fsm>>. Acesso em: 13 de Fevereiro de 2012.

WTO. **World Trade Report 2002**. Geneva: World Trade Organization, 2002. Disponível em <http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/anrep02_e.pdf>. Acesso em: 15 de Novembro de 2011.

ANEXOS

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INGRESSO AO CONSELHO INTERNACIONAL (ESPAÑHOL).....	146
ANEXO II - QUESTIONÁRIO APLICADO DURANTE O IV FÓRUM SOCIAL DAS AMÉRICAS – VERSÃO EM PORTUGUÊS.....	151
ANEXO III – FORMULÁRIO IV FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO.....	154

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INGRESSO AO CONSELHO INTERNACIONAL
(ESPANHOL)

Consejo Internacional
FORO SOCIAL MUNDIAL

[Ese formulario debe ser enviado en la fecha indicada en la carta que acompaña]

A. Informaciones sobre la Organización

Nombre de la organización :

Sigla :

Persona de contacto :

País :

Dirección :

Teléfono :

Fax :

Email general de la organización :

Email de la persona de contacto :

Manera más fácil de contactarlos:

Website :

Lengua en que le gustaría recibir las informaciones:

(Mismo que no oficialmente, el FSM CI usa el Inglés, Castellano, Francés y Portugués)

Fecha del pedido de adhesión :

Formulario entregue para :

O persona de contacto en el Secretariado:

B. Nombre de dos (2) miembros de CI que apoyan su pedido de adhesión

MEMBRO CI 1

Nombre de la organización del CI :

Sigla :

Nombre persona de contacto :

País :

Teléfono :

Email general de la organización :

Email persona de contacto :

MIEMBRO DEL CI 2

Nombre de la organización del CI :

Sigla :

Nombre persona de contacto :

País :

Teléfono :

Email general de la organización :

Email de la persona de contacto :

Por favor responda las cuestiones. Use una otra hoja.

C. Histórico da Organización

1. Fecha de fundación de la organización/establishment
2. Resume los objetivos, metas y misión de su organización
3. Informe la actuación geográfica: local, nacional, regional, continental, internacional, etc.
4. Elige lo que mejor describe el tipo de organización:
 - asociación
 - fundación
 - corporación
 - red
 - federación
 - membership-based organisation

- movimiento social
- sindicato
- fundación / agencia
- otros, especifique: _____

Note: Si su organización es una red, federación o membership-based organisation, por favor informe el tipo de membership (individual, organizacional o mixta), sector social que representa, número de miembros y dimensión geográfica del membership.

5. Describe la estructura organizacional, equipo e proceso de toma de decisión
6. Informe la temática(s) principal(es) de su trabajo (medio ambiente, derechos humanos, trabajo, etc)
7. Describe resumidamente las actividades de su organización, campañas y el foco / cuestiones
8. ¿Hay alguna ligación orgánica con el gobierno, partidos políticos, iglesias/religiones, corporaciones/empresas o otros grupos con intereses especiales? Si la respuesta es afirmativa, por favor explique la relación
9. ¿En cuál campaña internacional (o nacional) o redes usted es un actor activo?

D. Los Foros Sociales y el Consejo Internacional

10. ¿Cómo supo del Consejo Internacional y por qué ha pedido la adhesión para miembro del CI?
11. ¿Ha asistido a alguna reunión del CI como observador o como invitado? Si la respuesta es sí por favor informe cuando y lugar
12. ¿Si es aceptada, como o en que su organización puede contribuir con el trabajo del Consejo?
13. ¿Su organización conoce la Carta de Principios del FSM? ¿Usted está de acuerdo la Carta?
14. ¿Su organización es actuante en los procesos de Foros Sociales en su país o región entre los FSM eventos? Si la respuesta es sí, por favor informe la naturaleza del involucramiento.

15. ¿Su entidad organiza foros sociales entre FSMs? Si la respuesta es sí, en que nivel:

- local
 - regional
 - nacional
 - foros sociales continentales
 - otros, _____ por _____ favor _____ informe:
-

16. ¿Su organización participó de:

(usted puede marcar más de uno cuadrado)

- FSM 2001
 - Como un organizador del evento
 - Como una organización participante
 - Como un conferencista
 - Otros, _____ por _____ favor _____ informe:
-

- FSM 2002
 - Como un organizador del evento
 - Como una organización participante
 - Como un conferencista
 - Otros, _____ por _____ favor _____ informe:
-

- FSM 2003
- Como un organizador del evento
- Como una organización participante
- Como un conferencista
- Otros, _____ por _____ favor _____ informe:

-
- FSM 2004
 - Como un organizador del evento
 - Como una organización participante
 - Como un conferencista
 - Otros, _____ por _____ favor informe:
-

- FSM 2005
 - Como un organizador del evento
 - Como una organización participante
 - Como un conferencista
 - Otros, _____ por _____ favor informe:
-

Otros eventos del FSM: _____

17. Si acepta, ¿a usted le gustaría hacer parte de una o más comisiones del CI? Si la respuesta es afirmativa, por favor informe abajo:

- Comisión de Finanzas y Recursos
- Comisión Comunicación
- Comisión Expansión
- Comisión de Contenido y de Metodología
- Comisión Estrategias

Por favor envíe sus respuestas para los correos fsmci@uol.com.br y fsmci@forumsocialmundial.org.br

¡Gracias por su colaboración! ¡Esperamos sus respuestas! Comisión de Expansión

ANEXO II - QUESTIONÁRIO APLICADO DURANTE O IV FÓRUM SOCIAL DAS AMÉRICAS – VERSÃO EM PORTUGUÊS

1. Nome: _____

2. Organização: _____

3. Idade da organização: _____

4. País: _____

5. Contato (e-mail ou telefone): _____

6. Tipo:

() Agência de cooperação internacional; () Associação de classe;

() Centro de pesquisa / universidades; () Cooperativa; () Entidade religiosa / ecumênica;

() Organização sem fins lucrativos de origem empresarial;

() Movimentos sociais (incluindo movimentos estudantis e da juventude);

() ONG; () Rede / coalizão/ campanha / fórum; () Sindicato;

() Outros. Descreva

7. Número de membros: _____

8. É juridicamente institucionalizada? () Sim; () Não;

9. Possui um estatuto / Regimento / Carta de princípios? () Sim; () Não;

10. Você se considera parte de uma classe? Se sim, qual?

11. Sua organização é: () Política; () Cultural; () Social; () Econômica.

12. Você concorda ou discorda da seguinte afirmação? Os movimentos sociais, através de sua atuação cívica e política, tem papel fundamental na transformação e garantia de direitos sociais.

() Concordo plenamente; () Concordo em partes; () Discordo totalmente.

13. Você concorda ou discorda da seguinte afirmação? O Estado deve garantir todos os direitos humanos fundamentais como o acesso a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a previdência, a assistência social, a segurança alimentar e a transferência de renda;

() Concordo, deve garantir todos os direitos fundamentais a todas as pessoas;

() Concordo em partes, o Estado só deve garantir alguns direitos fundamentais;

() Discordo em partes, o Estado deve garantir esses direitos somente a parte da população que não consegue se mobilizar por si só para obter esses direitos;

() Discordo totalmente, não é papel do Estado garantir estes direitos, a sociedade civil deve se mobilizar para garanti-los;

14. O que você pensa sobre a seguinte afirmação? Só as instituições filantrópicas podem garantir direitos fundamentais. A doação das pessoas que atuam nessas organizações são a verdadeira expressão do altruísmo.

() Concordo plenamente; () Concordo em partes; () Discordo totalmente.

15. O que você pensa sobre a sua organização receber recompensas materiais pelo seu trabalho e atuação (ex. prêmios, dinheiro, bens)?

() Considero fundamental; () Não vejo problema; () Não vejo problema se vier de um parceiro; () Vejo como um problema e não deve ser aceito em hipótese alguma;

16. Você concorda ou discorda da seguinte afirmação? Os direitos a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a previdência, a assistência social, a segurança

alimentar e a transferência de renda deve ser de todo ser humano independente de sua nacionalidade, religião, etnia ou gênero.

() Concordo plenamente;

() Concordo em partes, primeiro acredito que meu país deva estar forte para depois ajudar outros países a garantir estes direitos;

() Discordo plenamente;

17. Cite cinco valores que você identificaria no processo chamado “globalização hegemônica ou globalização capitalista”.

18. Cite cinco valores que você identificaria no processo chamado “globalização contra hegemônica ou globalização em um outro mundo possível”.

ANEXO III – FORMULÁRIO IV FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO

1.Nome: _____

2.Organização: _____

3.Idade da organização: _____

4. País: _____

5. Contato (e-mail ou telefone): _____

6. Tipo:

- () Agência de cooperação internacional; () Associação de classe;
() Centro de pesquisa / universidades; () Cooperativa; () Entidade religiosa /
ecumênica;
() Organização sem fins lucrativos de origem empresarial;
() Movimentos sociais (incluindo movimentos estudantis e da juventude);
() ONG; () Rede / coalizão/ campanha / fórum; () Sindicato;
() Outros. Descreva
-

7. Número de membros: _____

8. É juridicamente institucionalizada? () Sim; () Não;

9. Possui um estatuto / Regimento / Carta de princípios? () Sim; () Não;

10. Você se considera parte de uma classe? Se sim, qual?

11. Sua organização é: () Política; () Cultural; () Social; () Econômica.

12. Se você marcou mais de uma opção na questão anterior, qual delas você considera mais forte? () Política; () Cultural; () Social; () Econômica.

13. Numa escala de 1 a 5, como você avalia a seguinte questão: "Os movimentos sociais, através de sua atuação cívica e política, tem papel fundamental na transformação e garantia de direitos sociais". *

(1) Discordo totalmente, os movimentos sociais não tem papel importante na transformação política

(5) Concordo plenamente, os movimentos sociais são o ator mais importante na transformação política

()

14. Numa escala de 1 a 5, como você avalia a seguinte questão: "O Estado deve garantir todos os direitos humanos fundamentais como o acesso a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a terra, a previdência, a assistência social, a segurança alimentar, a transferência de renda e a comunicação". *

(1) Discordo totalmente, não é papel do Estado garantir estes direitos, a sociedade civil deve se mobilizar para garanti-los.

(5) Concordo plenamente, deve garantir todos os direitos fundamentais a todas as pessoas.

()

15. Numa escala de 1 a 5, como você avalia a seguinte questão: "A filantropia ajuda a garantir direitos fundamentais de pessoas que não conseguem se mobilizar autonomamente para conquistá-los" *

(1) Discordo totalmente, a filantropia não pode ser considerada uma política para garantia de direitos.

(5) Concordo plenamente, a filantropia é uma importante ação para garantia de direitos sociais.

()

16. O que você pensa sobre a sua organização receber recompensas materiais pelo seu trabalho e atuação (ex. prêmios, dinheiro, bens)? *

- () Considero fundamental
- () Aceitaria numa situação de dificuldade financeira
- () Não vejo problema
- () Não vejo problema se vier de um parceiro ou sócio
- () Vejo como um problema e não deve ser aceito em hipótese alguma

17. Pode ser muito difícil escolher, mas, se o você tivesse que escolher entre manter a ordem; respeitar as liberdades individuais e garantir bem estar social, qual deveria ser a hierarquia de responsabilidades do poder público em geral? (atribua peso para cada uma delas numa escala de 1 a 5) *

(O número 1 está para MENOS IMPORTANTE, enquanto o número 5 está para MUITO IMPORTANTE)

Manter a ordem ()

Garantir as liberdades individuais ()

Garantir bem estar social ()

18. Numa escala de 1 a 5, como você avaliaria a seguinte questão: "sem hierarquias sociais, econômicas e políticas bem definidas nenhuma ordem se sustenta" *

()

19. Numa escala de 1 a 5, como você avaliaria a seguinte questão: "a melhor sociedade é aquela em que cada um sabe o seu devido lugar". *

()

20. Numa escala de 1 a 5, como você avaliaria a seguinte afirmação: "As políticas e direitos sociais são matéria dos políticos e de técnicos do governo. A grande maioria da população não tem condições para influir nisto". *

()

21. Numa escala de 1 a 5, como você avaliaria a seguinte afirmação: "Os programas sociais são conquistas da população por meio de participação em movimentos sociais, conselhos e outras formas de organização da sociedade civil". *

()

22. Numa escala de 1 a 5 sobre a responsabilidade dos atores, em sua opinião, quem é o responsável pela implementação de políticas e ações sociais? *

()

23. Com relação a preservação da Amazônia, qual o peso de responsabilidade deveria ser atribuído a cada ator social numa escala de 1 a 5

(1) Responsabilidade total da sociedade civil

(5) Responsabilidade total do Estado

()

24. Numa escala de 1 a 5, qual a sua opinião sobre a quem deve ser atribuído o manejo da floresta amazônica?

(1) Aos povos da Amazônia e outras entidades da sociedade civil locais

(2) As demais entidades da sociedade civil nacionais e internacionais, como as ONGs de preservação

()

25. Numa escala de 1 a 5, qual a sua opinião sobre o impacto do papel dos povos da Amazônia na preservação da floresta?

(1) Pouco efetiva

(5) Extremamente efetiva

()

26. Cite cinco valores que você identificaria no processo chamado "globalização hegemônica ou globalização capitalista".

27. Cite cinco valores que você identificaria no processo chamado “globalização contra hegemônica ou globalização em um outro mundo possível”.
